

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

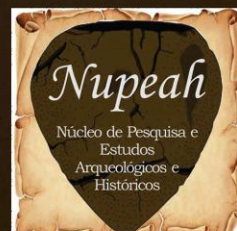


UFAL



Delmiro Gouveia

revista.caete@delmiro.ufal.br



CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

VOLUME 7, Nº 2 – 2024

ISSN: 2675-1666

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor Dr. Josealdo Tonholo

Vice-reitora Dra. Eliane Cavalcanti

Pró-Reitora de Pesquisa Dra. Iraldes Pereira Assunção

UFAL CAMPUS SERTÃO

Diretor Geral Dr. Thiago Trindade Matias

Diretora Acadêmica Dra. Flávia Jorge de Lima

Coordenadora de Pesquisa Dra. Ana Paula Solino Bastos

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA, UFAL/CAMPUS SERTÃO

Coordenador Dr. Pedro Abelardo Santana

Vice coordenador Dr. Rodrigo Costa

NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E HISTÓRICOS- NUPEAH/UFAL CAMPUS DO SERTÃO

Coordenador Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes

Vice coordenador Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

EQUIPE EDITORIAL

Editor Gerente Dr. Flávio Moraes

Editores Adjuntos Dra. Danúbia Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Danúbia Valéria Rodrigues de Lima, Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Brasil.

Dr. José Ivamilson Silva Barbalho, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

Dr. Rodrigo Lessa Costa, Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF), Brasil.

Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes, Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF), Brasil.

Dr. Pedro Abelardo de Santana, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Brasil.

Me. Vagner Gomes Bijagó, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

Dr. Demétrio da Silva Mutzemberg, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Brasil.

Dr. Amaro Hélio Leite da Silva, Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Brasil.

Dr. Danilo Luiz Marques, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

4

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Ma. Rafaela Lopes, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil.

Me. José Aparecido Moura de Brito, Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Brasil.

Ldo. Henrique Silva, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Sumário

A educação diferenciada indígena e o currículo escolar: alguns apontamentos	9
Análise técnica dos tembetás da porção piauiense da Chapada do Araripe	18
Amor fatal: análise da chacina das ovelhas em Pocinhos Paraíba e sua relação com o feminicídio	39
ArqueoTech: tecnologias imersivas, acessibilidade e engajamento social no patrimônio material e imaterial	55
Uma análise descritiva dos grafismos rupestres no sítio arqueológico Toca da Onça em Pedro Alexandre, Bahia, Nordeste do Brasil	72
Aldeamentos indígenas no Piauí colonial, uma avaliação da potencialidade arqueológica no município de Tanque do Piauí – PI	86
Análise das cerâmicas pintadas dos sítios Brite I e Cachoeirinha I, município de Caldeirão do Piauí – PI	101
Racismo ambiental e o déficit de implementação de políticas públicas: uma leitura midiática acerca das políticas públicas de saneamento básico no bairro da Levada em Maceió	128

A segunda edição de 2024 da Revista de Ciências Humanas Caeté (RCHC) apresenta um total de nove artigos, de pesquisas que convergem com o campo das ciências humanas, possibilitando discussões e contribuições para a ampliação do conhecimento na área.

O primeiro artigo deste número, de Lima e Moraes, sob o título **“A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA E O CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUNS APONTAMENTOS”**, é fruto dos resultados e uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, em que se busca discutir questões relacionadas a educação diferenciada nas escolas públicas, e da importância da participação das lideranças e professores indígenas na elaboração dos currículos.

O segundo artigo, de Mateus e Fontes, com o título **“ANÁLISE TÉCNICA DOS TEMBETÁS DA PORÇÃO PIAUIENSE DA CHAPADA DO ARARIPE”**, analisa seis artefatos líticos de dois sítios próximos um do outro, do município de Caldeirão Grande do Piauí-PI, buscando compreender se há similaridades técnicas entre os seis artefatos de ornamento labial conhecidos como tembetás. Esses ornamentos são fartamente descritos, inclusive, com iconografias, pelos cronistas que estiveram no território brasileiro nos primeiros séculos da invasão, e o artigo apresenta de forma ilustrativa essas imagens, auxiliando o leitor na compreensão visual.

Costa e Guimarães, no terceiro artigo deste número, nos apresenta uma discussão acerca de um acontecimento que se deu no ano de 1951, nas que permanece atual. No artigo com o título **“AMOR FATAL: ANÁLISE DA CHACINA DAS NOVES MORTES EM POCINHOS, PARAÍBA E SUA RELAÇÃO COM O FEMINICÍDIO”**, as autoras nos discutem as raízes históricas de um trágico evento que teve como pano de fundo o término de um relacionamento afetivo entre um jovem casal, da cidade de Pocinhos-PB, ao mesmo tempo em que realizam uma breve revisão do feminicídio na Paraíba.

Ledoux, em seu artigo **“ARQUEOTECH: TECNOLOGIAS IMERSIVAS, ACESSIBILIDADE E ENGAJAMENTO SOCIAL NO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL”**, busca, através de tecnologias imersivas, tais como VR, jogos, réplicas táteis, entre outros, tornar acessível ao público em geral o conhecimento arqueológico, utilizando uma abordagem decolonial, visa desconstruir discursos hegemônicos que são naturalizados em uma sociedade colonizada.

No quinto artigo, intitulado **“UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS GRAFISMOS RUPESTRES NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TOCA DA ONÇA EM PEDRO ALEXANDRE, BAHIA, NORDESTE DO BRASIL”**, os autores Lima e Lima Filho, desenvolvem uma interpretação do cotidiano dos grupos pré-históricos a partir dos grafismos analisados em um sítio arqueológico de arte rupestre, que dispõe de cenas diversificadas de suas atividades e compreensão de mundo.

Lessa, em seu artigo **“ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO PIAUÍ COLONIAL, UMA AVALIAÇÃO DA POTENCIALIDADE ARQUEOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE TANQUE DO PIAUÍ – PI**, coloca em discussão a relação de algumas evidências de

estruturas de pedra, com a presença religiosa no século XVIII na região sudeste do Piauí, e indica, em seus resultados, que tais evidências materializam as particularidades de um aldeamento parcialmente alheio a lógica catequizadora que preconizou os demais aldeamentos do Brasil Colonial.

No artigo de Araújo e Fontes, **“ANÁLISE DAS CERÂMICAS PINTADAS DOS SÍTIOS BRITE I E CACHOEIRINHAI, MUNICÍPIO DE CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ-PI”**, o objetivo é compreender a formação dos motivos decorativos cerâmicos dos grupos que habitaram a porção piauiense da Chapadado Araripe, para assim estabelecer o estilo e entender como essa decoração funciona como transmissor de mensagens.

Araújo e Lins, traz a discussão um tema que se encontra presente em nossa sociedade, quase sempre de forma velada. Com o artigo **“RACISMO AMBIENTAL E O DÉFICIT DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA LEITURA MIDIÁTICA ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BAIRRO DA LEVADA EM MACEIÓ”**, as autoras discutem como a ausência de políticas públicas de saneamento básico no Brasil afeta negativamente a qualidade de vida dos indivíduos, principalmente em função de fatores relacionados à raça e renda.

Por fim, é importante ressaltar que equipe editorial finaliza mais um número da Revista de Ciências Humanas Caeté, esta que vem se destacando como um importante instrumento de divulgação e discussão de pesquisas na Região Nordeste do Brasil. Aproveito ainda, para informar que estamos trabalhando na implementação de novos parâmetros para a revista, que a tornarão ainda mais relevante cientificamente.

Boa Leitura!



ARTIGOS

A educação diferenciada indígena e o currículo escolar: alguns apontamentos

Differentiated indigenous education and the school curriculum: some notes

9

Maria Gabriela da Silva Lima

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
maria.gabriela@delmiro.ufal.br

Flávio Augusto de Aguiar Moraes

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
flavio.morais@delmiro.ufal.br

RESUMO

Este Artigo apresenta alguns apontamentos referente à cultura existente na sociedade contemporânea e a educação diferenciada presente nas Escolas públicas, propondo uma participação mais ativa do indígena na construção de um currículo que esteja aberto para acolher a diversidade cultural no âmbito escolar. Também propõe analisar a educação indígena na construção do currículo escolar da instituição de ensino municipal Sabino Romariz, situada em Pariconha/AL. A metodologia da pesquisa tem uma abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo que permite um olhar etnográfico frente às propostas curriculares ofertadas por esta mesma instituição de ensino, também vai apresentar algumas das observações feitas no decorrer da pesquisa as quais poderão contribuir com os docentes que se preocupam com as formas de se discutir a temática indígena e educação diferenciada, fazendo com que os alunos desenvolvam um senso crítico-reflexivo acerca do seu cotidiano tanto escolar quanto social.

Palavras-chave: Educação diferenciada; Currículo Escolar; Temática Indígena.

ABSTRACT

This article presents some notes regarding the culture that exists in contemporary society and the differentiated education present in public schools, proposing a more active participation of indigenous people in the construction of a curriculum that is open to welcoming cultural diversity in the school environment. It also proposes to analyze indigenous education in the construction of the school curriculum of the Sabino Romariz municipal educational institution located in Pariconha/AL. The research methodology has a qualitative, bibliographic and field approach that allows an ethnographic look at the curricular proposals offered by this same educational institution. It will also present some of the observations made during the research, which may contribute to teachers who are concerned with ways of discussing indigenous issues and differentiated education, making students develop a critical-reflective sense about their daily lives, both at school and in society.

Keywords: Differentiated education; School Curriculum; Indigenous Theme.

1 INTRODUÇÃO

No século XX, algumas políticas começaram a ser implantadas no sentido de promover a integração dos indígenas à sociedade brasileira e seus direitos cidadãos como SPI, FUNAI, entre outros. Apesar do Estado não conseguir ver uma política adequada que efetivasse o respeito às características que constituem a população indígena, o “índio” se torna tutela do governo, configurando uma espécie de “cidadão dependente”.

Atualmente, vários dispositivos legais visam garantir os direitos aos povos indígenas do Brasil, por este motivo, é que devemos problematizar em sala de aula a questão indígena, formar professores capacitados e cobrar mais participação indígena na construção do currículo escolar.

À vista disso, a pergunta que direcionará essa pesquisa é: como a temática indígena é abordada no currículo escolar na instituição de ensino Municipal de Educação Básica Sabino Romariz, situada no município de Pariconha/AL?

Logo, nosso trabalho vai analisar a educação indígena na construção do currículo escolar da instituição de ensino municipal Sabino Romariz situada em Pariconha/AL. Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar os processos históricos da educação indígena no Brasil e o currículo escolar; b) Compreender a inclusão da temática indígena numa escola não indígena a fim de entender sua contribuição na formação social e cultural da comunidade em que a escola está inserida; c) Discutir a construção do currículo escolar frente às questões contemporâneas sobre cultura e identidades indígenas nas escolas do município de Pariconha/AL.

2 A EDUCAÇÃO INDÍGENA DIFERENCIADA E A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme o que define a legislação¹. Por isso houve essa necessidade de uma educação escolar específica pelo que hoje enfrentamos dia após dia nas escolas públicas que não só abrange uma cidade como também todas as Escolas do país (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*²; *Lei nº 9394/96*,

¹ Direitos Indígenas na Constituição Federal de 1988; Educação Indígena na Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394); Educação Indígena no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172).

² A Constituição de 1988 foi considerada um marco na conquista e garantia de direitos pelos povos indígenas no Brasil. Ver os direitos indígenas em **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, capítulo VIII; Artigo 231. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394/96,

1996; Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020, 2010; *Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI*, 2013).

De acordo com a legislação em vigor, a escola poderá, então, desempenhar um importante papel em impulsionar esses povos a lutar na conquista de seus direitos. Os processos de aprendizagem expostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Constituição brasileira, mostram claramente a conquista dos indígenas em âmbitos educacionais e sociais³.

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de educação escolar às comunidades indígenas esteve regularizada pela catequização, civilização e relação forçada dos índios à sociedade nacional, posteriormente no século XVIII e XIX, “milagrosamente” os índios saem da História do Brasil ou simplesmente são esquecidos retornando no período republicano (Pacheco de Oliveira, 2011). No entanto, dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do ensino catequético ao ensino bilíngue, a predominância foi uma só: eliminar a diferença, fazendo com que processo educacional se perdesse permanentemente.

A importância do indígena na História nem sempre foi reconhecida, embora a sua participação tenha sido essencial desde os processos da conquista até a colaboração na construção da nação brasileira (Pacheco de Oliveira, 2011).

Assim como na vida em comunidade social, e a escola, sendo espaço acolhedor das diferenças, alguns conceitos devem ser revistos principalmente quando esta acolhe uma considerável quantidade de grupos indígenas e que precisam preservar sua identidade cultural. Para tanto, é preciso que as disciplinas e os professores desmistifiquem e desconstruam estes estereótipos para que, partilhando a mesma história, reconheça o indígena como pedra fundamental para a construção da nação brasileira.

Quanto ao currículo, este vem sendo praticado como um conjunto padronizado de exigências acadêmicas, conhecimentos e habilidades para que o aluno possa prosseguir seus estudos sem nenhuma discriminação (Stainback, 1999). Esse currículo é prestado a partir de aulas ministradas pelos professores, e os alunos, posteriormente, realizam as atividades propostas, se não acompanharem as tarefas é porque não estão no nível dos outros, rotulando o currículo de tal forma que os alunos não entendam o propósito didático das aulas.

O discurso acerca dessa temática passou a ser necessário, na medida em que a qualidade de ensino ofertado nas escolas públicas tornou-se uma preocupação de todos que

capítulo II; sessão I; Artigo 78§ 4º. **Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020**, Artigo 7; § 3º. **Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI**. 2013; RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012.

³ Trata-se de uma tradição histórica, verificada em outras Constituições ao longo da República, mais exatamente as de 1934, 1946, 1967, além da Emenda Constitucional de 1969.

compõe a nação brasileira. O currículo como um conjunto de experiências, se desdobram em torno do conhecimento (Roldão, 2003). Essa concepção concorre com a de Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 15) “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. Sendo assim, o conhecimento se identifica como matéria-prima do currículo que deve ser priorizado pela escola numa perspectiva de promover a cultura e as diferenças para além da sala de aula.

O planejamento do currículo escolar na instituição de ensino municipal Sabino Romariz, são feitos mensalmente no coletivo entre os coordenadores, diretores e professores com a chamada HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo). Nesses encontros, o coordenador instrui os professores na condução das atividades e projetos a serem trabalhados com suas turmas a fim de saber dos avanços e as dificuldades nesse processo educacional. Perante isto, o currículo aparece como central no processo de acolher todos os alunos no contexto escolar que por lei deve ser inserido. Portanto, a diferenciação curricular, a transformação do currículo, que atualmente tem se mostrado muito rígido, é crucial para que as escolas mudem suas práticas, só assim, poderão tornar-se ambientes instrutivos para os alunos quanto ensino-aprendizagem.

3 A ESCOLA SABINO ROMARIZ

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Sabino Romariz, situada em Povoado Campinhos, no Município de Pariconha no alto sertão alagoano, em que oferece os ensinos Fundamentais I e II do 1º ao 9º ano. Nesta, foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica, expondo as principais questões propostas por diferentes pesquisadores/as acerca do ensino diferenciado nas escolas e também se tratando dos direitos Indígenas numa escola não indígena existente na comunidade, bem como sua construção curricular a cerca desta temática.

A busca por um caminho construtivo em conhecimentos por vezes requer uma organização e um planejamento do percurso a ser trilhado. Na tentativa de compreender o que pensam e como agem os professores com relação à temática indígena, (re) conhecendo como configuram seu trabalho de modo a pensar as manifestações culturais indígenas na escola.

Apesar das necessidades de preparação adequada dos agentes educacionais estar recomendada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, parágrafo 4º (Brasil, 1996)⁴, incluindo seus objetivos pautados⁵ como fator fundamental para a mudança em direção às escolas que acolhem alunos indígenas. Mas, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando a capacidade aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos sendo eles indígenas ou não indígenas.

Segundo Sant'Ana (2005), para efetivação do processo educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar agindo coletivamente para que os indígenas participem ativamente colaborando culturalmente com o cotidiano escolar. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

Essas reflexões facilitarão a compreensão da participação efetiva dos povos indígenas em diferentes momentos da história, desmistificando a ideia errônea da presença do “índio” apenas na época da “descoberta”, problematizando o pensamento e a ocupação dos diferentes povos indígenas na história do país. Assim, crianças e jovens poderão compreender com mais facilidade os fatores que diferenciam esses povos contemporâneos, abertos a um diálogo reflexivo acerca dos povos indígenas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inserimos na nossa pesquisa o campo da abordagem qualitativa, caracterizada enquanto a que “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Ludke & André, 2012, p. 11). Visto que esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador um contato direto com a realidade na qual o objeto de estudo está inserido através de um trabalho ativo em campo.

Considerando que nesta pesquisa buscamos analisar e observar como a temática indígena é compreendida e organizada em apenas uma escola, de maneira mais específica na etapa do ensino fundamental I e II a denominamos enquanto um estudo de caso. Tendo em vista que “o estudo de caso intrínseco ou único trata de uma única realidade que pode ser

⁴ § 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

⁵ - Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

- Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

- Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

- Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

estudada exaustivamente, na tentativa de buscar novos elementos que possam explicar o objeto de estudo” (Oliveira, 2012, p. 56).

Dessa forma, buscamos partir dessa pesquisa não somente adquirir novos conhecimentos a partir dos nossos questionamentos sobre a temática indígena dentro da sala de aula ou nos procedimentos metodológicos de cada docente, mas, de contribuir a partir do nosso estudo, com uma reflexão analítica acerca desta realidade para que a cultura indígena, assim como as questões quilombolas já estabelecidas por lei, não sejam tratadas como questões à parte, mas inseridas entre as disciplinas em torno da interdisciplinaridade.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

É fundamental que na escola as crianças adquiram conhecimentos referentes à sua construção social e cultural que a acompanharão por toda a vida. A imagem indígena que geralmente os alunos guardam, continua sendo estereotipada: indivíduos vivendo em pequenas aldeias isoladas e usufruindo do que a natureza oferece. Trata-se de uma visão romantizada e folclorizada da figura do indígena no Brasil, demonstrada nos livros didáticos e no imaginário das pessoas. Quem são, onde vivem e que atividades os indígenas desenvolvem? A estas perguntas alguns alunos apresentaram respostas do tipo: “primeiros habitantes do Brasil”; “vivem no mato”; “moram nas ocas”, “vivem da caça e da pesca”; “vivem nus”, entre outras coisas. O que verificamos perante essas afirmações é que questões essenciais, no tratamento destes assuntos, foram certamente deixadas de lado nas abordagens didáticas feitas pelos professores ao longo da vida escolar desses alunos.

Sem recomendar que o tratamento dado os conteúdos inseridos no currículo escolar sejam especiais ou privilegiados, porém que tenham tratamento adequado no sentido de dar a ele, seu devido lugar na construção da história da sociedade brasileira, que não lhe seja negado esta importância. Na sequência deste trabalho a partir da pesquisa, foram abordados diversos aspectos relacionados aos povos indígenas.

Ao discutirmos sobre isto, constatamos que os alunos atribuem a importância da terra somente no que se refere à agricultura, e para os povos indígenas esta importância é bem mais relevante, pois, está terminantemente ligado à territorialidade. Proporcionar aos alunos momentos como este de trocas de experiências, é rever os conceitos que os formaram ao longo de sua vida, seja na escola ou cotidianamente fora do ambiente escolar. Não se trata de discutir o assunto por si só, mas trazer à tona um universo onde os conduziremos para o tempo presente se tratando do entendimento destes povos como sujeitos contemporâneos da História.

Se por um lado as culturas étnicas são exibidas nas escolas em datas comemorativas, por outro, isso tem sido feito sem considerar aspectos da nova condição de vida dos indígenas, como situações de contato, disputas territoriais, ações e posicionamentos políticos e os processos históricos (Pacheco de Oliveira, 2011). É indiscutível a tendência em mostrar nos materiais didáticos, na literatura, nos museus e até mesmo na televisão, uma cultura indígena “pura”, distante da problematização dessas situações.

Nessa perspectiva, eles podem ser compreendidos como resultado na interação, assim como de um histórico de lutas e resistência reafirmando suas identidades. O estudo sobre a questão indígena, representa um esforço para aceitar a construção dessas sociedades em meio aos processos que viveram e vivem, afastando as percepções construídas por impressões limitadas sobre eles numa sociedade contemporânea.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola que pretenda ser de todos e para todos deve ensinar aos seus alunos a viverem em conjunto, em um mesmo universo onde coexistem diferentes valores, raças, etnias e identidades. A escola deve desempenhar um papel fundamental, no qual o docente é capaz de conceber e implementar atividades, cujos objetivos e conteúdos proporcionem igualdade de oportunidades para a aprendizagem de todos os alunos sendo eles indígenas ou não indígenas.

A escola é um local de socialização, e o professor precisa assumir, cada vez mais, o papel de mediador, proporcionando aos seus alunos um desempenho participativo em todas as áreas da vida escolar, identificando o aluno como sujeito da construção do seu próprio saber. Muitas escolas possuem um currículo que não considera a diversidade cultural. Assim, a educação como direito universal do ser humano implica grandes reformas tanto nas metodologias quanto na seleção de conteúdos e dos próprios materiais de ensino.

Contudo, é na escola que a criança aprende a respeitar os outros, a ser solidária, independentemente de todas as diferenças que possam existir entre si e os seus semelhantes. Entretanto, nota-se que a escola tem necessidade de uma evolução na educação intercultural para uma situação em que a prática pedagógica não se aplique apenas a certas crianças, mas a todos os alunos, visto que a escola é um espaço que acolhe identidades e culturas diferentes.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). (21ª ed.). Saraiva.

Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. (2025). Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 de maio de 2025.

Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020. (2010). Ministério da Educação, https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9262-professor-francisco-aparecido-cordao-presidente-educacao-basica-conselho-nacional-educacao-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 07 de maio de 2025.

Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI. (2013). Ministério da Educação, <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 07 de maio de 2025.

Ludke, M., André. M. (1986). Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: Ludke, M. & André. M (eds.) *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. (pp. 11-24). EPU.

Oliveira, M. M. de. (2012). *Como fazer pesquisa qualitativa*. (4ª ed.). Editora Vozes.

Pacheco de Oliveira, J. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* (4)1, 47-77. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>.

Roldão, M. C. (2003). *Diferenciação Curricular e Inclusão*. Porto Editor.

Sant'ana, I. M. (2005). Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. *Revista Psicologia em estudo*. (10)2, 227-234. URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/issue/archive> .

Silva, T. T. da. (2016) *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. (3ª ed.). Editora Autêntica.

Stainback, L. (1999). Histórias da Inclusão e Multiculturalidade nas escolas públicas. *Educação em Debate*, 37-236.



Análise técnica dos tembetás da porção piauiense da Chapada do Araripe

Technical analysis of the tembetás of the piauiense portion of Chapada do Araripe

Ekles Araujo Mateus

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil
eklesmateus@gmail.com

Mauro Alexandre Farias Fontes

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil
maffontes@gmail.com

RESUMO

Nesse trabalho de análise de material lítico buscamos compreender se há similaridades técnicas entre os seis artefatos de ornamento labial conhecidos como tembetás de dois sítios distintos, mas próximos um do outro, que são os sítios Brite I e Brite II, localizados em Caldeirão Grande do Piauí-PI na porção piauiense da Chapada do Araripe. Como sabemos, povos de diferentes culturas produziam seus artefatos líticos para diversos fins práticos, ritualístico e também decorativos, como é o caso dos tembetás, com técnicas distintas e variações de matérias-primas. Sendo assim, os estudos dessas técnicas se mostram relevantes para também buscar particularidades, similaridades e diferenças entre as culturas de povos pretéritos. Esses seis tembetás estão divididos entre os do tipo T clássico, que contém uma haste preensível e outra alongada chamada de haste decorativa, e o do tipo T, que não possui tal alongamento. A análise busca conhecer além do aspecto técnico, a matéria-prima com os quais foram confeccionados os tembetás para fins de comparação entre os sítios e que compreendamos um pouco mais sobre esses artefatos, suas técnicas e também sobre a cultura e suas aplicações sociais dos povos que faziam uso dos tembetás.

Palavras-chave: Tembetás; Material Lítico; Ornamento Labial.

ABSTRACT

In this work of analysis of lithic material, we seek to understand whether there are technical similarities between the six lip ornament artifacts known as tembetás from two different sites, but close to each other, which are the Brite I and Brite II, sites located in Caldeirão Grande do Piauí-PI in the Piauí portion of Chapada do Araripe. As we know, people from different cultures produced their lithic artifacts for various practical, ritualistic and also decorative purposes, such as the tembetás, with different techniques and variations of raw materials. Therefore, studies of these techniques are relevant to also seek particularities, similarities and differences between the cultures of past peoples. These six tembetás are divided into the classic T-type, which contains a prehensile rod and an elongated one called the decorative rod, and the T-type, which does not have such an elongation. The analysis seeks to know beyond the technical aspect, the raw material with which the tembetás were made for purposes of comparison between the sites and that we understand a little more about these artifacts, their

techniques and also about the culture and their social applications of the peoples who used the tembetás.

Keywords: Tembetás; Lithic Material; Lip Ornament.

1 INTRODUÇÃO

Embora sejam abundantes os trabalhos acerca da cultura material de sítios arqueológicos ao redor do globo, contendo vasta bibliografia, referências e conhecimento técnico, suas aplicações e afins, os estudos sobre os ornamentos labiais denominados de tembetás ainda são escassos e essa escassez é mais visível principalmente sobre os achados na região Nordeste do Brasil, ficando eles relegados na grande maioria dos casos como parte componente do contexto principal do recorte a ser estudado naquele sítio, que seria os conjuntos cerâmicos. Com isso não queremos dizer que seja proposital ou que os pesquisadores não tenham os adornos tembetás como irrelevantes. Pelo contrário, já que qualquer artefato arqueológico tem sua importância na compreensão de todo o sítio (Hodder, 1982; 1988) na busca de sua compreensão mais fundamentada no que se propõe uma pesquisa em seus recortes.

Numa pesquisa, a finalidade desse recurso é, além de descrever uma estrutura, analisar o funcionamento e as mudanças dos fenômenos observados. Dessa maneira, para estabelecer os perfis técnicos, a aplicação sistêmica permitirá identificar, ordenar e descrever de forma sistemática, cada um dos procedimentos técnicos, estabelecendo as relações e as hierarquias entre os seus componentes (Oliveira, 1991, p. 66).

Segundo Ruth Prado (1942), em seu trabalho para a Revista do Arquivo intitulado de Contribuição para o estudo do Tembetá de 1942, O primeiro escritor a textualizar o uso de tembetás na literatura sobre o Brasil foi Pero Vaz de Caminha em sua carta para o rei de Portugal Don Manuel I, narrando a sua visão dos índios que usavam, nas palavras de Caminha, “em seu lábio inferior furado e metido nele um pedaço de osso do tamanho de um fuso”. O fuso ao qual se referia o escrivão-mor Caminha se tratava de uma grande agulha de madeira usada nos equipamentos de tear. A partir dessa primeira impressão, os registros antropológicos de estudos europeus e também nacionais passavam a compreender mais detalhadamente suas funções e aplicações no dia a dia daqueles que os ostentavam.

As primeiras documentações sobre adornos vêm desde meados do século XIX em *L’Homme Primitif* (1870) de L. Figuiier. O autor destaca o papel social que esses elementos

tinham na organização social nas sociedades pretéritas, assim como as matérias primas utilizadas em um contexto pré-histórico e também etnográfico.

Uma abordagem também presente em: *Prehistoric Times* (1865) de J. Lubbock e em *An Introduction to the Study of Prehistoric Art* (1915) de E. Parkyn, estão entre obras pioneiras que manifestam interesse sobre tipologias e matérias-primas de adornos. Importante também mencionar o estudo pioneiro de adornos nas representações rupestres no início do século XX e também em *El Hombre Fósil* (1925) de H. Obermaier, onde o autor analisa os caracteres ornamentais presentes na arte rupestre Levantina (conjunto da arte rupestre da bacia mediterrânea da península Ibérica).

O tembetá, do tupi antigo *Embetara* ou *Emetara*, e que também é conhecido como Tametara, Metara e Pedra de Beijo, é um artefato confeccionado manualmente em material inflexível, como madeira, ossos, minerais e rochas, de formato alongado, para serem fincados em orifícios de seus lábios inferiores (Figura 1). Seu uso começa, dentro das tradições das comunidades Kaiowás, segundo Paschoalick (2001), quando o jovem indígena passa pelo ritual de mudança para a vida adulta. Além de expressar de forma simbólica a sua iniciação para sua nova vida e obrigações, o Tembetá seria também uma forma de caracterizar a sua conduta perante os demais membros de sua comunidade. Uma importante observação sobre os sítios Tupis, a morfologia dos tembetás se apresentam em pelo menos dois formatos, que é o que tem a forma de “T”, em que uma parte denominada haste preensível fica dentro da boca do indígena e a outra mais longa que chama de Haste decorativa e o que é mais curto, sem se alongar lábio abaixo, parecendo um pequeno disco abaixo dos lábios (Corrêa, 2011).

Figura 1

Gravura do século XVI mostrando um líder tamoio Cunhambebe usando um tembetá do tipo discoidal abaixo dos seus lábios.⁶



Adaptado de *Ciência hoje* (2018).

O século XX trouxe novas perspectivas metodológicas e teóricas que vão além de meros aspectos morfológicos para o estudo dos adornos, como análises do contexto, a utilização da Arqueometria e experimentações para alcançar o mundo simbólico e sua representação na estrutura social de grupos pré-históricos ou mesmo contemporâneos. Entretanto, após uma breve narrativa histórica da ciência arqueológica em torno da temática do adorno e suas múltiplas abordagens, esse projeto de pesquisa tem um recorte voltado para o aspecto técnico morfológico do adorno Tembetá e sua matéria-prima. Por definição existe uma grande variedade tipológica do artefato, também como o contexto de sua utilização entre os indígenas como observa Prous:

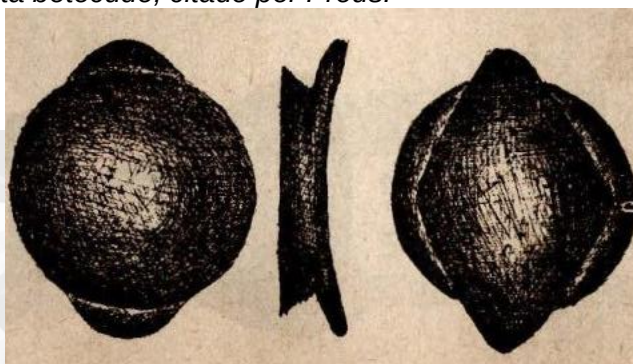
Tembetá: adorno exclusivamente masculino, inserido no lábio inferior por um orifício praticado no momento da cerimônia de iniciação dos jovens; pode ser pedra, osso, madeira, resina ou pena; no tembetá em forma de disco (botoque) usado por vários grupos indígenas do Brasil central está a origem do nome “botocudo” dado a estes índios pelos portugueses (Prous, 2003, p.105).

⁶ Essa é uma clássica imagem ilustrativa do uso desses adornos entre os povos nativos. Os primeiros europeus a retratarem Cunhambebe foram um soldado alemão e um religioso francês que o classificaram como alguém a ser temido pelas missões portuguesas do período (Mazza, 2011).

Entretanto, é importante salientar a variedade de materiais e formatos do artefato, condicionados a diferentes grupos indígenas, gerando assim características morfológicas bem particulares, como exemplo dessa variante o autor cita o “botocudo” com um tembetá em formato circular (Figura 2).

Figura 1

Exemplo de tembetá botocudo, citado por Prous.



Adaptado de Prado (1942).

Esses artefatos estudados neste trabalho, seis ao todo, foram encontrados em dois sítios arqueológicos localizados na porção piauiense da Chapada do Araripe, a qual falaremos mais adiante e a coleção arqueológica desses sítios é composta, além dos tembetás, em grande maioria de cerâmicas tupiguaranis.

A identificação de sítios Tupiguarani na vertente piauiense da Chapada do Araripe é recente, e advém das atividades de Arqueologia Preventiva realizadas no município de Caldeirão Grande do Piauí, a partir de 2013, para a instalação de complexos eólicos. Os trabalhos de prospecção, regaste e monitoramento arqueológico nesta área permitiram a identificação de diversos sítios arqueológicos, sendo que no presente trabalho abordaremos 11 deles: Brite I, Brite II, Cachoeirinha I, Cachoeirinha II, Cachoeirinha III, Caboclo I, Caboclo II, Caboclo III, São Basílio I, São Basílio II e Viúva (Fontes et al., 2017, p. 11).

Desses sítios, apenas dois deles haviam tembetás; os sítios arqueológicos Brite I e Brite II. Os tembetás foram coletados durante as escavações e estava em sub-superfície e superfície.

2 OBJETIVO GERAL

Neste trabalho abordaremos especificamente as análises técnicas e as matérias-primas dos Tembetás em dois sítios arqueológicos na parte piauiense da Chapada do Araripe com a finalidade de compreender seus aspectos técnicos e/ou tecnológicos empregados nas confecções desses artefatos da cultura material com a finalidade de entender se há similaridades ou diferenças entre eles. Desse modo, nosso questionamento é: Há diferenças técnicas e de confecção entre os seis tembetás encontrados nos sítios arqueológicos Brite I e Brite II?

Portanto, o objetivo desse trabalho é estudar os seis tembetás encontrados em escavação na Chapada do Araripe e entender suas características técnicas com a finalidade de compreender as utilizações desse tipo de artefato na região, caracterizando o perfil morfológico, além de determinar o tipo de matéria-prima dos tambetás da Chapada do Araripe afim de conhecer um pouco mais das técnicas que os grupos humanos utilizaram na fabricação desses tambetás, além de verificar as diferenças ou semelhanças dos artefatos nos dois sítios.

3 OBJETIVO ESPECÍFICO

A pesquisa gira em torno do aspecto morfológico do adorno tembetá que estão dispostos no laboratório da UNIVASF. Tem como objetivo responder as questões ligadas a origem desses artefatos observando as particularidades presentes em suas formas ou matéria-prima utilizada.

Há similaridades ou diferenças técnicas entre os tembetás encontrados nos sítios Brite I e Brite II? Essa comparação é necessária para que tenhamos parâmetros objetivos para estudos futuros desses artefatos específicos.

4 JUSTIFICATIVA

Há uma famosa frase atribuída ao físico inglês Isaac Newton que diz: “Se eu vi mais longe, foi porque eu estive sobre os ombros de gigantes”. Essa parece ser a tônica das ciências desde que a conhecemos atualmente e simplesmente quer dizer que todo conhecimento científico foi construído sobre as descobertas dos cientistas antecessores que de algum modo entenderam parte do mundo que lhes rodeavam, ou seja, esses cientistas buscavam colocar, tijolo a tijolo, suas contribuições sobre o alicerce fundado em algum momento do passado por alguém que tinha suas inquietações sobre as naturezas exatas,

naturais e humanas. Emmanuel Kant também nos diz que “todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência” (KANT, 1997, p. 36), portanto, além do conhecimento adquirido advindo dos “gigantes”, precisamos experimentar de forma empírica novas percepções para avançar no saber e no conhecer.

Filosofia a parte, esse trabalho se justifica, num primeiro momento, principalmente no ineditismo desses estudos e abordagem sobre os tembetás da porção piauiense da Chapada do Araripe e que, além de estabelecer as características técnicas e de manufatura desse tipo de artefato, ajuda também conhecer as técnicas empregadas pelos grupos humanos que ocuparam essa região da Chapada do Araripe, seus costumes, sociedades e culturas. Esses fatores são importantes para que uma vez determinada uma técnica para os tembetás aqui estudados, venham a, em estudos futuros de eventuais novos artefatos ornamentais que vierem a ser encontrados, servirem de base para comparação e complementação.

Portanto, além de produzir uma luz aos aspectos citados dos tembetás da porção piauiense da Chapada do Araripe, esse trabalho poderá servir de contribuição futura para a ciência arqueológica piauiense e nacional servindo como mais um tijolo na grande estrutura do conhecimento humano, assim como diziam os nossos antecessores.

5 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS TEMBETÁS

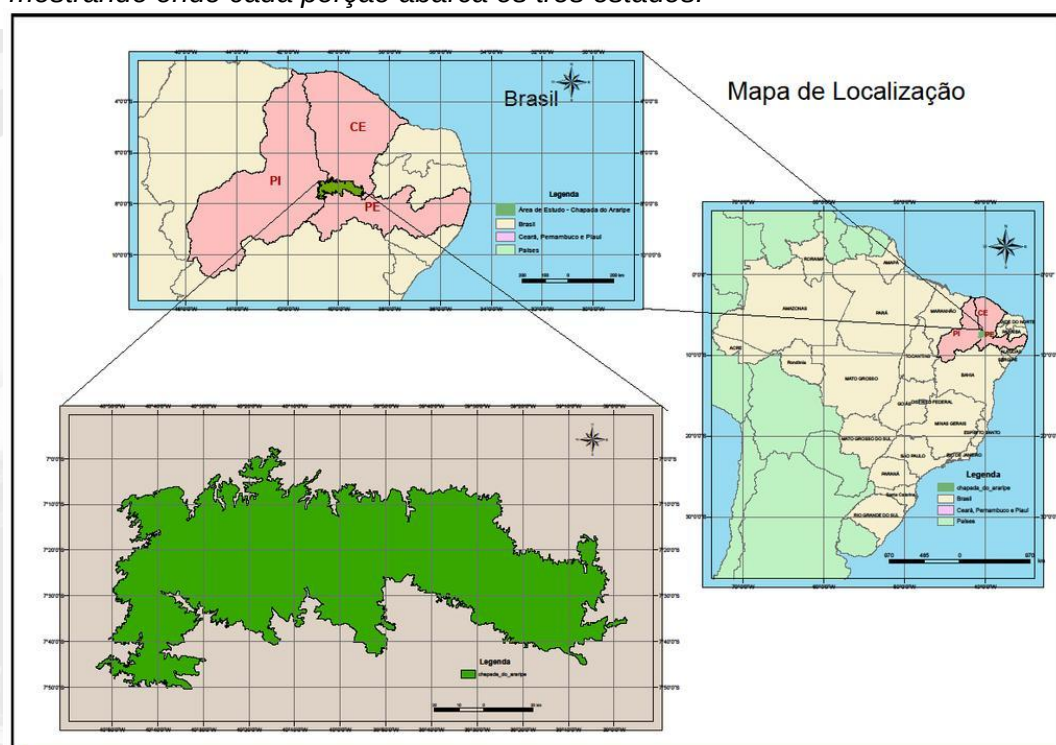
A Chapada do Araripe é uma unidade geológica que compreende uma área de aproximadamente doze mil quilômetros quadrados de acordo com o site da URCA (Universidade Regional do Cariri), que é situada na mesma região abarcada pela chapada (Figuras 3 e 4). A Chapada do Araripe está assentada entre os meridianos 41°00” e 30°00” W e os paralelos 7°00” e 8°00” S, com altitudes em torno de 800 metros em relação ao nível do mar. Essa vasta área de bacia sedimentar, uma das maiores do Brasil, alcança três estados da federação que são Ceará, onde está a maior porção incluindo uma área de extensos achados e registros fosseis paleontológicos de milhões de anos, segundo informações do Museu Paleontológico Plácido Cidade Nuvens, sediado em Santana do Cariri-CE, além de Pernambuco e Piauí. Esta última porção de chapada inclusive é onde estão situados os sítios arqueológicos Brite I e Brite II (Figura 5), dentro dos limites do município de Caldeirão Grande do Piauí-PI.

Voltando a atenção aos sítios em questão, trata-se de sítios multicomponenciais, a céu aberto, onde foram encontrados materiais vítreos, metálicos, cerâmicos, louça e ferramentas e adornos líticos (Fontes, 2017) e é justamente esse último tipo de material que será analisado.

Trata-se de um sítio a céu aberto multicomponencial, localizado em uma área utilizada para agricultura de subsistência pelos moradores locais. O mesmo abarca um perímetro em torno de 22.300 m², sendo que uma parcela do sítio (cerca de 6.500 m²) foi impactada pelo empreendimento Parque Eólico Caldeirão Grande (Fontes, 2017, p. 34).

Figura 2

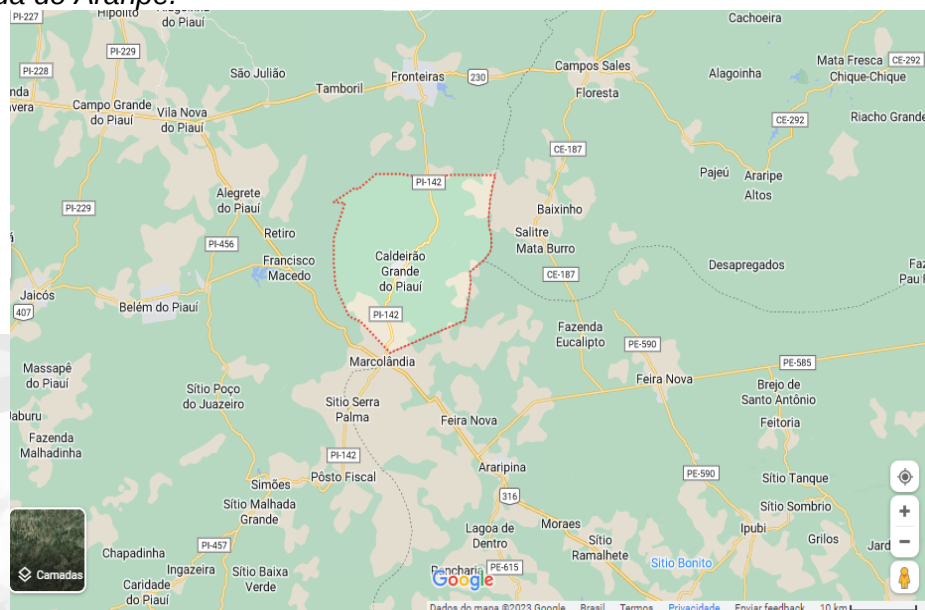
Visão macro da área que abrange a Chapada do Araripe nos contextos nacional, regional e local, mostrando onde cada porção abarca os três estados.



Adaptado de Oliveira (1991).

Figura 3

Vista superior dos limites do município de Caldeirão Grande do Piauí-PI, na porção piauiense da Chapada do Araripe.



Adaptado de Google Maps (2023).

Figura 4

Perímetro dos sítios Brite I e Brite II a ADA.



Adaptado de Fontes (2017).

Os sítios arqueológicos Brite I e Brite II, entre outros sítios ao redor, são multicomponenciais com artefatos em superfície e subsuperfície em uma área destinada a plantio e está situado na ADA (área Diretamente Afetada) de instalação de torres de energia eólica do parque eólico Caldeirão Grande e foram identificados e escavados na fase de prospecção arqueológica, que consiste na observação de superfície e poços testes em busca

de atividade humana pretérita (Fontes, et al., 2017). Ao todo são 156 torres eólicas dentro de 15 parques energéticos.

6 REFLEXÃO TEÓRICA

Os conceitos generalistas de adaptação formulados por Binford, que concebe a cultura como um processo de adaptação humana ao meio ambiente. Desse modo Binford (1980) afirma que a busca para a origem desses artefatos se dá entendendo sua “cadeia operatória”.

No decorrer dessas discussões, vou considerar os tipos de sítios arqueológicos gerados em diferentes ambientes, bem como algumas das prováveis modalidades espaciais entre esses sítios. O bom diagnóstico é "dependente da teoria". Quero, então, me preocupar com os fatores que condicionam ou "a causa" de diferentes padrões de variabilidade entre sítios no registro arqueológico (Binford, 1980, p. 5).

A origem do termo cadeia operatória, que é a busca de dar sentido a um artefato entendendo seus processos de manufatura e de uso, remete a ciência antropológica, entretanto este conceito aos poucos foi assimilado pela ciência Arqueológica e utilizado como raciocínio analítico de materiais arqueológicos líticos de diferentes temporalidades utilizada na Arqueologia, por Leroi-Gourhan na década de 1960.

Dentro de uma perspectiva próxima, está também a “cadeia comportamental” de Schiffer (1972) onde se observa as escolhas tecnológicas feitas pelos artesãos durante a fabricação dos artefatos e desta forma chegar a uma interpretação arqueológica.

Quando abordamos as observações de cunho teórico, imediatamente surge diante de nós a preocupação com os aspectos tecnológicos e de sua cadeia de produção sistemática, uma vez que são processos ligados não apenas ao fabrico de ferramentas e conjuntos artefatuais, mas a todo um grupo de indivíduos culturalmente distinto, ou não, que efetivamente manufaturavam esses objetos com diversos intuitos e finalidades (Lemonnier, 1992). Esses denominados estudos e análises tecnológicas, ainda segundo Lemonnier, são procedimentos que tendem a ajudar ao pesquisador no entendimento, das relações possíveis de se identificar, sobre as cadeias operatórias que deram origem ao artefato. A partir dessa perspectiva teórica, há de se verificar uma trilha deixada por esses indivíduos, na qual se poderia reproduzir desde a escolha e busca de matéria prima, passando pelo artefato em uso, retoques ou alterações até finalmente o seu descarte (Dias, 1994, p. 76). Assim poderíamos, como pesquisador, vislumbrar um passado possivelmente recriado a partir dos dados analisados e contar suas histórias, já que os sistemas tecnológicos quando associados aos

modos culturais e sociais se traduz em modelos com traços de sutil exclusividade, sejam na estética, (Dias & Silva, 2001, p.6) aspectos ritualísticos ou de usos exclusivos para certos gêneros específicos como homens ou meninos, a exemplo dos tembetás.

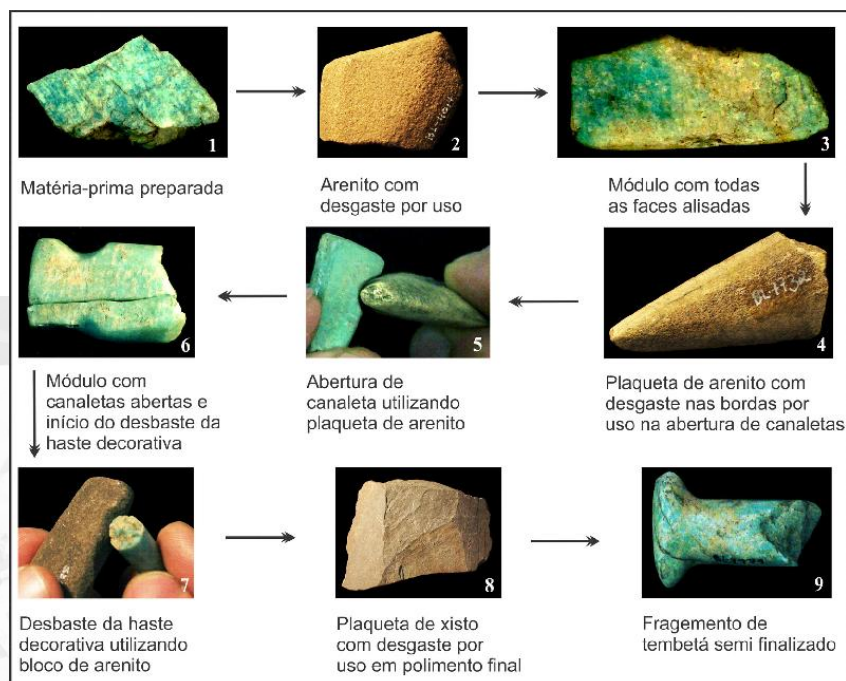
Esse conhecimento é um caracterizador social dos grupos; é um dos parâmetros que permitem identificar um grupo étnico. Cada grupo desenvolve um modo diferente de construir seus objetos, tanto os utilizados na vida quotidiana, como os utilizados nas atividades rituais. Na reconstituição pré-histórica, deveremos segregar as características de cada técnica empregada na produção dos diversos objetos culturais de cada grupo. Cada vestígio, seja lítico, cerâmico ou uma representação gráfica-rupestre, possui certas características técnicas que podem ser organizadas num perfil técnico. O conjunto desses perfis técnicos referentes às diversas práticas, irão caracterizar tecnologicamente o grupo étnico estudado (Oliveira, 1991, p. 64).

Falando especificamente dos artefatos denominados de “tembetás”, a sua cadeia operatória está intimamente ligada aos sítios Tupi (Prous, 2006, p. 103) e que se destacavam por serem usados apenas pelos homens, com alto valor simbólico, mas também são citados os Kaiowás, do Mato Grosso do Sul, por Paschoalick (2001), mantendo a mesma interpretação de seus usos, masculino e hierárquico.

Quando se faz um apanhado de todos esses autores em suas perspectivas teóricas e também material, podemos ter uma visão menos deturpada do nosso passado, em especial dessa antiguidade, ao qual pertencia o uso dos tembetás encontrados na chapada do Araripe e que são os elementos principais desse trabalho. As comunidades indígenas que viviam nessa região, podemos supor com base nos artefatos tembetás encontrados nos sítios, compartilhavam da mesma ótica que seus demais pares de outras regiões, adotando o adorno labial como prova de passagens de fases etárias, aumentando as suas responsabilidades. Porém, o que mais convém nesse estudo é justamente as suas morfologias e suas técnicas (Figura 6). Como Prous nos alertou, os tembetás eram diferentes entre as crianças, e adultos. Desse modo, podemos supor que a técnica de manufatura usada era diferente já que para as crianças eram feitas de ossos de veados e os dos adultos, de rocha verde.

Figura 5

Cadeia operatória de Brejo Santo-CE, situada na porção cearense da Chapada do Araripe, podendo perfeitamente se encaixar na mesma cadeia operatória dos artefatos de Caldeirão Grande aqui estudados.



Adaptado de Corrêa (2011).

Há, ainda, como consenso estrutural, uma morfologia padrão no sentido de fazer com que o Tembetá se sustente por si só que é justamente o formato de “T”. A parte transversal e mais curta tem a função de segurar o artefato entre a gengiva e a pele do lábio inferior, firmando-o. Alguns relatos como o de André Thevet, um franciscano francês que esteve no Brasil no século XVI descreve sobre como essa prática dificultava a dicção e, ainda mais, que se podia ver a saliva escorrendo pelo orifício quando a peça era retirada (Prado, 1942).

Além das formas alongadas mais comuns em formato de “T” há outra forma que foi estudada e bem detalhada pelo pesquisador Ladislau Mello Neto. Essa forma apresenta um aspecto externo circular, como que um botão ou um broche, o subtipo “discoide”.

Os registros antropológicos e arqueológicos nos trazem ainda outros aspectos de sua morfologia além dos Cilíndricos e Circulares, tais como os Cônicos, com a parte medial mais volumosa e a parte apical pontuda de modo mais dramático e os Pinacoidais ou Tabulares, com ornamentos de conchas e penas em seu corpo alongado.

7 PROPOSTA METODOLÓGICA

Quando trazemos todos esses elementos da ação humana sobre as rochas na confecção de material lítico para ferramentas e adornos inseridos nas questões sociais e culturais, vemos a assinatura de uma comunidade quando observamos sua morfologia final, uma vez que esse aspecto também é fruto de necessidades específicas de cada grupo (Dias, 1994, p.87) e isso nos faz ainda mais querer compreender esses aspectos das ações e intuítos humanos além das suas criações em rochas e suas formas. Para tal, alguns dos aspectos já citados aqui são fundamentais: compreender a técnica de manufatura e sua funcionalidade, às quais se pode ainda dividir em outras quatro etapas ou processos importantes que são a procura da melhor matéria prima, aquela que mais se adequa ao estresse que será infringido em seu uso, a própria matéria prima para produção do artefato, além do uso da ferramenta ou adorno lítico e por fim o seu reaproveitamento ou descarte (Schiffer, 1972, p. 158). Além desses passos analíticos, Collins (1975, p. 17) acrescenta a preparação da rocha usada como núcleo e refina ainda mais as ideias de Schiffer quando trata da manutenção que também pode ser realizada em artefatos líticos. Levando consideração as observações dos citados autores, faremos a análise dos aspectos físicos característicos dos tembetás seguindo seus procedimentos em ordem de citação. Assim sendo, instituiremos uma metodologia para análise desses artefatos ornamentais da seguinte maneira:

- 1 - Análise da matéria prima;
- 2 – Análise do acabamento do artefato (Se polido ou não);
- 3 – Análise Técnica (Formato T clássico ou sem a haste decorativa;
- 4 – Largura e Comprimento dos tembetás.

Em ato contínuo, sequenciaremos as análises e as descreveremos os processos de cada aspecto metodológico. Nesse caso, utilizando a estrutura da Reserva Técnica da UNIVASF, analisaremos a matéria-prima para determinar a sua natureza, se orgânica ou mineral, com a utilização de lentes de aumento em que se pode verificar a porosidade, no caso de ossos, ou cristais e sedimentos no caso de rocha. Uma vez que determinada a matéria-prima, a depender do material, o segundo quesito já será analisado nesse momento, que o acabamento, se polido ou não e o terceiro que é justamente a técnica de manufatura que foi ali aplicada para se verificar a morfologia. Como vimos nos capítulos anteriores, o tembetá tem dois formatos icônicos; um de "T" em que suas partes são divididas em duas, que são a Haste Preensível que seria a "cabeça" do artefato e a Haste Decorativa que é justamente a parte que fica visível e destacada. O outro formato é o tipo T que não apresenta a haste decorativa alongada.

Continuaremos com a quarta etapa que é a análise das medidas, que consistiu em literalmente medir suas extremidades em comprimento e largura para determinar o tamanho de cada peça, usando paquímetro de precisão eletrônico para chegar a um número mais preciso e separando-os em dois grupos a princípio: o primeiro é o sítio arqueológico Brite I e o segundo, o sítio arqueológico Brite II, seguindo uma ordem numérica (sítio I e sítio II). Depois dessas análises, fotos e gráficos serão produzidos para melhor compreensão dos artefatos e dos resultados alcançados nesse estudo.

8 ANÁLISE DOS TEMBETÁS

SÍTIO BRITE I

Ao analisar os quatro tembetás do sítio arqueológico Brite I, tendo como parâmetro a sequência de procedimentos citados na Metodologia deste trabalho, observamos primeiro por meio de lentes de aumento e luzes a presença de cristais de quartzo por todo corpo do artefato, indicando se tratar de uma rocha do mineral quartzo branco leitoso, abundante na região, em todos os quatro tembetás analisados nesse sítio. Portanto, todos os quatro tembetás do sítio Brite I apresentam como matéria-prima quartzo branco leitoso. Esse fato demonstra a preferência por matéria-prima mais acessível na área.

Após a confirmação da matéria-prima, seguindo a sequência da análise, observamos a superfície do material e foram identificados os acabamentos dos tembetás. Todos as quatro peças de tembetás foram polidas.

Os quatro tembetás do sítio foram analisados, no terceiro aspecto, quanto aos seus aspectos morfológicos. Um único tembétá foi classificado como sendo do tipo clássico “T”. as peças caracterizadas como tipo clássico “T”, apresentando as duas partes denominadas hastes preensíveis e hastes decorativas. Os demais tembetás desse sítio, três ao todo, foram identificados como sendo o tipo T sem o alongamento, mais curto e sem a haste decorativa (Corrêa, 2011).

No quarto aspecto a ser analisado, efetuamos as medições com um paquímetro eletrônico peça por peça medindo suas extremidades em comprimento e largura para compreender melhor a morfologia dos quatro artefatos desse primeiro sítio (Tabela 1; Gráfico 1). Continuando, os outros três artefatos eram do tipo discoide e tinham dimensões e morfologia similares entre eles. Após esse processo, efetuamos as fotografias das peças com escala de 1 centímetro para melhor representação nesse trabalho (Figuras 8 a 11).

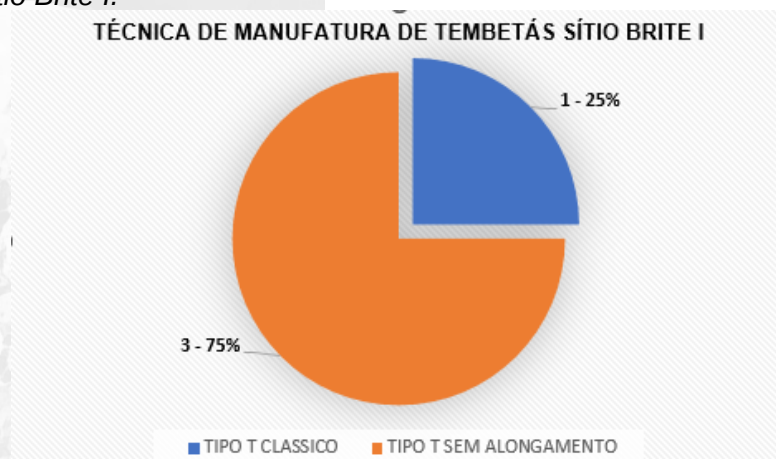
Tabela 1

Planilha de visualizações das medidas dos tembetás do sítio arqueológico Brite I.

MEDIDAS DOS TEMBETÁS DO SÍTIO BRITE I			
CÓDIGO DA PEÇA	TIPO T	COMPRIMENTO MM	LARGURA MM
18886-2	CLÁSSICO	32,06	17,64
16477	SEM ALONGAMENTO	7,64	11,59
15237	SEM ALONGAMENTO	13,98	12,32
15665-1	SEM ALONGAMENTO	14,97	11,61

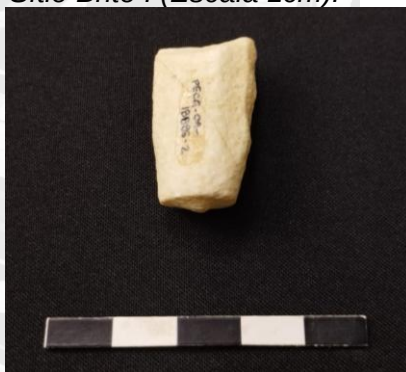
Gráfico 1

Gráfico sobre a porcentagem de elementos das técnicas de manufatura de tembetás presentes no sítio Brite I.

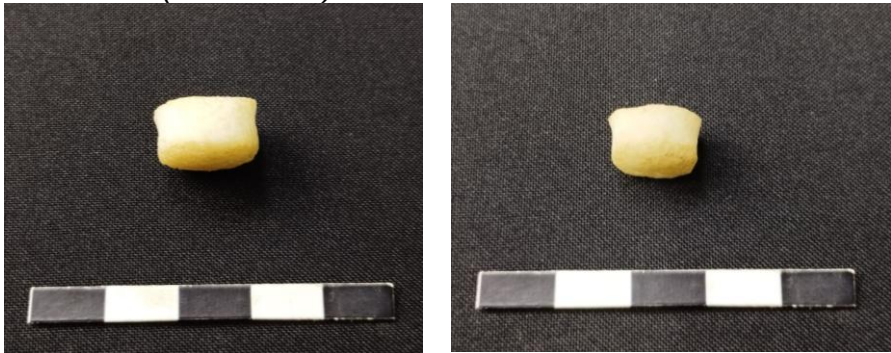


Figuras 7 e 9

Tembetás do Sítio Brite I (Escala 1cm).



Figuras 10 e 11
Tembetás do Sítio Brite I (Escala 1cm).



SÍTIO BRITE II

Iniciamos os procedimentos no segundo sítio, o Brite II e seus dois únicos artefatos. Utilizando a mesma sequência metodológica utilizada no sítio Brite I, usamos as lentes de aumento e luzes para também ajudar na identificação da matéria-prima como rocha de mineral quartzo branco leitoso. Desse modo, podemos ver que a preferência dos povos que os utilizavam era mesmo por adereços confeccionados com materiais de fácil acesso, já que esse tipo de mineral rochoso é comum em toda região nordeste do Brasil.

A segunda etapa da análise identificou que todas as duas peças que compõe a coleção de tembetás desse sítio foram polidas em seu acabamento final.

No terceiro passo, quando observamos as características técnicas dos dois únicos tembetás desse sítio, identificamos um artefato do tipo T clássico, que contém a haste preensível e a haste alongada decorativa e um do tipo sem o alongamento, totalizando dois artefatos e dois tipos técnicos.

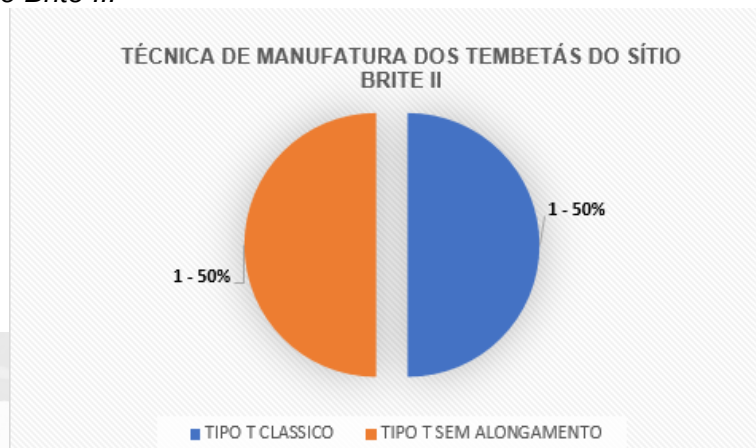
O quarto e último quesito da metodologia nos levou à análise das medidas, usando o mesmo paquímetro eletrônico de precisão para efetuar as medições das extremidades, comprimento e largura, para seguirmos com os mesmos procedimentos para uma maior compreensão dos artefatos (Tabela 2; Gráfico 2). Em seguida, foram feitas fotografias com escala dos artefatos (Figuras 9 e 10).

Tabela 1
Planilha de visualizações das medidas dos tembetás do sítio arqueológico Brite II.

MEDIDAS DOS TEMBETÁS DO SÍTIO BRITE II			
CÓDIGO DA PEÇA	TIPO T	COMPRIMENTO MM	LARGURA MM
18897-5	CLÁSSICO	23,35	6,91
18897-6	SEM ALCONGAMENTO	7,1	10,14

Gráfico 1

Gráfico sobre a porcentagem de elementos das técnicas de manufatura dos tembetás presentes no sítio Brite II.



Figuras 9 e 10

Tembetás do sítio Brite II (Escala 1cm).



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estado físico do material, a análise superficial da matéria-prima de todos os seis adornos aqui estudados seguiu mostrando que todos os elementos foram manufaturados em Quartzo branco leitoso, mineral abundante na região da Chapada do Araripe, demonstrando que os indígenas que os manufaturaram utilizavam os elementos que encontravam ao seu alcance imediato. Outro detalhe importante é que pudemos ver que esses materiais líticos também foram cuidadosamente polidos, uma vez que materiais de pequenas dimensões como esses tembetás em questão são mais delicados e frágeis.

Quando passamos a verificar quantitativamente os tipos de artefatos encontrados no Brite I, observamos que os tipos T sem o alongamento da haste decorativa, cujas dimensões máximas estavam entre 14,97mm e 7,64mm de comprimento e 12,32mm e 11,59mm de largura, formavam a maioria nesse sítio arqueológico, que contava com mais um adorno do

tipo T clássico. Em números totais do Brite I, são quatro artefatos ao todo sendo que há uma disparidade de três quartos ou 75% a favor dos formatos T sem alongamento de haste.

Voltando a nossa atenção para o sítio arqueológico Brite II, observamos a presença de dois artefatos do tipo T, sendo um clássico e outro T sem alongamento e ambos mantendo suas integridades. O formato “T” clássico alcança 23,35mm de comprimento por 6,91mm de largura enquanto o formato T sem alongamento mede entre 10,69mm de largura por 7,10mm de comprimento. Nesse caso, a proporção percentual é de 50%.

Como os gráficos também nos mostraram, há entre todos os tembetás, dos dois sítios, Brite I e Brite II, de formato T sem haste decorativa uma similaridade em suas dimensões, demonstrando que seus autores tinham total e pleno domínio das técnicas necessárias para produzir esses adornos em série.

As primeiras observações sobre os materiais líticos aqui estudado nos mostraram que os adornos foram confeccionados em quartzo branco leitoso, material abundante na região nordeste do Brasil e que foram polidos, mostrando que há uma total similaridade técnica em ambos os sítios. Conforme nos aprofundamos e de acordo com as análises realizadas acerca da técnica de confecção dos tembetás, objetos desse trabalho, há apenas um tipo de artefatos no acervo de seis tembetás estudados e que correspondem caracteristicamente com os dos sítios de ocupação tupi (Corrêa, 2011) divididos entre duas técnicas que são o do tipo em “T” clássico, composto por sua haste prensível e a haste decorativa e o tipo do “T” sem seu alongamento de haste evidenciada. Somando os artefatos dos dois sítios, temos então 2 tembetás do tipo T clássico e 4 do tipo T sem alongamento da haste decorativa. Observamos também o bom estado de conservação, demonstrando a sua importância social e individual já que também vimos um pouco sobre a relevância cultural desse adorno.

Neste ponto, outro questionamento se fez presente: se esses artefatos ornaís estão em bom estado, foram eles abandonados já que não há indícios encontrados de enterramentos nos sítios? O que teria feito com que esses artefatos ornaís estivessem ali naqueles sítios arqueológicos?

Buscando entender nesse momento se haveria algum aspecto de diferenciação que caracterizasse os tembetás de uso ou de enterramentos, encontramos uma luz em um artigo de sobre cultura material de adornos em enterramentos, Arqueologia dos Adornos, na qual Silva nos apresenta uma visão da morfologia dos tembetás encontrados em contexto de enterramento no sítio Justino, na área arqueológica de Xingu em Canindé de São Francisco-SE.

Normalmente apresentando a forma de T, os tembetás nem sempre são confeccionados com a mesma composição. Algumas vezes é possível encontrar apenas o corpo da peça em mineral, sendo atribuído o uso da base a um material de

resina que apresenta menor resistência e conservação nos enterramentos (Silva et al., 2014, p. 56).

Nesse caso, os dois únicos tembetás que estão associados a enterramento no sítio Justino são do formato T clássico, com haste preensível e haste decorativa alongada e, sendo assim não parece haver nenhum aspecto específico de diferenciação técnica entre os adornos encontrados em sua pesquisa associados a contextos de enterramento e os adornos desse trabalho que não estão associados a enterros. Portanto, não há como determinar uma técnica a aspectos específicos como esse e mesmo que já conheçamos boa parte das suas associações, principalmente nas culturas materiais como os adornos, permite-se uma “gama de interpretações relacionadas ao próprio artefato, (...) ou ao grupo ao qual pertencia” (Silva et al., 2014).

Desse modo, entendemos que os tembetás estudados nesse trabalho têm as mesmas características quanto a morfologia e a matéria-prima dos artefatos, que trata dos adornos encontrados em contexto de enterramento.

Com isso podemos supor que os indivíduos que foram enterrados com seus tembetás simplesmente morreram usando seus adornos labiais e assim os sepultaram, sem que esses seus artefatos orais se tornassem algum tipo de artefato ritualístico de enterramento ou que houvesse algum específico para tal fim. Outra consideração acerca do uso desses seis artefatos dos sítios Brite I e Brite II é que pode ter havido um descarte proposital para que esses tembetás fossem substituídos por outros em ritos de passagem (Oliveira, 1991, p. 64) ou simplesmente substituído por outros mais atraentes no aspecto ornamental.

Finalmente, respondendo as questões pretendidas nessa pesquisa, podemos afirmar que não encontramos diferenças técnicas nos sítios Brite I e Brite II na porção piauiense da Chapada do Araripe e que apesar de não haver diferenças evidenciadas entre esses artefatos, mais estudos sobre os tembetás produzidos nessa região específica serão essenciais para um maior entendimento social e cultural sobre as comunidades pretéritas que habitavam esses campos no passado.

REFERÊNCIAS

- Binford, L. (1989). Styles of Style. *Journal of Anthropological Archaeology*, 8 (1), 51-67.
- Krause, P. (2021/19/04). Cunhambebe: Um indígena foi uma das primeiras lideranças a combater a invasão do Brasil pelos portugueses. *Ciência Hoje*. URL: <https://chc.org.br/artigo/cunhambebe/>
- Collins, M. (1975). Lithic technology as a mean of processual inference. In: Swanson, E. (ed). *Lithic technology: making and using stone tools*. Mouton Publishers, 15-34.
- Corrêa, A. A. (2011). Cadeias Operatórias Tupi. *Habitus* 9 (2), 21-238. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v9.2.2011.221-238>
- Dias, A.; Silva, A. (2001). Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (11), 95-108. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109412>
- Dias, A. (1994). *Repensando a Tradição Umbu a Partir de um Estudo de Caso*. Dissertação (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações PUC RS. <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/10719>
- Fontes, M. A. (Org.). (2017). *Cerâmicas Pré-Históricas na Porção Piauiense da Chapada do Araripe*. UNIVASF.
- Google Maps. (2023). *Vista superior dos limites do município de Caldeirão Grande do Piauí-PI, na porção piauiense da Chapada do Araripe*. URL: <http://google.maps.com.br>
- Hodder, I. (1988). *Interpretación en Arqueología: Corrientes actuales*. Editora Crítica.
- Hodder, I. (1982). *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge University Press.
- Kant, I. (1997). *Crítica da razão pura*. (4ª ed.). Colouste Gulbenkian.

Lemonnier, P. (1992). *Elements for Anthropology of Technology*. University of Michigan.

Mazza, S. M. (2014). Cunhambebe. Disponível em: <http://www.leah.inhis.ufu.br/node/355>

Mello Netto, L. S. (1877). Apontamentos sobre os Tembetás (Adornos labiais de pedra) da Collecção Archeologica do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*. (tômo 11).

Oliveira, C. A., Luna, S., Nascimento, A. (1991). A cerâmica pré-histórica no Brasil: avaliação e proposta. *CLIO Arqueológica*. 1(7), 11-60. URL: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/247184>

Paschoalick; L. C. A. 2001. A arte do índio Kaiowá da Reserva Indígena de Dourados, MS: transformações e permanências, uma expressão de identidade e afirmação étnica. *XXI simpósio Nacional de História - A História no Novo Milênio: entre o Individual e o Coletivo*.

Prado, R. A. de A. (1942). Contribuição para o estudo do tembetá. *Revista do Arquivo Municipal*, 84, 139-54.

Prous, A. (2006). *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Jorge Zahar Editor.

Alonso, M.; Prous, A. (2003). Estudo de conjuntos líticos tupiguarani. *Anais do XII congresso nacional de arqueologia brasileira*, 12.

Schiffer, M. (1972). Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37, 156-165.

Silva, J. A.; Carvalho, O. A. de; Queiroz, A. N. de. (2014). A cultura material associada a sepultamentos no Brasil: Arqueologia dos adornos. *CLIO Arqueológica*, 29(1), 45-82.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Amor fatal: análise da chacina das nove mortes em Pocinhos Paraíba e sua relação com o feminicídio

Fatal love: analysis of the massacre of the nine deaths in Pocinhos, Paraíba and its relationship with femicide

Natalia da Silva da Costa

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.
nataliasilvacosta123@gmail.com

Beatriz Freire Guimarães

Universidade Federal do Ceará, Brasil.
profbeatrizguimaraes@gmail.com

RESUMO

No ano de 1951, a cidade de Pocinhos, Paraíba, foi palco de um dos mais chocantes crimes do país: o brutal assassinato de uma família inteira. Esse trágico evento teve como pano de fundo o término, ou talvez nem mesmo o início, de um relacionamento afetivo entre um jovem casal. Este artigo tem como objetivo identificar as raízes históricas que fomentam esse tipo de comportamento, ao mesmo tempo em que realiza uma breve revisão do feminicídio na Paraíba. A metodologia empregada envolve a análise de matérias jornalísticas e literatura especializada, bem como a utilização de fontes orais.

Palavras-chave: Chacina das nove mortes; Feminicídio; História Local.

ABSTRACT

In the year 1951, the city of Pocinhos, Paraíba, was the stage for one of the most shocking crimes in the country: the brutal murder of an entire family. This tragic event unfolded against the backdrop of the ending, or perhaps not even the beginning, of an emotional relationship between a young couple. The objective of this article is to identify the historical roots that fuel such behavior while also providing a brief review of femicide in Paraíba. The methodology employed includes the analysis of material sources, such as newspapers and specialized literature, as well as the use of oral sources.

Keywords: Massacre of nine deaths; Femicide; Local history.

1 INTRODUÇÃO

As relações humanas são feitas de encontros e despedidas, talhados por eventos que trazem em si marcas duradouras, ou que se tornam marcantes com o passar do tempo. Ao longo da história, não há quem permaneça imutável, uma vez que, “as circunstâncias moldam os homens, assim como os homens moldam as circunstâncias” (Marx & Engels, 1989, p. 56), reconhecendo que as relações sociais se transformam conforme o espaço e o tempo que as envolvem. Nesse sentido, a cultura desempenha um papel fundamental no modo de vida, independentemente dos grupos sociais. Ela estabelece normas sociais que definem aquilo que é aceitável e apropriado dentro de uma comunidade, moralmente e juridicamente.

Um exemplo disso são as diversas tribos espalhadas pelo mundo, algumas com estruturas patriarcais e outras matriarcais, essas escolhas sobre “poder” fizeram com que a figura feminina fosse vista de forma diferente com o decorrer do tempo e ao compreender esses contextos, podemos identificar as justificativas subjacentes às diferentes formas de tratamento entre os povos, assim:

As diferenciações dos lugares sociais ocupados pelos interlocutores possibilitam a emergência de formas variadas de apreensão e articulação dos conhecimentos que estão sendo elaborados, colocando em circulação, explicitamente ou não, uma multiplicidade de sentidos a eles relacionados (Fontana, 1993, p.127).

Nas sociedades matriarcais, as mulheres assumiram um papel de destaque e respeito, especialmente aquelas que eram mães. Elas eram responsáveis por questões relacionadas à produção, política e cultura.

As mulheres detinham a hegemonia política: mediavam e solucionam os conflitos e organizavam as sociedades. Eram responsáveis pelo bem comum do clã na vida e na morte (...). O culto ocupava lugar central na vida dos primitivos habitantes da Terra. Quanto a tal aspecto, a figura feminina estava no centro da crença na época, e a divindade cultuada era a grande Deusa-Mãe, fonte de toda a vida na Terra. Sendo que os vestígios paleolíticos revelam que o feminino ocupava um lugar primordial” (Monteiro, 2008, p.17).

No entanto, de acordo com Silva (2016, p. 2), as mudanças nas circunstâncias do grupo alteraram suas necessidades, resultando em uma dinâmica diferente daquela observada anteriormente:

No início dos tempos, a mulher representava o poder central, sendo considerada, também, como um ser sagrado. Não havia divisão entre os sexos, porém, é do conhecimento dos estudiosos que os homens viam-se como seres marginalizados, já que não conheciam a capacidade de procriação. Porém, com o passar do tempo, a coleta tornou-se escassa, o que sugeriu a caça a animais de grande porte. Do mesmo modo, as guerras foram se tornando essenciais e, para tal, necessária a força física dos homens, período a partir do qual viu-se o florescimento da supremacia masculina, com o domínio de sua função biológica para a reprodução (Silva, 2016, p. 2).

A partir desse momento, os casamentos se tornaram uma realidade, trazendo consigo o domínio masculino sobre as mulheres. Logo, essas passaram a ser consideradas propriedade de seus maridos. Surgiram famílias, aldeias, cidades e impérios, todos com uma estrutura patriarcal que pode ser entendida como um sistema político-cultural de opressão que se difunde por meio da dominação simbólica dos detentores do padrão de poder generificado (homens) sobre mulheres e demais seres subjugados (Burckhart, 2017, p. 207). Nesse contexto, os filhos homens eram mais valorizados do que as filhas mulheres, pois representavam mão de obra para as lavouras e soldados para as guerras, enquanto as mulheres eram destinadas ao papel de cuidadoras dos lares e do âmbito doméstico.

No Egito Antigo, as mulheres podiam ter propriedades, legar bens e fazer testamentos, assim como agir de acordo com sua vontade. Perante a lei homens e mulheres eram iguais. As egípcias gozavam de uma condição jurídica que gregas e romanas jamais sonharam ter. (Mocellin, 2014). Na Idade Média, com o domínio do cristianismo, a figura feminina se tornou ainda mais submissa ao homem, a igreja buscava justificativas em Deus para tal discriminação, por exemplo:

Convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepçiona e mente (Kremer & Sprenger, 1991, p. 116).

É possível conjecturar que a Igreja Católica talvez tenha sido a instituição que maiores atrocidades praticou contra a mulher (Monteiro, 2008, p.25), com castigos e torturas cruéis para qualquer uma que fosse contra as regras ditadas pelos homens, havia “(...) perseguições bárbaras a mulheres, a maioria delas acabou sendo condenada à dor excruciante da morte lenta na fogueira” (Monteiro, 2008, p.27).

Na Idade Moderna, principalmente com o Renascimento, a sociedade passou por uma série de transformações em diferentes contextos, no que se refere a arte, a mulher passou a assumir o papel de “sexo belo”, mas para além da aparência, foi um momento em que muitas figuras femininas passaram a emergir como signo de força e resistência.

Inspiradas pelos ideais iluministas, as mulheres pediam mais educação, mais liberdade, igualdade de direitos em relação aos homens, direito ao divórcio, direito de aprender profissões, igualdade na aplicação das leis penais, já que elas eram igualadas aos homens estrangeiros de acordo com a Constituição vigente, além do banimento da regra tradicional de primogenitura para herança, direito à propriedade e até oportunidades de trabalho (Dante, 2013, p. 11).

Com certeza, a condição feminina tem avançado significativamente ao longo dos anos, e as mulheres conquistaram muitos direitos fundamentais. No entanto, é inegável que o patriarcado ainda exerce uma influência significativa em diversas esferas sociais, perpetuando estereótipos e limitando as oportunidades das mulheres.

Apesar dos avanços, ainda é comum ver justificativas baseadas em crenças ultrapassadas e discursos antiquados que buscam manter a realidade presente. É fundamental continuar questionando e desafiando essas narrativas, promovendo a conscientização e a mudança de mentalidades para construir uma sociedade mais igualitária para todos. Segundo Pateman em seu livro “O Contrato Sexual” (1993), ela resgata teóricos contratualistas que defendem que apenas os indivíduos livres e iguais podem participar de um contrato. Nesse contexto, os homens são considerados os participantes deste contrato. Por outro lado, as mulheres são submetidas à sujeição, especialmente em relação aos seus corpos e à esfera sexual. Assim, Pateman afirma que “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (Pateman, 1993, p. 17).

Sem dúvida, a religião tem desempenhado um papel significativo na perpetuação da submissão feminina ao longo da história. Apesar de muitas tradições religiosas pregarem valores de respeito e empatia para com as mulheres, a interpretação e manipulação desses ensinamentos muitas vezes resultaram na imposição de padrões de submissão, sustentados pelo machismo e pelo patriarcado.

É importante ressaltar que, dentro dos próprios textos sagrados, não há pregações explícitas de desrespeito ou falta de consideração pela figura feminina. No entanto, a interpretação e manipulação desses discursos muitas vezes serviram para manter um padrão de vida baseado “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” e no “arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas sagradas pela tradição” (Weber, 2004, p.243).

Não é surpreendente que, mesmo nos dias atuais, muitas mulheres ainda se submetam a um estilo de vida subalterno por medo de serem condenadas. Esse discurso é especialmente comum entre as mulheres mais velhas e religiosas, que cresceram em contextos diferentes dos atuais. No entanto, mulheres mais jovens também enfrentam essas situações por diversos motivos, como dependência financeira ou emocional, ou até mesmo por causa do apego dos filhos à figura masculina, o que gera receio de causar traumas às crianças.

Percebe-se que o patriarcado, infelizmente, abriu espaço para a misoginia, que pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a discriminação, violência e objetificação sexual das mulheres. Cabe apontar que, etimologicamente, a palavra "misoginia" surgiu a partir do grego *misogynia*, ou seja, a união das partículas “miseó”, que significa “ódio”, e *gyné*, que se traduz para “mulher”. (Cunha, 2007, p. 386; 524). Diariamente, as mulheres são frequentemente rotuladas e julgadas com base em suas escolhas de vida. Quando optam por seguir uma carreira profissional em vez de ter filhos, muitas vezes são criticadas e até mesmo acusadas de coisas injustas, como serem mal-amadas ou homossexuais. Da mesma forma, quando escolhem praticar atividades tradicionalmente associadas aos homens ou seguir carreiras predominantemente masculinas, enfrentam estereótipos e julgamentos semelhantes.

Além disso, o machismo tem impactos muito sérios além dos julgamentos sociais. Ele transformou situações simples, como sair à noite, em algo aterrorizante para as mulheres. O aumento alarmante de casos de abuso, violência sexual e feminicídio reflete essa realidade preocupante. Mulheres são vítimas desses atos violentos simplesmente por serem mulheres, e isso requer uma ação urgente e decisiva para ser combatido.

O sentimento de posse sobre as mulheres, muitas vezes enraizado em discursos que promovem a ideia de que “quem manda é o homem” ou “homem que a mulher manda não é homem”, contribui para a perpetuação da violência contra as mulheres. É fundamental desafiar e mudar essas mentalidades para criar uma sociedade mais justa e segura para todos.

Foi sob o manto sombrio do falso sentimento de posse que, em 1951, desenrolou-se a trágica “Chacina dos Nove”, nos confins de Pocinhos, no interior da Paraíba. O eco de tal

horror reverberou por todo o país, como um lamento ancestral. A motivação, tão densa, emergiu da recusa de uma jovem em entrelaçar seu destino com o de um rapaz. Cego pela ira, ele ceifou vidas, tanto da menina, inocente e vulnerável, quanto da sua família, e o sangue derramado encharcou a terra árida.

O presente trabalho aborda um fato histórico que desencadeou a análise da alarmante situação de feminicídio no município de Pocinhos. Nosso objetivo é evidenciar como raízes antigas ainda perpetuam problemas sociais em nossa sociedade, os quais precisam ser enfrentados e solucionados. Além disso, buscamos registrar esse evento, fortalecendo a história local e garantindo que casos semelhantes não sejam apagados com o passar do tempo, mas sim servem como espelho para reflexão.

Para conduzir essa breve pesquisa, adotamos uma metodologia que envolve a análise de manchetes em jornais, e, principalmente, a fonte oral. Inspirados pela Nova História, exploramos novas problemáticas, sujeitos e fatos como construtores da narrativa histórica.

Para entender mais desse trágico caso e sua associação com a problematização atual do feminicídio, cabe antes entender como se deu o cenário na Paraíba.

2 A CHACINA DAS NOVE MORTES EM POCINHOS, PARAÍBA

A violência contra a mulher é desenfreada, ao ponto que se torna comum nos noticiários nacionais e regionais ocorrendo em todas as classes sociais. Desse modo, ela não é crime de pobre ou de rico, mas um crime de ódio contra mulheres, isso porque, segundo Laureiro (2020, pp. 115 - 116):

O feminicídio incorpora uma dupla violação do direito. Além de transgredir o direito à vida de um ser humano, o agente ainda ofende o direito da mulher de igual consideração e respeito, submetendo-a à violência estrutural e institucionalizada do patriarcado, aqui entendido como o contexto de dominação masculina, que determina as funções sociais dos sexos masculino e feminino.

Fernandes (2015, p. 69) ressalta que o “perfil do homem que pratica feminicídio é de alguém autocentrado, egoísta e muitas vezes com baixa autoestima. Mata não por amor, mas por um sentimento de posse e por sua reputação”. Tal sentimento é explicado pela construção social que sempre colocou a figura masculina como superior à feminina. De acordo com Simone de Beauvoir (1980, p. 26-31), a mulher é desde cedo exposta a hierarquia entre o sexo masculino e o feminino, sendo o primeiro sempre “dominante” ao segundo.

É importante ressaltar que essa “exposição” não é um fato recente, as mulheres vêm

sendo vítimas de agressões ao longo da história em praticamente todos os países independente dos regimes econômicos e políticos. Contudo, tal violência é mais frequente em países que prevalece uma cultura machista.

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério, o que pelo livro V das *Ordenações Filipinas* permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite (Blay, 2003, p. 87).

Inserido nesse contexto, os crimes passionais, tornou-se um dos mais graves problemas da época. Mulheres eram assassinadas por homens que tinham sua “honra manchada”, para Aquino esses atos:

São crimes cujo impacto é silenciado, praticados sem distinção de lugar, de cultura, de raça ou de classe, além de ser a expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. Cometidos por homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas (Aquino, 2015, p.11).

Em meados do século XX, Pocinhos um pequeno município paraibano, até então distrito de Campina Grande foi palco de um desses crimes de paixão. A população local era composta basicamente por agricultores, incluindo a família do Sr. Bartolomeu Costa, vítimas de uma chacina ocorrida no Sítio Gravata, no dia 09 de fevereiro de 1951.

Para registro desses fatos utilizamos principalmente a fonte oral, que segundo Thompson, “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos” (Burke *apud* Thompson, 1998, p. 17).

Em um dia de domingo, Arlindo, um de seus filhos foi a Pocinhos montado em seu cavalo para visitar sua namorada. Ao voltar para casa, Arlindo (que por ironia do destino, tem o mesmo nome que o algoz da sua família) se depara com sua residência totalmente fechada e passa a chamar por várias vezes seus familiares. Visto que ninguém o atendia, o mesmo

adentra a casa forçando a porta. Logo, depara-se com seus familiares todos mortos (Figura 3). O choque ao ver aquela realidade foi tão enorme que Arlindo veio a desmaiar no mesmo instante, retornando em sua consciência apenas horas depois. A notícia repercutiu nos jornais. (Figura 1) e (Figura 2).

Figura 1

Notícia no jornal a respeito da chacina das nove mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado de *Jornal O Dia (PR)*, 3 de fevereiro de 1951. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=092932&pagfis=71485>

Figura 2

Notícia no jornal a respeito da chacina das nove mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado de *Diário da Noite (RJ)*, 1951. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=221961_03&pagfis=9075

Arlindo, desesperado dispara porta a fora a procura de ajuda que tardiamente veio chegar. O delegado Cícero Alves de Andrade se depara então com nove vítimas, entre elas estão: Bartolomeu Costa (50anos), Maria Costa Januário (48 anos), José Januário (25 anos), Josefa Januário (22 anos), Milton Januário (21 anos), Julita Januário (16 anos), Elita Januário (12 anos), Hilda Januário (10 anos) e Iraci Januário (6 anos). Há relatos que o senhor

Bartolomeu e seu filho José perderam a vida por perfuração de bala, enquanto o restante de sua família foi degolada.

Figura 3

Corpos das vítimas da chacina e as autoridades locais.



Adaptado via facebook de Ubiratan Cirne (jornalista).

O motivo de tal barbárie teria sido o fato de Bartolomeu não aceitar o relacionamento de sua filha Josefa Januário com Arlindo França, vizinho próximo da família. De acordo com Santos (2009), essa violência no interior da Paraíba, especialmente Campina Grande, no início do século XX foi demarcada a partir das relações de poderes existente nas tramas do cotidiano, sejam poderes políticos, religiosos, como também poderes familiares e amorosos (Santos, 2009, p.37).

Após uma denúncia, Arlindo França, vizinho da família e pretendente amoroso de Josefa Januário, tornou-se o principal suspeito dessas mortes dado que o mesmo esbanjava uma certa quantidade de dinheiro, dinheiro esse que tinha desaparecido da casa da família Januário juntamente com um relógio de época. França foi preso e condenado a trinta anos de prisão na Penitenciária Desembargador Flósculo de Nobrega (Roger) na capital João Pessoa - PB, mesmo negando sua autoria do crime.

Há relatos que o Arlindo França após cumprir sua pena, obteve a liberdade e tornou-se sapateiro, profissão na qual fez fortuna. Apesar de julgado e condenado, o mesmo continuou negando a autoria da chacina das nove mortes enquanto que Arlindo Januário, filho e único sobrevivente da carnificina, encarou uma tremenda depressão com a perda de seus entes queridos e veio a falecer em 26 de novembro de 1997.

Arlindo Januário, assim como sua família, está sepultada no jazigo do cemitério da

cidade de Poçinhos (Figuras 4 e 5), o tumulo da família até hoje atrai a visita de curiosos e conhecedores dessa tragédia.

Figura 4

Jazigo das nove vítimas da chacina e o único sobrevivente.



Figura 5

Identificação do jazigo das vítimas da chacina.



Essa fatalidade é repassada oralmente de geração em geração por muitas famílias dentro da cidade, por vezes, gerando muitas versões de sua narrativa, mas com o mesmo desfecho. Depois de tantos anos, as ruínas da casa da família Januário ainda se encontra, em boa parte conservada, esbanjando a arquitetura das construções de casas daquela época (Figuras 6 a 10).

Figura 6

Ruínas da casa das nove mortes – Sitio Gravata, Pocinhos – PB.



Figura 7

Ruínas da Casa da chacina das Nove Mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado via facebook Turismo em Pocinhos.

Figura 8

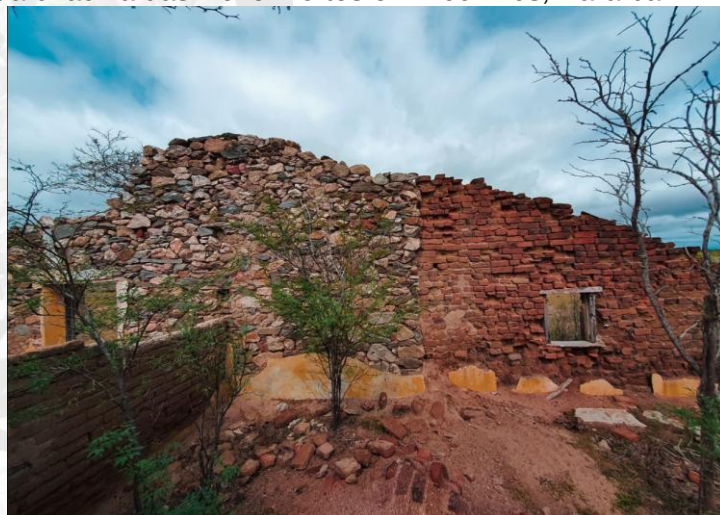
Ruínas da Casa da chacina das Nove Mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado via facebook Turismo em Pocinhos.

Figura 9

Ruínas da Casa da chacina das Nove Mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado via facebook Turismo em Pocinhos.

Figura 10

Ruínas da Casa da chacina das Nove Mortes em Pocinhos, Paraíba.



Adaptado via facebook Turismo em Pocinhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trágica história das nove mortes ainda ressoa nas memórias dos Pocinhenses. No entanto, pouco se discute o problema subjacente a esse fato: o feminicídio, envolto em preconceitos, que cegou um homem a ponto de tirar a vida de uma família inteira. Essa tragédia se tornou uma “história assustadora para as meninas” quando escolhem seus pretendentes, mas não serviu como exemplo negativo para os meninos, demonstrando como não se comportar diante das suas frustrações.

Além disso, não se reconheceu o quão problemático é resolver conflitos por meio da violência. O feminicídio é a etapa final do continuum da violência contra a mulher. Muitas dessas mortes são “anunciadas” e evitáveis, sendo resultado de múltiplas manifestações de violência enraizadas historicamente nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Essa discriminação sistêmica do gênero feminino é sustentada por valores sociais, religiosos, econômicos e práticas culturais. É importante reconhecer que tanto o feminicídio quanto a violência de gênero são temas marcados por preconceitos e falta de compreensão e então educar as crianças desde cedo a não cometer tais delitos.

Quanto as ruínas do casarão, esse espaço se revela como um patrimônio material que forma a memória coletiva da região, mesmo sendo considerado “patrimônio difícil” como chama Meneguello, ou melhor dizendo, “passados sufocados ligados a dor e traumas”, mas que “não permanecem silenciados por muito tempo” (Meneguello, 2022, p.389).

Por se tratar de uma área histórica, é interessante que sejam contactados profissionais da arqueologia (tanto para encontrar novas fontes como para uma questão de licenciamento para construção/reforma do casarão caso seja evidenciado os possíveis potenciais culturais do local) e demais profissionais como da museologia, antropologia, etc, para analisar com detalhes o potencial científico e cultural/turístico do espaço, para então obter novas análises e fontes que relatem mais sobre o local e o estilo de vida dos que moravam ali. Após a avaliação, o local pode vir a se tornar um verdadeiro museu ou parte de uma outra instituição que preze pelos direitos das mulheres, uma ação conjunta entre população, escola e líderes políticos.



REFERÊNCIA

- Aquino, Q. B. de; Kontze, K. B. (2001). O feminicídio como tentativa de coibir a violência de gênero. *Anais da semana acadêmica Fadisma Entrementes* (12). URL: <https://sites.fadisma.com.br/entrementesanaais/o-feminicido-como-tentativa-de-coibir-a-violencia-de-genero/>
- Blay, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. Mulher, mulheres. *Estudos Avançados*, 17 (49). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>
- Burkhart, T. (2017). Gênero, Dominação Masculina e Feminismo: por uma teoria feminista do direito. *Direito em Debate*, 26 (47), p. 205-24. DOI: <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.47.205-224>.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira.
- Cunha, A.G. (2007). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Editora Lexikon.
- Fontana, R. A. C. A. (1993). Elaboração Conceitual; a dinâmica das interlocuções na sala de aula. In: Smolka A. L. B.; Góes. M. C. (eds.) *Linguagem e o Outro no Espaço Escolar; Vygotsky e a construção do conhecimento*. Papirus, pp. 121-151.
- Marx, K.; Engels, F. (1989). *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. (7ª ed.). Editora Hucitec.
- Meneguelo, C. (2022). Patrimônio difícil: um conceito incompleto? In: Nogueira, A. G. R. (Org.). *Patrimônio, Resistência e Direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas*. Milfontes.
- Mocellin, R. (2014). *As mulheres na antiguidade*. Editora do Brasil.
- Monteiro, C. S. (2008). *As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento*. [Dissertação de mestrado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões]. Repositório do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Direito Mestrado e Doutorado. URL: https://san.uri.br/mestrado_direito/index.php/mestrado/dissertacoes/2008-2/

Pateman, C. (1993) *O Contrato Sexual*. Editora Paz e Terra.

Santos, H. C. C. (2009). "*Amo-te como os anjos amam a Deus*": o crime passionai e a violência de gênero em Campina Grande (1890-1940). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande]. Biblioteca digital de Teses e Dissertações da UFCG. URL: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/6273>

Silva, da V., Londero, J. C. (2016, 08 de junho). Do Matriarcalismo ao Patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres. [Comunicação Oral]. XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e sexualidades, Campina Grande, Paraíba. URL: <https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18452>

Thompson, E. P. (2001). As peculiaridades dos ingleses. In: Negro, A. L., Antonio, Silva, S. (Org.). Editora da UNICAMP.

Turismo em Pocinhos. (2024). Casa das Nove Mortes. Facebook. URL: https://www.facebook.com/turismoempocinhos/?locale=pt_BR

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

ArqueoTech: tecnologias imersivas, acessibilidade e engajamento social no patrimônio material e imaterial

ArqueoTech: immersive technologies, acesibility and social engagement in tangible and intangible heritage

Nina Rosa Ledoux

Universidade Federal de Sergipe, Brasil.
ninarosaledoux@gmail.com

RESUMO

O projeto ArqueoTech integra Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e tecnologias imersivas (VR, jogos, réplicas táteis) em uma exposição itinerante. Ancora-se em bases Freireanas e decoloniais para democratizar o conhecimento arqueológico, engajar públicos e desconstruir narrativas hegemônicas, promovendo justiça epistêmica na memória social.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Tecnologias digitais; Arqueologia Pública.

ABSTRACT

The ArqueoTech project integrates Public Archaeology, Heritage Education, and immersive technologies (VR, games, tactile replicas) into a traveling exhibition. Grounded in Freirean and decolonial frameworks, it aims to democratize archaeological knowledge, engage diverse audiences, and deconstruct hegemonic narratives, fostering epistemic justice in social memory.

Keywords: Heritage Education; Digital technologies; Public Archaeology.

1 INTRODUÇÃO

A educação patrimonial e a Arqueologia Pública assumem um papel estratégico nos debates contemporâneos sobre acesso ao conhecimento científico, direitos à memória e preservação cultural. Diante das desigualdades históricas que permeiam os campos da arqueologia e da museologia, diversas iniciativas emergem para transformar a maneira como os bens culturais são experienciados e compreendidos. É nesse cenário que o ArqueoTech se apresenta como uma proposta inovadora, que alia tecnologia, interatividade e sensibilidade educativa para ressignificar o contato com o patrimônio material e imaterial em sua diversidade.

O ArqueoTech é um projeto expositivo e educativo de caráter itinerante que oferece uma experiência sensorial, imersiva e inclusiva de divulgação científica em Arqueologia. Com foco na valorização do patrimônio cultural brasileiro em sua pluralidade, a iniciativa parte do entendimento de que o acesso ao patrimônio não deve permanecer restrito a museus institucionais ou centros acadêmicos. Ao contrário, deve ser democratizado por meio de tecnologias digitais integradas a metodologias participativas de educação patrimonial. Assim, o projeto se ancora nos princípios da Arqueologia Pública, da justiça epistêmica e da decolonialidade, adotando uma abordagem crítica e transformadora na relação entre ciência, memória e sociedade.

Estruturado em cinco blocos temáticos — que vão da evolução humana às expressões do patrimônio imaterial reconhecidas pela UNESCO — o ArqueoTech incorpora recursos como realidade virtual, realidade aumentada, jogos interativos, escavações simuladas, réplicas táteis e dispositivos de acessibilidade. Essa abordagem visa reconfigurar os modos de aprender e vivenciar o patrimônio, estimulando o envolvimento de públicos historicamente distanciados das práticas museológicas tradicionais.

As premissas que orientam o projeto incluem o reconhecimento de saberes plurais e de narrativas historicamente marginalizadas — especialmente as de populações afrodescendentes, indígenas e LGBTQIA+ —, a valorização da mediação cultural como prática dialógica e sensível às realidades locais, e a integração entre inovação tecnológica, educação crítica e participação social como vias para a construção coletiva do conhecimento e do pertencimento identitário.

Entre os principais objetivos estão a promoção do acesso qualificado ao conhecimento arqueológico para públicos diversos, com ênfase em escolas públicas, periferias urbanas, territórios indígenas e quilombolas; o fortalecimento de vínculos identitários e do senso de pertencimento a partir da valorização das memórias coletivas; a ampliação do interesse pela

ciência e pela história por meio de experiências sensoriais e interativas; e o estímulo a práticas de educação patrimonial inclusivas, acessíveis e enraizadas nas vivências dos sujeitos.

Os resultados esperados incluem o engajamento efetivo de públicos diversos com o patrimônio cultural, a ampliação do repertório crítico e cultural de estudantes e professores, a formação de acervos digitais acessíveis e colaborativos, e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade cultural e à promoção do direito à memória.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de captação de recursos, por meio de Leis de Incentivo à Cultura e editais públicos voltados à produção cultural, educação patrimonial e inovação educativa. Sua concepção está alinhada às diretrizes da Constituição Federal, do Plano Nacional de Cultura, da Política Nacional de Museus e das convenções da UNESCO voltadas à proteção do patrimônio cultural.

O ArqueoTech nasce de uma trajetória consolidada em arqueologia pública e produção cultural. Desde 2023, vem sendo aprimorado em diferentes frentes e, em 2025, teve seu processo de registro de obra iniciado na Biblioteca Nacional (Protocolo: 000984.0266587/2025). Já foi submetido ao edital “Seleção Pública - Petrobras Cultural – Novos Eixos” (2024) e inscrito no Programa de Patrocínios do Banco do Brasil (2025), com vistas à sua implementação e itinerância. Esses esforços dialogam com Holtorf (2007), que ressalta a importância de comunicar à sociedade o valor social e simbólico da arqueologia, legitimando seu financiamento com recursos públicos ou mecanismos de apoio cultural.

É amplamente reconhecido que os avanços tecnológicos — especialmente nas áreas da comunicação e da mobilidade — têm reconfigurado as práticas sociais e as formas de aprendizagem. Diante da migração das novas gerações para ambientes digitais, especialmente após a pandemia de Covid-19, torna-se urgente repensar as formas de socialização do patrimônio cultural. Como propõe Forte (2007), é preciso romper com modelos estáticos e acolher uma “memória nômade”, capaz de transcender fronteiras físicas e simbólicas.

Essa proposta dialoga com o caráter itinerante do ArqueoTech, que opera em três dimensões principais: a desterritorialização, com unidades móveis adaptadas para espaços não museais (Deleuze & Guattari, 1980); a transgeracionalidade, com design inclusivo e acessível para múltiplas faixas etárias (Hooper-Greenhill, 2007); e a memória dinâmica, entendida como um processo de ressignificação contínua das experiências e narrativas sobre o passado (Halbwachs, 1990).

Inspirado pela pedagogia crítica de Paulo Freire, o ArqueoTech entende a educação como um ato transformador enraizado na realidade concreta dos sujeitos. Para Freire (2000), “homens e mulheres podem mudar o mundo para melhor, mas apenas partindo da realidade concreta que suas gerações alcançam” (p. 53). Alinhado a essa perspectiva, o projeto

reconhece todos os saberes como legítimos, conforme argumenta Holtorf (2007), e propõe uma arqueologia que dialoga com trajetórias individuais e coletivas. Assim, o ArqueoTech se configura como vetor de transformação social, onde as ciências do passado se renovam por meio da tecnologia, promovendo o acesso democrático à informação e trazendo ao centro da discussão grupos historicamente marginalizados.

A transição do modelo analógico para o digital tornou as experiências sensoriais e cognitivas profundamente ligadas às tecnologias contemporâneas. Esse novo cenário exige uma educação patrimonial atualizada, desafiadora, flexível e crítica — capaz de transformar o conhecimento em ação. Considerando o patrimônio como um bem coletivo, torna-se responsabilidade da Arqueologia garantir que os instrumentos de preservação cultural alcancem, com equidade, todos os sujeitos sociais. Essa integração entre educação, tecnologia e justiça social possibilita a formação de agentes críticos comprometidos com a valorização da diversidade e a manutenção da identidade cultural.

Inspirado pela pedagogia crítica de Paulo Freire, o ArqueoTech entende a educação como um ato transformador enraizado na realidade concreta dos sujeitos. Para Freire (2000), “homens e mulheres podem mudar o mundo para melhor, mas apenas partindo da realidade concreta que suas gerações alcançam” (p. 53). Alinhado a essa perspectiva, o projeto reconhece todos os saberes como legítimos, conforme argumenta Holtorf (2007), e propõe uma arqueologia que dialoga com trajetórias individuais e coletivas. Assim, o ArqueoTech se configura como vetor de transformação social, onde as ciências do passado se renovam por meio da tecnologia, promovendo o acesso democrático à informação e trazendo ao centro da discussão grupos historicamente marginalizados.

A transição do modelo analógico para o digital tornou as experiências sensoriais e cognitivas profundamente ligadas às tecnologias contemporâneas. Esse novo cenário exige uma educação patrimonial atualizada, desafiadora, flexível e crítica — capaz de transformar o conhecimento em ação. Considerando o patrimônio como um bem coletivo, torna-se responsabilidade da Arqueologia garantir que os instrumentos de preservação cultural alcancem, com equidade, todos os sujeitos sociais. Essa integração entre educação, tecnologia e justiça social possibilita a formação de agentes críticos comprometidos com a valorização da diversidade e a manutenção da identidade cultural.

2 A PROPOSTA DO ARQUEOTECH: DESIGN TEMÁTICO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO EPISTÊMICA

A proposta do ArqueoTech estrutura-se como uma exposição sensorial, imersiva e itinerante, concebida para funcionar simultaneamente como ambiente educativo, plataforma

de inclusão e espaço de ressignificação simbólica da relação entre público e patrimônio. Seu desenho curatorial é organizado em cinco blocos temáticos interdependentes: (1) Introdução à Arqueologia e ao Patrimônio Cultural; (2) Evolução Humana: Do Sahelanthropus à Luzia; (3) Genialidades Pré-coloniais; (4) Arqueologia Histórica e Diáspora Africana; e (5) Patrimônio Imaterial. Esses núcleos formam uma narrativa progressiva e dialógica, permitindo ao visitante transitar por diferentes escalas temporais e identitárias, promovendo múltiplas formas de conexão com a história, a ciência e a diversidade cultural brasileira.

Figura 10

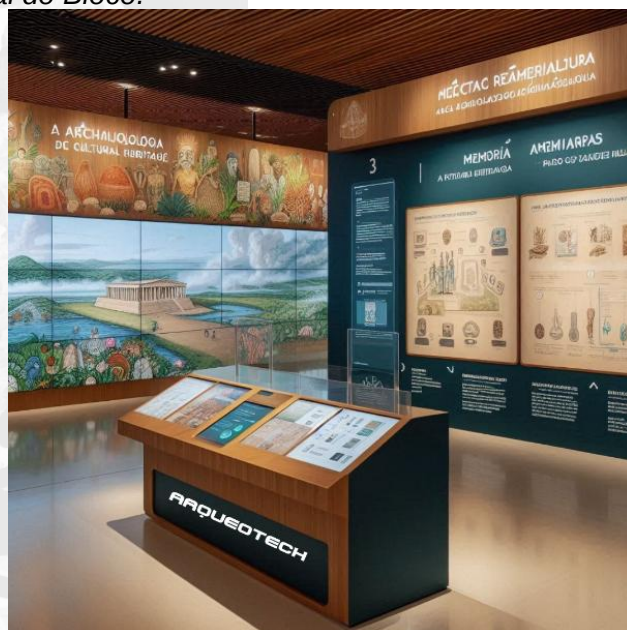
Identidade visual para o Projeto Arqueotech.



Cada bloco é proposto para avançar como conteúdo expositivo, atuando como dispositivo pedagógico e político. O objetivo não é simplesmente transmitir informações, mas provocar reflexões, despertar pertencimento e ressignificar a experiência patrimonial. Essa abordagem se alinha ao conceito de “experiência significativa” proposto por Hooper-Greenhill (2007), no qual exposições e museus operam como mediadores entre sujeitos e o mundo, ativando sentidos, afetos e saberes prévios.

O primeiro bloco, “Introdução à Arqueologia e ao Patrimônio Cultural”, apresenta conceitos fundamentais de arqueologia, memória social e patrimônio material e imaterial, além de introduzir os marcos legais da preservação no Brasil. Seu propósito é nivelar os conhecimentos iniciais dos visitantes e desconstruir estereótipos que associam a arqueologia exclusivamente a ruínas antigas, culturas “exóticas” ou, de forma equivocada, à paleontologia e aos dinossauros. A proposta busca afirmar que todos os grupos humanos — inclusive os contemporâneos — produzem referências culturais que configuram temas centrais para a pesquisa, a preservação e a valorização patrimonial.

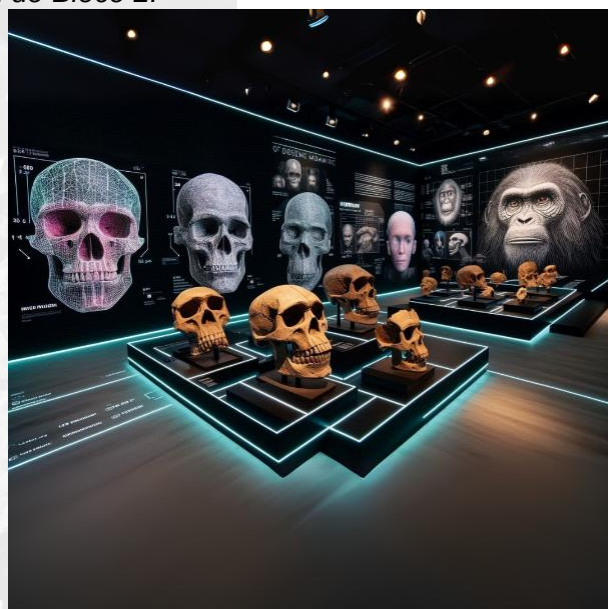
Figura 11
Representação visual do Bloco.



O segundo bloco, “Evolução Humana: Do Sahelanthropus à Luzia”, convida o visitante a uma imersão no processo evolutivo da espécie humana, articulando dados arqueológicos, paleoantropológicos e reflexões sobre ancestralidade. O foco é promover uma compreensão transdisciplinar da evolução biológica e cultural do ser humano, integrando ciência, memória e identidade. Réplicas táteis de crânios de hominídeos — com destaque para Luzia, datada de cerca de 11.500 anos (Gaspar Neto & Santos, 2009) — são mediadas por educadores patrimoniais, promovendo experimentação sensorial e contato direto com a materialidade do passado. Telas interativas complementam o espaço, apresentando reconstruções faciais, mapas, cronologias e informações científicas em linguagem acessível, desafiando visões eurocentradas e hierarquizadas do progresso humano.

Figura 12

Representação visual do Bloco 2.



O terceiro bloco, “Genialidades Brasileiras Pré-Coloniais”, é dedicado à valorização das sofisticadas formas de organização social, tecnologia e cosmologia dos povos originários do Brasil. Réplicas de artefatos líticos e cerâmicos oriundos de sítios registrados pelo IPHAN oferecem uma conexão sensorial com o passado. O destaque é a simulação em realidade virtual de um sítio arqueológico no Parque Nacional da Serra da Capivara, além de um ateliê de pinturas rupestres e a cabine audiovisual “Vozes da Pedra”, que apresenta um minidocumentário poético com representações de ancestralidades diversas, incluindo afetividades LGBTQIA+, a partir de registros rupestres (Justamand et al., 2019).

Figura 13

Representação visual do Bloco 3 – Realidade virtual e pinturas.

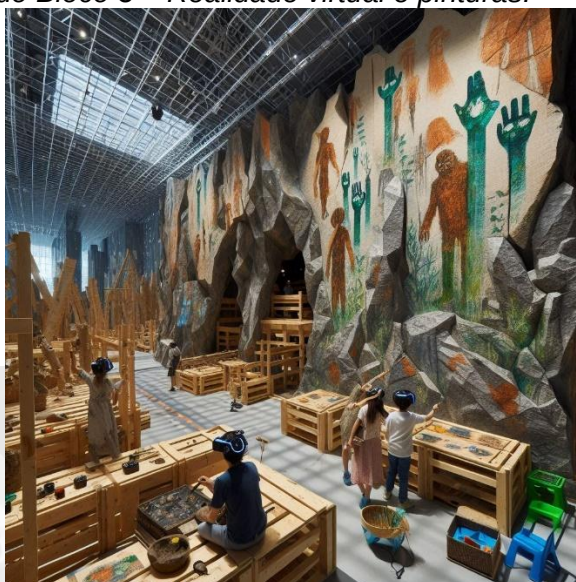


Figura 14

Representação visual do Bloco 3 – Cabine Audiovisual “Vozes da Pedra”.



O quarto bloco, “Arqueologia Histórica Afro-Brasileira: Rastros da Diáspora e da Resistência”, valoriza a presença africana no Brasil por meio da materialidade arqueológica vinculada ao tráfico negreiro, à religiosidade afro-brasileira e às formas de resistência cultural. Dividido em dois núcleos, o primeiro apresenta o Sítio Cais do Valongo (RJ), onde escavações simuladas e painéis interativos contextualizam a chegada forçada de africanos escravizados. O segundo núcleo, “Arqueologia do Axé”, inspirado em Novaes (2022), reconstitui o ritual de

submersão de Exu na Baía de Todos os Santos, valorizando as práticas espirituais e o protagonismo das comunidades negras na construção de paisagens sagradas.

Figura 15

Representação visual do Bloco 4.



O quinto bloco, “Patrimônio Imaterial da Humanidade no Brasil”, ancora-se no marco legal que orienta a proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) no país, conforme a Constituição Federal (1988, art. 216) e os decretos e leis que instituem o Livro de Registro do PCI (Decreto nº 3.551/2000), o Sistema Nacional de Salvaguarda (Decreto nº 4.887/2003) e mecanismos de fomento cultural (Lei nº 12.343/2010). No plano internacional, o Brasil é signatário da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do PCI (2003), ratificada pelo Decreto nº 5.904/2006.

Com base nesses dispositivos, o bloco apresenta manifestações reconhecidas pela UNESCO — como a Roda de Capoeira, o Frevo, o Samba de Roda, o Círio de Nazaré e a Arte Kusiwa — por meio de uma proposta expositiva sensorial e interativa. Os visitantes podem manusear objetos simbólicos dessas manifestações — como o berimbau, trajes típicos ou tinta vermelha do urucum utilizada nos grafismos indígenas — e interagir com conteúdos digitais. Um chroma key permite que o público seja inserido em cenários temáticos dessas expressões culturais, promovendo envolvimento lúdico, identificação e valorização das práticas como componentes da identidade coletiva e do patrimônio vivo nacional.

Figura 16

Representação visual do Bloco 5.



A proposta do ArqueoTech prevê que todo o circuito expositivo seja mediado por tecnologias digitais e recursos de acessibilidade física e comunicacional, como audiodescrição, Libras, sinalização tátil e réplicas sensoriais. Ferramentas como realidade virtual, jogos interativos e inteligência artificial não são concebidas como meros atrativos tecnológicos, mas como estratégias pedagógicas que ampliam o engajamento, promovem a inclusão e tornam a aprendizagem uma experiência multissensorial. De forma complementar, prevê-se o desenvolvimento de um aplicativo próprio que ofereça funcionalidades como o mapa da exposição, acesso a materiais complementares, avaliações interativas por bloco temático e uma ferramenta de fotografia personalizada. Essa estrutura interativa se fundamenta na concepção de “museu participativo” defendida por Simon (2010), na qual o visitante deixa de ser um espectador passivo para tornar-se agente ativo da construção de sentido e da valorização do patrimônio.

Ao término do percurso expositivo, propõe-se a instalação de um totem interativo destinado exclusivamente à avaliação da experiência vivenciada pelo público. Esse recurso visa captar percepções, sugestões e níveis de satisfação dos visitantes, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do projeto e fortalecendo sua dimensão participativa e responsiva.

Figura 17

Representação visual do totem de avaliação da exposição.



3 TECNOLOGIAS IMERSIVAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL INCLUSIVA: INOVAÇÕES NO PROJETO ARQUEOTECH

No âmbito do Projeto ArqueoTech, tecnologias como a Realidade Virtual (VR), Realidade Aumentada (AR) e Realidade Mista (MR) são mobilizadas como potentes ferramentas de mediação cultural e democratização do conhecimento arqueológico, articulando inovação digital, políticas públicas de fomento e os princípios da Arqueologia Pública. Mais do que instrumentos de reprodução de conteúdo, essas tecnologias, quando integradas a processos educativos participativos, têm o potencial de romper com modelos expositivos passivos e hierarquizados, promovendo a participação ativa dos sujeitos como protagonistas das experiências formativas.

Conforme argumentam Carvalho e Gonçalves (2024), a interatividade digital, quando aliada à inclusão, fomenta uma pedagogia democrática, afetiva e crítica. O ArqueoTech concretiza essa perspectiva ao propor experiências sensoriais com artefatos arqueológicos, reconstruções em realidade virtual, escavações simuladas e jogos educativos que estimulam a curiosidade, o senso de pertencimento e o desenvolvimento do pensamento crítico, abrindo caminhos para uma educação patrimonial mais significativa e engajada.

No contexto da educação patrimonial, tais abordagens permitem que estudantes interajam de forma concreta com elementos da história e da cultura, superando barreiras físicas e simbólicas que tradicionalmente excluem parcelas da população do acesso ao patrimônio. Inspirado na pedagogia freiriana, o Projeto ArqueoTech prioriza a valorização da experiência vivida e do contexto sociocultural dos sujeitos. Segundo Freire (1987), a prática educativa deve partir da realidade concreta dos aprendizes, reconhecendo suas referências

culturais e promovendo a construção coletiva do conhecimento em um processo dialógico e emancipador.

Nesse sentido, saberes ancestrais, histórias silenciadas e memórias invisibilizadas não são tratados como conteúdos periféricos, mas como fundamentos essenciais da ação educativa. A incorporação de tecnologias imersivas amplia o alcance dessas narrativas, potencializando a comunicação entre diferentes gerações e saberes — científicos, tradicionais, populares — em uma dinâmica horizontal, inclusiva e colaborativa.

As tecnologias imersivas, por sua vez, criam ambientes digitais altamente interativos que simulam ou expandem o mundo físico, estimulando múltiplas formas de aprendizagem. No Projeto ArqueoTech, são empregadas na reconstrução de sítios arqueológicos, na interação com réplicas digitais de artefatos e na simulação de atividades de campo, sempre com respeito às especificidades culturais e históricas das comunidades envolvidas.

Em um país onde grande parte da população nunca frequentou museus ou instituições de memória, iniciativas como a aplicação da realidade virtual em escolas públicas — a exemplo do projeto pioneiro no Maranhão (Imirante, 2025) — demonstram o potencial das tecnologias imersivas para superar desigualdades de acesso e promover o direito à memória e ao patrimônio cultural.

Do ponto de vista da inclusão, as tecnologias imersivas viabilizam adaptações fundamentais para pessoas com deficiência, como legendas, audiodescrição, experiências táteis e recursos de navegação simplificada. Essa abordagem está em consonância com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (Cast, 2011), assegurando que todos os sujeitos possam acessar e se beneficiar plenamente das experiências educativas. Além disso, a digitalização de artefatos, contextos arqueológicos e manifestações culturais contribui para a salvaguarda de patrimônios ameaçados, gerando acervos digitais dinâmicos, abertos e acessíveis. No ArqueoTech, esse processo é conduzido em diálogo com as comunidades locais, garantindo que a apropriação tecnológica respeite os saberes, valores e sensibilidades coletivas.

Apesar de seus múltiplos potenciais, a implementação das tecnologias imersivas enfrenta desafios concretos. Os altos custos de produção e aquisição de equipamentos ainda representam entraves significativos, tornando a captação de recursos uma tarefa complexa, mesmo diante das políticas de fomento existentes no país. Somam-se a isso questões éticas e epistemológicas, como a fidelidade das representações digitais, a curadoria crítica dos conteúdos e a necessidade da participação efetiva das comunidades na concepção e validação dos materiais desenvolvidos.

Por fim, o ArqueoTech parte do princípio de que a verdadeira inovação não reside apenas nas tecnologias utilizadas, mas nos futuros ancestrais que elas ajudam a germinar.

Ao integrar ferramentas avançadas com metodologias educativas inclusivas, o projeto reafirma seu compromisso com a democratização do conhecimento arqueológico, promovendo o acesso a experiências significativas para grupos diversos, historicamente distanciados das instituições formais de patrimônio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto ArqueoTech apresenta uma proposta inovadora de mediação cultural que articula tecnologias imersivas, práticas de Arqueologia Pública e metodologias educativas inclusivas para democratizar o acesso ao patrimônio material e imaterial brasileiro. Mais do que uma exposição itinerante, trata-se de um dispositivo pedagógico, sensível e crítico que propõe ressignificar a forma como os patrimônios culturais são vivenciados e compreendidos por públicos historicamente excluídos das instituições formais de memória.

A proposta parte do princípio de que a verdadeira inovação não reside apenas na aplicação de ferramentas tecnológicas, mas na capacidade de construir futuros coletivos a partir de uma escuta ativa, de narrativas plurais e de metodologias que promovem pertencimento e justiça epistêmica. Ao colocar sujeitos diversos no centro da experiência educativa, o ArqueoTech se alinha às pedagogias emancipadoras e às epistemologias decoloniais, reconhecendo que a valorização do patrimônio passa, necessariamente, pela valorização das vozes que o constroem e sustentam.

A efetivação dessas ações, no entanto, depende de políticas de fomento sólidas e acessíveis, que possibilitem a realização de projetos como o ArqueoTech. Nesse sentido, o Brasil conta com marcos legais e institucionais que tornam possível que a Arqueologia Pública viável quebre barreiras e avance como campo científico e política pública de impacto cultural e educativo. Entre os principais instrumentos de incentivo, destacam-se:

- O ICMS Cultural, que permite o redirecionamento de parte do imposto devido para o patrocínio de projetos aprovados;
- Os Editais de Cultura em diferentes esferas de governo, voltados à memória, museus, inclusão e patrimônio;
- A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), por meio do Pronac, que viabiliza captação de recursos por renúncia fiscal;
- A Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), que reconhece práticas culturais comunitárias, incluindo ações arqueológicas junto a povos tradicionais;
- A Política Nacional Aldir Blanc (Lei nº 14.399/2022), que estabelece repasses federais periódicos para cultura;

- O Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024), que prioriza projetos descentralizados, plurais e inclusivos;
- A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que permite contratações diretas de serviços culturais em contextos como o licenciamento arqueológico.

Esse conjunto normativo forma um ecossistema de suporte institucional que legitima iniciativas como o ArqueoTech e amplia suas possibilidades de viabilização. A expectativa é que, ancorado nesse contexto, o projeto possa ser contemplado em programas de financiamento e parcerias, consolidando-se como uma estratégia transformadora de aproximação entre ciência, cultura e sociedade.



REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). (21ª ed.). Saraiva.

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. (2000, 4 de agosto). Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art.

Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. (2003, 20 de novembro). Institui o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. (1991, 23 de dezembro). Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm

Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. (2010, 2 de dezembro). Aprova o Plano Nacional de Cultura. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm

Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva. Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13018-22-julho-2014-779102-publicacaooriginal-144645-pl.html>

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (2021, 1 de abril). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. (2022, 8 de julho). Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm

Lei nº 14.903, de 11 de julho de 2024. (2024, 11 de julho). Institui o Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14903.htm

Carvalho, P., Gonçalves, C. (2024). Educação patrimonial e tecnologias imersivas: Novos caminhos para a inclusão. *Caderno de Educação Patrimonial*, 12(1), 33–48.

Cast. (2011). *Universal design for learning guidelines*. Center for Applied Special Technology. URL: <http://udlguidelines.cast.org>

Deleuze, G., Guattari, F. (1980). Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia (Volume 1). Editora 34.

Fernandes, C. A. (2007). Educação patrimonial como prática emancipadora. *Encontro Nacional de Educação Patrimonial*, 3, Recife.

Freire, P. (1987). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra.

Funari, P. P. A. (2016). *Arqueologia, patrimônio e cidadania*. Editora Contexto.

Gaspar Neto, V., Santos, R. V. (2009). O crânio de Luzia e o debate sobre a diversidade da povoação das Américas. *Revista USP*, (82), 100–117.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Editora Vértice.

Hooper-Greenhill, E. (2007). *Museums and education: Purpose, pedagogy, performance*. Routledge Editor.

Imirante. (2025). Projeto leva realidade virtual sobre arqueologia para escolas públicas do Maranhão. São Luís: Imirante. URL: <https://imirante.com>

Novaes, J. S. (2022). Exu submerso: Arqueologia, religiosidade e memória afro-brasileira em Salvador (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).

Simon, N. (2010). *The participatory museum*. Museum 2.0.

UNESCO. (2003). *Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. Paris.

URL: <https://ich.unesco.org>



CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Uma análise descritiva dos grafismos rupestres no sítio arqueológico Toca da Onça em Pedro Alexandre, Bahia, Nordeste do Brasil

A descriptive analysis of rock art in the Toca da Onça archaeological site in the Municipality of Pedro Alexandre, Bahia, Northeastern Brazil

Ricardo Junio Feitosa Lima

Centro Universitário AGES – UniAGES, Brasil.
ricardojuniofeitosalima@gmail.com

Sebastião Lacerda de Lima Filho

Universidade Federal do Ceará, Brasil.
arqueologiasobradinho@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa o sítio arqueológico da Toca da Onça, na Bahia, destacando grafismos rupestres que indicam ocupação pré-histórica. As pinturas representam possíveis cenas do cotidiano, como habitações, cercas e riachos, fornecendo pistas sobre a organização social das antigas comunidades indígenas. Apesar da dificuldade em decifrar precisamente os significados dos grafismos, algumas interpretações sugerem estruturas de cercamento de madeira paliçada caíçara e habitações a forma de ocas. Simulações das cenas representadas nas rochas são aqui oferecidas, tentando traduzir o cenário de três representações rupestres para o entendimento dos elementos que existiam no passado e da noção mais primitiva sobre a paisagem.

Palavras-chave: Pinturas rupestres; Complexo Rupestre do Rio do Peixe; Pedro Alexandre – BA.

ABSTRACT

This study analyzes the archaeological site of Toca da Onça in Bahia, Brazil, focusing on rock graphics that indicate prehistoric occupation. The paintings depict possible scenes of daily life, such as dwellings, fences, and streams, providing clues about the social organization of ancient indigenous communities. Despite the difficulty in precisely deciphering the meanings of the graphics, some interpretations suggest caíçara wooden palisade enclosure structures and dwellings in the form of hollows. Simulations of the scenes depicted on the rocks are presented here in an attempt to translate the scenario of three cave paintings into an understanding of the elements that existed in the past and the most primitive notion of the landscape.

Keywords: Rock Art; Rio do Peixe Rock Complex; Pedro Alexandre – BA.

1 INTRODUÇÃO

Toca da Onça é o nome atribuído aos afloramentos rochosos situados pelas imediações do povoado Boa Sorte, na zona rural de Pedro Alexandre, Bahia, que preservam registros gráficos e materiais líticos que testemunham uma ocupação pré-histórica na área da Fazenda Tabela. Como sítio arqueológico, a Toca da Onça pode ser caracterizada como um abrigo causado pela simples sobreposição de materiais rochosos graníticos que se estende por uma pequena distância. Dentro deste abrigo, foram preservados testemunhos gráficos na forma de pinturas com as cores amarelo e vermelho, juntamente com fragmentos de materiais cerâmicos e artefatos líticos, evidenciando presença humana no passado histórico e provendo pistas sobre os aspectos da antiga ocupação⁷.

Fica localizado em uma latitude de 10°09'53.40" sul e em uma longitude de 37°52'38.23" oeste, integrando parte do Complexo Rupestre Rio do Peixe, apresentado por Lima Filho (2017). Este conjunto de afloramentos rochosos está emerso a meio quilômetro de um curso d'água que é tributário do Rio do Peixe, denominado Riacho das Caraíbas. Isso confere proposições relevantes para uma provável ocupação indígena nas proximidades, visto que se assentaria em uma posição geográfica estratégica para a subsistência durante as secas prolongadas, dispondo de uma relação significativa com a água e com os demais recursos naturais oferecidos pela bacia hidrográfica.

Seus grafismos preservados nos painéis aparentam figurar determinadas cenas da moradia nativa, revelando modelos de ocupação territorial que poderiam ser comuns. Suas representações de elementos cotidianos como prováveis ocas podem manifestar, visivelmente, a forma estrutural das moradias comumente arredondadas contendo cobertura de material vegetal, enquanto as artes representando possíveis cercas e/ou modelo dos cercamentos podem sugerir práticas de proteção dos locais de habitação³. Por sua vez, a presumível expressão gráfica de um **riacho** pode sugerir uma conexão com a fonte hídrica, refletindo a importância da proximidade com a água tanto para as práticas de subsistência quanto para atividades rituais ou simbólicas dessas sociedades. Assim, as representações da Toca da Onça podem ajudar na compreensão da organização social passada.

2 REPRESENTAÇÕES HIPOTETICAMENTE POSSÍVEIS

Grafismos rupestres constituem de um sistema de comunicação social mais primitivo

⁷ Para mais informações sobre o contexto de ocupação primitiva na região (LIMA, 2023a, 2023b, 2024a, 2024b).

que, dependendo do nível de realismo das representações, permite resgatar uma significativa parcela de informações dos contextos cotidianos dos povos que habitaram determinadas regiões. Embora suas interpretações sejam desafiadoras e, em alguns casos, polêmicas, o consenso científico ainda é de que muitas representações ancestrais servem como janelas para o passado histórico e podem conferir valiosos dados sobre as antigas civilizações, possibilitando reconstituir certos aspectos da dinâmica habitação da época e compreender certos aspectos culturais ou crenças (Wadley, 2001).

Teoricamente, seria improvável decifrar com exata precisão os significados dos grafismos nos painéis rupestres, pois para tanto seria indispensável que seu intérprete conhecesse com total exatidão os códigos que regiam a composição dos símbolos usados no passado destas sociedades, conforme trazem Pessis (1994) e Aguiar (2012). Contudo, Lima (2024b) aponta que os grafismos nos painéis dos sítios arqueológicos do Complexo Rupestre do Rio do Peixe oferecem cenas com significados dedutíveis, e que estudos anteriores já sugeriram interpretações plausíveis para essas representações, como no estudo de Lima Filho (2017), revelando elementos que, além de confirmar a hipótese de ampla presença nativa, proporcionam valiosas pistas sobre a dinâmica de ocupação,

Portanto, a presente análise tratará de uma macro compreensão visual das artes rupestres que pode subsidiar a elaboração de novas pesquisas nesta perspectiva, as quais poderão contestar as hipóteses ou confirmá-las, lançando luz também sobre o entendimento de mais características similares pelo Complexo Rupestre. Contudo, como uma representação figurativa que aparece em dois ou mais sítios arqueológicos diferentes, não implica necessariamente que sejam das mesmas sociedades e o inverso também seja válido (Vital, 2011), deve-se ter cuidado na interpretação das pinturas de outras zonas – ainda que este estudo ofereça relevantes proposições dos grafismos.

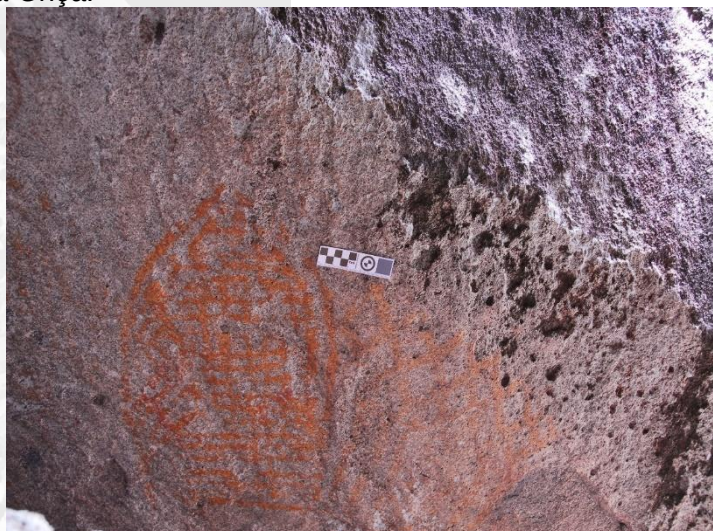
Os grafismos dos painéis aqui apreciados foram avaliados quanto às suas formas gráficas e temáticas, buscando estabelecer alguns dos parâmetros que permitam recuperar uma fração das informações das pinturas e as correlacionar com as populações indígenas responsáveis pelas suas criações. Essa análise trará proposições acerca do possível tipo de habitação, da técnica de cerca, do evidente modelo de cercamento da propriedade e do possível mapa manual esboçado nas rochas.

2.1 PROVÁVEL REPRESENTAÇÃO DE OCA ACOMPANHADA DE CERCA

Uma das características fundamentais das artes dos povos pré-históricos são as diferentes tonalidades de pigmentos para transmitir seus diferentes significados ou para destacar elementos distintos dentro da mesma cena, conforme Whitley (2005). Dessa

maneira, independentemente se essas variações na escala de vermelho na figura 1 derivaram da aplicação de diferentes tonalidades ou de diferentes intensidades, é plausível que o propósito foi figurar que as estruturas são distintas. Considerando que os grafismos estão atenuados pelo desgaste temporal, esta reconstituição gráfica hipotética feita na figura 2 permitirá que pesquisadores avaliem melhor os registros – sendo que sua verificação in loco, se utilizando de procedimentos com aparelhos de varredura, microscópico de fluorescência e fotografias mais detalhadas, bem como a utilização de softwares de fotogrametria ainda será um mecanismo mais eficiente na junção dos dados levantados e sugeridos até o presente.

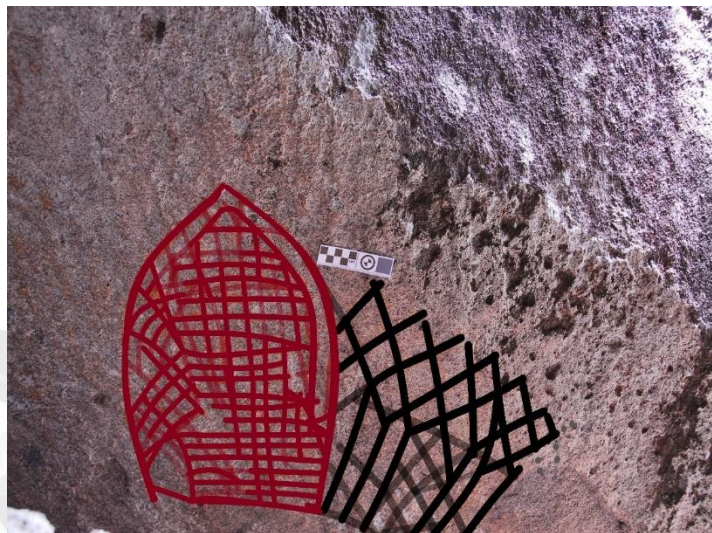
Figura 1
Painel da Toca da Onça.



Disponível em Maria Aparecida e José Marques (2021).

Figura 2

Reconstituição gráfica da arte.



Disponível em Lima (2024a).

Pela reconstituição gráfica do painel feita na figura 2, que realça detalhes que não estavam facilmente perceptíveis nesse grafismo por conta do seu natural desgaste na superfície rochosa, foi obtido um aspecto visual mais aproximado do cenário original. Isso favoreceu a contextualização, neste presente estudo, da representação rupestre com seus significados hipoteticamente plausíveis.

A acentuação da estrutura das linhas (feita em preto) revela múltiplos traços dispostos em linha reta e espaçados uniformemente, estendendo-se ao longo da área suprimida pelo desenho em vermelho. Sua armação oferece uma configuração de barreira, composta por uma série de estacas cravadas no solo, idêntica às cercas erguidas com troncos de madeira (LIMA, 2020). Diante dessa característica, Lima (2024a) presume que o elemento protegido pela cerca (realçado em vermelho) represente uma habitação construída com varas trançadas, como ocas, contendo uma abertura pela superfície, na parte sem resquícios de qualquer pigmento na rocha, que serviria como sua entrada. Portanto, seria admissível inferir que a representação visual de uma oca corrobore com a presença de grupos indígenas antigos no passado da microrregião, como foi indicado por Lima Filho (2017).

2.2 PROVÁVEL REPRESENTAÇÃO DE MODELO DE CERCAMENTO ACOMPANHADA DE OCA

Retomando o tema da construção hipotética expressada no grafismo, a pintura subsequente apresenta uma pictografia coerente do ponto de vista técnico-temático em

relação ao grafismo do item anterior, com uma possível cena concebendo uma propriedade. Embora fatores intempéricos tenham afetado uma parte da superfície rochosa ao longo do tempo, custando a perda de detalhes e a redução da legibilidade, sua análise permite recuperar uma fração de informações (Figura 3).

A pouca uniformidade do traçado em sua espessura, e/ou pigmentação em relação à elipse, indica que seus autores desenharam o esquema de linhas cruzadas utilizando as pontas dos dedos, como acontece em Costa et al. (2023). Na pintura, tais linhas conduzem a perspectiva visual para uma cena estabilizada em escala reduzida, representando os elementos do contexto no espaço em suas posições ou tamanhos corretos, da forma como aparecem quando vistos de longa distância.

Figura 3

Registro gráfico fragmentado.



Disponível em Maria Aparecida e José Marques (2021).

Figura 4

Reconstituição gráfica da arte.



Disponível em Lima (2024b).

Com base na reconstituição fornecida na figura 4, foi possível identificar que tal grafismo tenta esboçar uma forma semelhante à técnica da perspectiva visual linear para criar a sensação de profundidade e distância. Lima (2024b) aborda que essa arte concebe uma provável cerca caiçara, onde a diminuição gradual de sua estrutura, e a elipse que representa seu final reduzido poderia ser interpretada como uma tentativa de expressar a sensação de perspectiva, como em Santos (2013).

Na sequência, ao conduzir o observador à ilusão de espaço distante teoricamente suficiente para figurar no plano de projeção uma cerca de madeira em escala reduzida contornando o terreno indígena, demonstra-se no espaço as conformações da propriedade, as posições e os tamanhos reais dos elementos do domínio. Considerando seu aspecto técnico-temático, ficou mantido na pintura a aparência da cerca de madeira paliçada do tipo caiçara percorrida no item anterior, expressando na cena que o cercado envolvia a área da propriedade de maneira circular para a provável proteção da moradia – nas mediações de um pequeno curso hídrico representado por uma linha serpentina.

2.3 PROVÁVEL REPRESENTAÇÃO DE UM MAPA DO CURSO DE ÁGUA LOCAL

Registros rupestres da tradição Nordeste frequentemente retratam as atividades cotidianas dos povos que os produziram dando uma mínima relevância para a representação dos elementos da geopaisagem, como riachos e montanhas, os incorporando na composição gráfica apenas para oferecer um cenário mais completo do contexto ambiental da época, como aborda Martin (1989). Uma forma ainda menos comum de pictograma que essa

tradição tende a representar nas pinturas rupestres é puramente uma rede hídrica com toda a configuração espacial, o que pode tornar esse grafismo exposto na figura 5 um caso de registro nativo inédito para a comunidade arqueológica.

Embora o grafismo em questão conserve a aplicação da tonalidade vermelha presente na maioria dos registros do sítio, manifesta uma sinuosidade evidente em seu traçado pela superfície granítica que recorda o padrão de um riacho, divergindo um pouco da temática das demais artes:

Figura 5

Registro gráfico no granito.



Disponível em Maria Aparecida e José Marques (2021).

Figura 6

Traçado sinuoso reconstituído.



A partir da reconstituição exibida na figura 6, verifica-se a possibilidade hipotética de que seus autores tentaram tracejar uma representação visual da distribuição dos riachos da localidade, esboçando um mapa hídrico na sua forma mais simples: mapas são como se chamam as artes com desenhos bidimensionais dos elementos difundidos pelo espaço tridimensional de uma localidade, sendo uma técnica representativa oriunda dos grafismos rupestres antigos, segundo Clarke (2013).

Desse modo, a presente interpretação poderá subsidiar novas pesquisas nesta perspectiva, que podem refutar esta hipótese ou até mesmo corroborar, lançando luz sobre o entendimento de traços sinuosos similares nas cenas nos painéis dos sítios arqueológicos de municípios adjacentes que venham a existir. É importante perceber que, apesar de conter um estilo diferente, esta pintura continua com uma certa coerência do ponto de vista técnico-temático com as anteriores – como se manifestassem uma ordem hierárquica de informações sobre a localização e conectadas contassem uma breve história, assim como uma tira de banda desenhada consegue expressar na modernidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação permitiu-nos evidenciar prováveis relações temáticas e considerar que os grafismos rupestres desse sítio arqueológico não se limitaram a apenas uma mera representação de cenas aleatórias, mas também uma possível ordem hierárquica das informações nas manifestações gráficas, análogo ao modo como tirinhas de banda modernas fazem, ressaltando a complexidade e a riqueza de informações que as expressões artísticas do complexo rupestre oferecem. No entanto, é importante reconhecer que mesmo

as interpretações mais sofisticadas e elaboradas ainda estarão sujeitas a uma dose de especulação e incerteza, dadas as limitações de evidências disponíveis.

Como resultado da análise macrovisual, favorecida pela reconstituição gráfica das figuras das pinturas, foi possível identificar os temas hipoteticamente manifestados e conceber para cada grafismo discutido uma imagem simulando o provável cenário reproduzido nas rochas:

Figura 7

Simulação do modelo de habitação.



Disponível em Lima (2024a).

Uma das características fundamentais das artes rupestres da Tradição Nordeste, distribuída pela região do Nordeste brasileiro, é a presença majoritária de composições gráficas reconhecíveis que representam aspectos da vida cotidiana, como explica Martin (1989). Partindo dessa premissa, é possível reconhecer que a estrutura de linhas uniformes nos painéis supracitados se trata de uma cerca de madeira paliçada típica da zona rural chamada caiçara. Esse modelo de cerca é típico dos indígenas brasileiros e foi uma das técnicas conservadas pelos colonizadores do semiárido. Porém, considera-se que na provável expressão rupestre da vara horizontal que trava o trançado de estacas paliçadas é onde reside a mais forte proposição que corrobora a hipótese, como nas figuras 7 e 8.

Com relação à representação de uma habitação erguida com varas trançadas, nota-se que sua estrutura corresponde visualmente à oca dos povos cuicuros, como no registro de Esparz (2009) usado na figura 7 por Lima (2024a). Mediante a ampla ocupação do território nacional por nativos, isso pode indicar que algumas etnias partilharam de um mesmo modelo arquitetônico no passado, o qual variou com a natural diversificação da cultura indígena, ao longo do tempo e das gerações.

Figura 8

Simulação do formato da propriedade.



Disponível em Lima (2024b).

Araujo e Cisneiros (2016) citam que existe uma tendência em manifestar a miniaturização dos objetos da cena nas pinturas rupestres nordestinas e de explorar a construção da profundidade como um elemento interno ao seu modo de apresentação diminuindo ou aumentando seu tamanho com o propósito de transmitir a sensação de perspectiva. Portanto, as formas aparecidas na pintura da figura 4 seriam os componentes da propriedade miniaturizados para expressar o seu panorama, com a oca e o cercado reduzidos para a forma que possuem vistos à distância, como na figura 8.

No contexto da tridimensionalidade dos elementos do cenário, esse método de ilusão visual, com o propósito de induzir na arte rupestre a percepção de profundidade, também foi verificado em outro grafismo da Tradição Nordeste por Martin e Guidon (2010). Segundo eles, as artes da tradição, mesmo que idealizem cenas reconhecíveis da vida cotidiana, obedecem a padrões preestabelecidos voltados para representar hierarquias na narrativa visual. Dessa forma, as pinturas da Toca da Onça parecem oferecer uma excelente oportunidade para investigar essa possibilidade, pois satisfazem as categorias descritas acima – com um grau de efeito estético que destoa dos perfis rupestres comuns.

Figura 9

Local do sítio e o riacho.

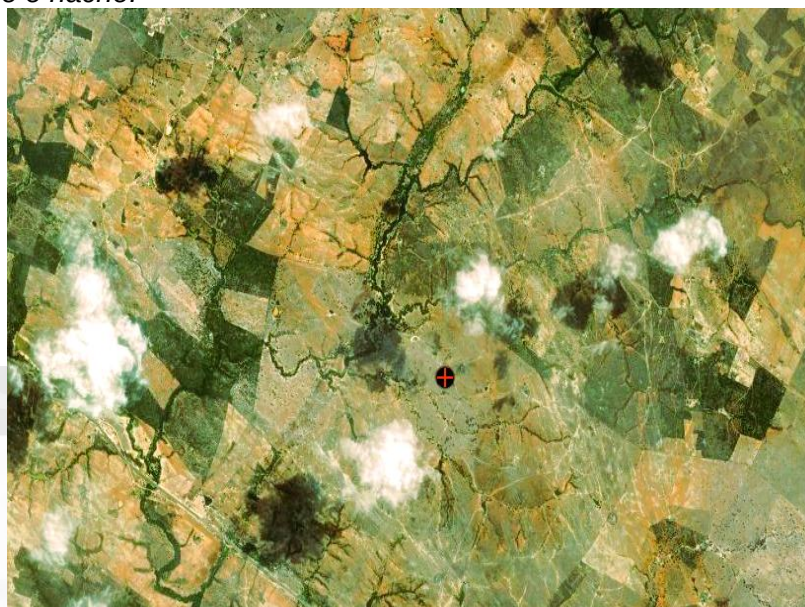


Figura do mapa de satélite do ArcGIS (2024).

Encerrando esta série de traduções hipotéticas, é presumido que as linhas finas e onduladas realçadas na figura 6 representam um mapa dos afluentes da rede do Riacho das Caraíbas, pondo suas junções miniaturizadas. Esses riachos seguem essa mesma trajetória descendente, fluindo das áreas mais elevadas para as mais baixas como mostra a figura 9, que foi tracejada de forma astuta no afloramento de cima para baixo. Se verdadeira esta proposição, então a representação rupestre revelaria um profundo conhecimento dos nativos sobre a paisagem e os padrões naturais locais.

Diante da situação dos painéis, observa-se a necessidade de agregar mais detalhes para uma análise mais enriquecedora da narrativa visual, em virtude de transformações ocorridas na superfície rochosa, principalmente pela deterioração e não identificação de alguns traços. A análise conjugada do material registrado poderá subsidiar a reconstituição de variados aspectos da dinâmica habitação das sociedades da época e compreender que certos aspectos culturais estavam presentes no território muito antes do advento da chegada dos portugueses, sendo somente preservados pelos povos rurais.

REFERÊNCIAS

de Aguiar, R. L. S. (2002). *Manual de Arqueologia Rupestre: uma introdução ao estudo da arte rupestre na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes*. Ed. do Autor.

Araujo, P., & Cisneiros, D. (2016). Apresentação gráfica dos antropomorfos miniaturizados nas Pinturas Rupestres Pré-históricas do Parque Nacional Serra da Capivara. *Revista Fundamentos*, (XIII), 60-93.

Clarke, K. C. (2013). What Is the World's Oldest Map? *The Cartographic Journal*. (50)2, 136-43. DOI 10.1179/0008704113Z.00000000079.

Costa, M.; Moreira, J.; Silva, J.; Bareto, R.; Silva, R.; Luna, D.; Almeida, M. (2023). Nota prévia: O Sítio Rupestre na Cachoeira do Murim, Umburanas – Bahia. *Revista Tarairiú*. (1)23, ISSN: 2179 – 8168.

Esparz, M. A. (2009). *Oca dos Índios Kuikuros. Encontro Cultural Indígena, Fazenda Santa Luzia, Sales Oliveira*. Internet Archive Wayback Machine. URL : <https://web.archive.org/web/20161027090832/http://www.panoramio.com/photo/23349301>

Lima Filho, S. L. (2017). *Sítios gráficos e apropriação de espaços: um estudo de caso do complexo rupestre Rio do Peixe, região de Coronel João Sá, nordeste da Bahia*. [Tese de doutorado em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe].

Lima, R. J. F. (2023a). Síntese cronológica de Pedro Alexandre, Bahia, Nordeste do Brasil. *Even3 Publicações*. DOI: 10.29327/7281028.

Lima, R. J. F. (2023b). Voturuna: Pedro Alexandre (BA) - Especial: um território de heranças indígenas. *Revista Serrana – Acervo Pedro Alexandre*. Edição Especial.

Lima, R. J. F. (2024a). Possível representação de oca com cercado caiçara em arte rupestre no Sítio da Toca da Onça em Pedro Alexandre, Bahia, Nordeste do Brasil. *Even3 Publicações*. DOI: 10.29327/7395300.

Lima, R. J. F. (2024b). Possível representação rupestre do modelo de propriedade indígena

no Sítio da Toca da Onça em Pedro Alexandre, Bahia, Nordeste do Brasil. *Even3 Publicações*. DOI: 10.29327/7396748.

Martin, G. (1989). A Subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. *Clio Série Arqueológica*. (5), 19-26.

Martin, G.; Guidon, N. (2010). A Onça e as Orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Clio Arqueológica*. (25)1, 11-30.

Pessis, A. M. (1994). Registros rupestres: perfil gráfico e grupo social. *Revista de Arqueologia*. 8(l), 283-289. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v8i1.480>.

Santos, P. A. dos. (2013). *Apresentação gráfica da figura antropomorfa miniaturizada nas pinturas rupestres pré-históricas da área arqueológica da Serra da Capivara-PI*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco].

Vitral, J. R. C. (2011). Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico A Toca do Índio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei*. (XIII), 42. Edição comemorativa. ISSN: 1677-2865.

Wadley, L. (2001). What is Cultural Modernity? A General View and a South African Perspective from Rose Cottage Cave. *Cambridge Archaeological Journal*. 11 (02), 201-22.

Whitley, D. S. (2005) *Introduction to Rock Art Research*. Left Coast Press. ISBN : 978-1598740004.

Aldeamentos indígenas no Piauí colonial, uma avaliação da potencialidade arqueológica no município de Tanque do Piauí – PI

Indigenous villages in colonial Piauí, an assessment of the archaeological potential in the municipality of Tanque do Piauí - PI

Rodrigo Lessa

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil
rodrigo.lessa@univasf.edu.br

RESUMO

Na segunda metade do século XVIII fundaram-se dois aldeamentos na porção central do Estado do Piauí, limite da mesorregião região Sudeste do Piauí: São João de Sendé e São Gonçalo do Amarante. Sua localização corresponde, respectivamente, aos atuais municípios de Regeneração e Tanque do Piauí. Ainda que tenham recebido indígenas de outras etnias, como os Aroases, seu objetivo foi abrigar sobretudo Gueguês e Acroás. Criados após o diretório dos índios e da expulsão dos Jesuítas, sua duração foi bastante limitada (1765-1792) e sua administração foi praticamente leiga, dada a dificuldade em indicar religiosos para atuar ali. Os moradores atuais, que reocuparam a área há por volta de 100 anos, relacionam a maioria das estruturas de pedra observadas atualmente a uma suposta presença religiosa: jesuítica ou franciscana. Os resultados aqui expostos dão conta destas estruturas e de outros vestígios arqueológicos existentes atualmente na região, e que testemunham a existência do aldeamento. As paredes e os espaços que elas delimitam materializam as particularidades de um aldeamento parcialmente alheio a lógica catequizadora que preconizou os demais aldeamentos do Brasil Colonial, todavia com características práticas muito similares.

Palavras-chave: Gueguês; São João de Sendé; Muros de pedra.

ABSTRACT

In the second half of XVIII century, it was founded two settlements in the South-Central Piauí: São João de Sendé and São Gonçalo do Amarante. Their location were approximately where currently are Regeneração and Tanque do Piauí cities respectively. Even indigenous from several people were sent there, as Aroases, they were built specially to house Gueguês and Acroás. Founded after the “diretório dos índios” proclamation and Jesuits expulsion, the management of those settlements were made by non priests and their duration were too short (1765-1792). In this paper we are going to discuss specially about São João de Sene settlement. People who currently live in this área usually relate most archaeological remains to a supposed jesuit or franciscan presence. Our results show that there are several rock structures and other features that testify settlements existence. Those walls and the spots aparted by them materialize particularities of settlements founded outside from the catechist logics practiced on the other Colonial Brazil settlements, even so there are plenty similarities in some aspects.

Keywords: Gueguês; São João de Sendé; Rock walls.

1 INTRODUÇÃO

Como grande parte dos territórios do Novo Mundo a região que corresponde ao atual Estado do Piauí estava desde muito antes da chegada do colonizador ocupada por diversos grupos nativos. O primeiro documento que fornece um inventário das etnias indígenas que ocupavam o Sertão Piauiense é o relato do Padre Miguel de Carvalho de 1697. Ele enumera ao menos 37 grupos ocupando a região durante os primeiros contatos (Carvalho, 1697 como citado em Ennes, 1938). Alguns historiadores que se dedicam a temática indígena entendem que o Piauí foi por bastante tempo uma espécie de corredor ou refúgio para os grupos expulsos da Bahia e do Vale do São Francisco (Medeiros, 2002).

A Capitania do Piauí foi uma das últimas do nordeste a ser colonizada, já que o foco dos colonizadores num primeiro momento foram as áreas costeiras. Após o aumento populacional das áreas litorâneas, entretanto, necessitou-se garantir às populações ali assentadas recursos básicos para a sua sobrevivência, assim seguiu-se a instalação de uma série de fazendas e currais de gado que abasteceriam o litoral.

Os grupos indígenas, ao longo desse processo, foram intensamente caçados por bandeirantes e mercenários da qualidade de João do Rego Castelo Branco e Domingos Jorge Velho até praticamente serem exterminados. Contudo, assim como no restante do país, também no território piauiense, alguns mecanismos prolongaram a sua existência, ainda que nem sempre de forma pacífica. Entre esses estavam a negociação entre colonos e indígenas que assumiam, através do apelo ao próprio Imperador por exemplo, diferentes papéis na sociedade (Dantas et al., 1992); e os movimentos de resistência que ficaram conhecidos como Guerra dos Bárbaros (Pires, 2004), entre os quais pode-se incluir aqueles nos quais estiveram envolvidos os indígenas Pimenteira, Gueguê e Acaroás, entre outros. Um dos principais elementos utilizados para a ‘domesticação’ desses grupos, entretanto, foi a sua conversão à fé cristã, sob a tutela de ordens religiosas, como jesuítas e franciscanos nos aldeamentos por eles administrados a pedido da coroa (Almeida, 2001). Nos aldeamentos os indígenas eram obrigados a abandonar suas práticas religiosas e sociais, e se acostumar aos hábitos e religião europeia. Miranda (2004 como citado em Oliveira, 2007) identificou no Estado piauiense até a data do diretório dos índios (1759), que culminou com a expulsão dos religiosos jesuítas, cerca de oito aldeamentos, dois dos quais fundados na segunda metade do século XVII, e os demais no século XVIII, são estes os que aqui nos debruçamos.

Na porção limítrofe da região Sudeste do Estado, microrregião de Picos, existiram na segunda metade do século XVIII dois importantes aldeamentos indígenas nas proximidades de Oeiras, primeira capital do Piauí. Estes aldeamentos receberam as populações nativas que para garantir a própria sobrevivência submeteram-se a redução, ainda que ali houvesse

relatos de insubordinação. O aldeamento de São Gonçalo do Amarante corresponde ao lugar onde implantou-se o município de Regeneração. Há poucos quilômetros dali existe atualmente uma pequena localidade de nome São João do Sene, administrativamente dependente do município de Tanque do Piauí, e que, de acordo com a literatura, pode ter suplantado o antigo aldeamento quase homônimo de São João do Sende (Miranda, 2005; Oliveira, 2007). A localização destes dois aldeamentos era estratégica, já que ambos estavam a poucas léguas da então capital Oeiras, de modo que os indígenas ali assentados poderiam ser mantidos sob intensa vigilância.

Nos aldeamentos de São João de Sende e de São Gonçalo do Amarante viveram indígenas de diferentes etnias, inclusive inimigas, apesar da existência de proibição por lei real. Sua permanência nesses locais foi uma importante estratégia de resistência, na medida em que, os grupos que não aceitaram a redução foram impiedosamente caçados e assassinados. Entretanto, a vida nos aldeamentos no século XVIII no Sudeste do Piauí não era fácil. Os indígenas sofreram diversos tipos de violência, sendo inclusive submetidos a muitas formas de trabalho compulsório.

Alguns documentos e narrativas como as de Spix e Martius (1968) dão conta que nos aldeamentos dessa região os índios estavam abatidos e doentes e que a paisagem exibía construções extremamente pobres, possivelmente feitas com madeira e palha, materiais que rapidamente desapareceriam em contextos arqueológicos. Entretanto, após algumas visitas e prospecções na região, constatou-se a existência de estruturas de pedras empilhadas em formas de muros e possíveis fundações de edificações. Como a matéria-prima aflora localmente, a origem antrópica de algumas dessas estruturas carece de confirmação.

Relatos de moradores informam lugares específicos e narrativas mitológicas nas quais indígenas estiveram supostamente envolvidos. Assim, observa-se como a memória local está também fundada na presença indígena. Sr. Francisco Carvalho, escritor local de pequenos contos, em Tanque do Piauí redigiu diversas narrativas que envolvem as populações indígenas que teriam habitado a região (Carvalho, n.d.). Noutras pequenas localidades nas redondezas, como Ferreiro, Angical e Rancharia existem evidências inquestionáveis da presença indígena. Potes, vasilhas e cachimbos cerâmicos e utensílios líticos foram encontrados nessas localidades. Nesse sentido, a pesquisa conduzida tem evidenciado o potencial arqueológico da área.

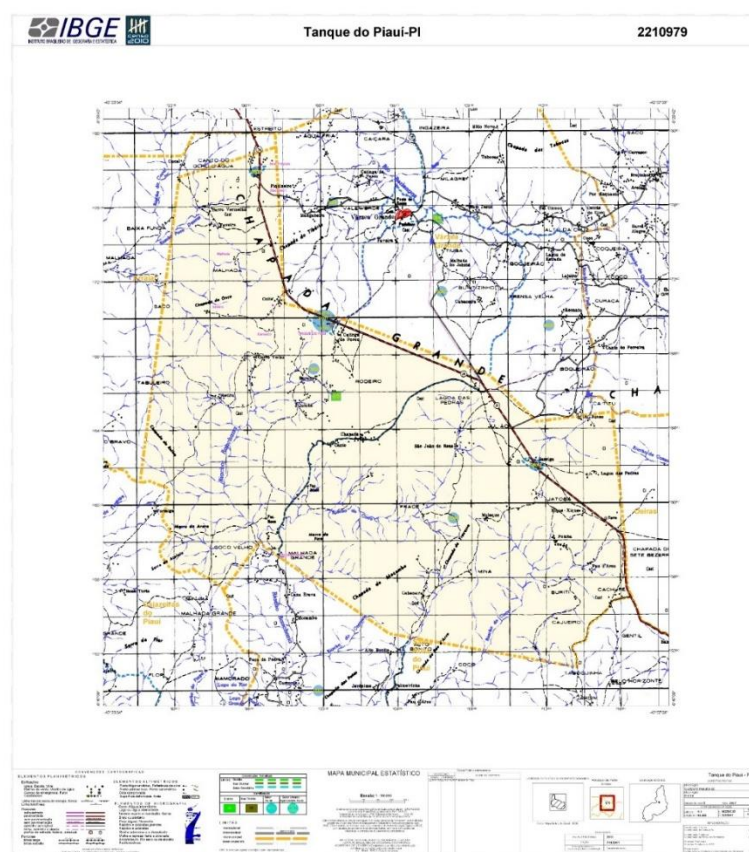
2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo busca realizar uma revisão na historiografia existente sobre os aldeamentos constituídos no século XVIII na porção central do Estado piauiense, mesorregião

Sudeste do Piauí, em especial o aldeamento de São João de Sende. Para evidenciar a presença indígena e concomitantemente expor a materialização do aldeamento através dos resultados preliminares obtidos por meio de prospecções oportunistas que levaram em consideração localidades indicadas por moradores como possíveis sítios arqueológicos no entorno do município de Tanque do Piauí- PI (Figura 1). Embora essa área esteja bem documentada do ponto de vista historiográfico, no que diz respeito a pesquisa arqueológica foi explorada apenas pelo trabalho de Costa (2015), que indicou alguns pontos de interesse arqueológico nos municípios vizinhos de Regeneração e Amarante dialogando com a perspectiva da arqueologia da paisagem.

Figura 1

Mapa municipal de Tanque do Piauí.



Disponível em IBGE (2019).

3 BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA INDÍGENA NO PIAUÍ COLONIAL

As populações nativas no Piauí remontam a muito antes do período colonial. centenas de sítios arqueológicos com registros gráficos na Serra da Capivara no Sudeste do estado (Pessis, 2003) e no Parque Nacional de Sete cidades indicam que a região já era ocupada

milhares de anos antes da chegada dos colonizadores europeus. A presença colonizadora, entretanto, se fez no Piauí pelas mãos dos homens da Casa da Torre, Francisco Garcia D'ávila e Domingos Afonso Sertão no final do século XVII.

No período colonial, como mencionado anteriormente, o relato do Padre Miguel de Carvalho de 1697 relaciona ao menos 37 povos indígenas nos sertões piauienses⁸. Segundo tal relato, tais grupos são somente aqueles que “fazem guerra aos moradores da freguesia de N. Sra. Da Vitória do Sertão do Piauí”, havendo diversas outros “no circuito dessa freguesia de que não se sabe o nome” (Carvalho, 1697 como citado em Ennes, 1938). Entretanto, como assinala Mott (1987) muitas das etnias arroladas por Carvalho estariam estabelecidas em bacias hoje integrantes dos Estados limítrofes: Ceará e Maranhão. Não obstante os mecanismos de resistência aqui discutidos, a conquista da grande parte dessas populações foi realizada de forma muito rápida e violenta, assim como em outras capitânicas do território. Aires de Casal relaciona o “sucesso” dos conquistadores a características geográficas do território.

O terreno desta província era possuído por várias nações geralmente pouco numerosas, cuja redução, ou repulsa, não custou tanto tempo, nem tantas fadigas e dispêndios de cabedal e gente, como as doutras de menor extensão; concorrendo muito para isto a falta de grandes bosques e serranias, que servem de refúgio aos selvagens, e de obstáculo aos conquistadores em outras (Aires de Casal, 1976, p. 291).

No Sudeste do Piauí o grupo indígena mais citado pela documentação histórica são os Pimenteiras, assim denominados por ocuparem a região que a cartografia da época denominava de Sertão de Pimenteiras (Oliveira, 2007). O trabalho de Negreiros (2011) localizou ali onze fazendas coloniais. Parte dos indígenas da região foi absorvida pela sociedade, assumiu identidades camponesas e se dedicou por exemplo a exploração da maniçoba, complementando seu sustento pela caça e habitando os abrigos existentes na área que hoje corresponde ao Parque Nacional Serra da Capivara até a sua fundação e desapropriação (Godoi, 1999). No município de São Brás a cerca de 40 km de São Raimundo Nonato encontram-se urnas funerárias frequentemente durante obras de escavação no centro da cidade. Tais evidências indicam que a cidade foi erigida sobre uma aldeia ou cemitério indígena (Maranca, 1991).

⁸ Aroaquizes, Carapotangas, Aroquanguiras, Nongazes, Precatis, Acuruás, Rodeleiros, Beijudos, Bocoreimas, Cupequacas, Cupireches, Gutamês, Goiias, Anicuás, Aranhês, Goarás, Corerás, Aititeteus, Abetiras, Beirtes, Macamasus, Tremambês, Anassus, Alongás, Amás, Ubates, Meatãs, Jendóis, Icós, Uriús, Corsias, Lanceiros, Araiês, Acumês, Coaratizes, Jaicós, Cupinharós.

O litoral piauiense por sua vez, tem sido ocupado desde pelo menos 500 anos A.C, como evidenciam diversos sítios sobre dunas na região (Freitas, 2016). Baseada em evidências etnohistóricas Freitas (2016) associa os fragmentos cerâmicos encontrados em um desses sítios, o sítio Seu Bode, a grupos Tremembé, que teriam se estabelecido ali pelo final do século XVI.

Ao arrolar os vilarejos existentes na capitania do Piauí Aires de Casal (1976) descreve a Aldeia de São Gonçalo do Amarante. Ele aponta a fertilidade das terras onde está situada a aldeia, entretanto indica que o seu desenvolvimento se limita pela preguiça dos indígenas que ali viviam. É possível vislumbrar nessa área atualmente uma vegetação de transição entre o cerrado e caatinga com presença de chuvas abundantes, e uma vegetação que inclui árvores como jatobá, pequi e faveira, o que a diferencia bastante do semiárido piauiense com poucos meses de chuva anuais e presença dominante da vegetação arbustiva de caatinga. A presença de riachos de regime perene também favorece a sua ocupação. Ainda segundo Aires de Casal:

São Gonçalo de Amarante, (é) aldeia e paróquia de índios, situada num terreno escolhido e fecundo, onde outro povo laborioso, fazendo florescer a agricultura, podia viver em abundância, e ser rico. Fica cinco léguas arredada da embocadura do Canindé, e obra de vinte ao norte da capital. Foi fundada pelos anos de 1766 para habitação de novecentos Gueguês, que ocupavam o terreno onde o Parnaíba tem as suas cabeceiras, e mil seiscientos Acroás, que viviam mais para o meio-dia. Passado algum tempo, todos desertaram; porém, indo-se-lhes ao alcance, foram de novo conquistados, e restabelecidos no mesmo lugar onde não ido sempre em decadência (Aires de Casal, 1976, p. 296).

O ALDEAMENTO DE SÃO JOÃO DE SENDE

O aldeamento de São João de Sendé foi fundado em 1765 a oito léguas de Oeiras, com 434 índios Gueguê, por João do Rego Castelo Branco, por ordem do então governador do Piauí João Pereira Caldas. Os Gueguê vinham fugindo há quase cem anos das frentes colonizadoras. Oriundos do São Francisco teriam se acomodado por último nas proximidades dos rios Uruçui, Prata e Baixo-Gurguéia. No episódio em que foram encurralados pelos homens da Casa da Torre, Nunes (1975) narra que pelo menos 400 índios foram mortos. A implantação do aldeamento, distante do local de origem desses índios, objetivou dificultar a sua fuga.

Tendo surgido posteriormente a lei que determinou a expulsão dos missionários jesuítas, São João do Sende foi administrado durante quase toda a sua existência por João do Rego Castelo Branco, tendo por auxiliar seu filho Félix do Rego Castelo Branco. Miranda (2005) narra inclusive, com base em documentação disponível no Arquivo Público do Piauí, a dificuldade que existiu na época em designar um capelão para este aldeamento. Sua existência teria se estendido durante pouco mais de vinte anos. O mesmo autor indica que mesmo após a extinção do aldeamento seu último administrador teria ficado responsável pelos seus bens móveis e imóveis até 1792, que após essa data teriam sido doados a particulares.

A prática incentivada pela coroa de ceder indígenas aldeados a colonos para aprenderem diversos ofícios, contribuiu para a sua dispersão e despovoamento do aldeamento. Apesar de tal iniciativa teoricamente buscar a inserção dos indígenas aldeados na sociedade, na prática acabou se tornando mais uma variação de trabalho compulsório.

Os índios Gueguês que ainda restaram foram removidos para o Aldeamento de São Gonçalo do Amarante, onde ficaram juntos dos seus desafetos os Acoroás ou Acroás que lá estavam aldeados.

4 RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Durante as prospecções oportunísticas realizadas nas imediações de Tanque do Piauí-PI foram identificados sítios e ocorrências arqueológicas em pelo menos quatro localidades distintas:

São João de Sene – Há poucos quilômetros do município de Tanque do Piauí, existe uma localidade chamada São João do Sene (sem o “d”, em provável corruptela do nome do aldeamento do século XVIII). A literatura tem indicado esse lugar como tendo abrigado o aldeamento (Miranda, 2005; Oliveira, 2007). Identificou-se no povoado um muro ou cerca de pedra com vários metros de comprimento, e pouco mais de um metro de altura. Existe uma casa logo em frente, onde reside um dos moradores mais antigos da região, o Sr. Dito. Embora, este senhor seja uma das pessoas mais céticas a respeito da existência da povoação indígena na região, conta que as estruturas já estavam ali desde que ele era criança (Figura 2).

Figura 2

Cerca de Pedra por trás da casa de Seu Dito (Povoado São João de Sene).



Acervo PET-Arqueologia/UNIVASF (2018).

Estruturas como essas foram produzidas em diferentes localidades rurais no Brasil, e possuem perfil técnico variado como apontam Ferreira e outros (2017). Sua finalidade e origem também foi bastante diversificada, e pode ser atribuída ao trabalho escravo nas fazendas coloniais do Nordeste, e à escassez de madeira nas regiões de caatinga. No Piauí podem ser encontradas estruturas semelhantes nos municípios de São João do Piauí e Brejo do Piauí, onde além das cercas a matéria rochosa foi utilizada nas paredes de edificações.

As estruturas de São João de Sene possuem técnica construtiva similar, são basicamente muros de pouco mais de um metro de altura formados pela sobreposição de blocos que afloram localmente. Há certamente, vários blocos que se desprenderam pela força das intempéries. Relatos atuais indicam que há muitos anos, quando não se tinha consciência da importância do local, blocos foram retirados para utilização em baldrames de residências. A segunda estrutura de pedras existente que foi indicada pelos nossos colaboradores como “casa dos jesuítas/franciscanos”, não se trata de uma construção linear - muro/cerca, possui formato retangular, exibindo dois fechamentos em L que permitem delimitar uma parte da construção original e até uma possível compartimentação (Figura 3).

Figura 3

Compartimentação nas estruturas.



Angical (Sítio Roça do Seu Zé Pequeno e Sítio Roça do Filho do Seu Zé Pequeno) – Foram encontrados nesses dois sítios, praticamente contíguos, duas pequenas vasilhas sem decoração e dois fragmentos de cachimbo, sendo um forninho com decorações incisadas e um fragmento de tubo com o mesmo tipo de decoração. O plantio de milho, muito denso na área, dificultou uma exploração mais ampla. Após a colheita será possível a realização de uma prospecção extensiva (Figura 4).

Figura 4

Materiais arqueológicos do sítio Roça do Seu Zé Pequeno.



Rancharia (Sítio Rancharia) – Consiste em uma oficina lítica de superfície com diversos artefatos de sílex provavelmente exógeno, já que não se identificou nas redondezas afloramentos. Nossos interlocutores, moradores da localidade, indicam que teria existido na

área um antigo cemitério e/ou acampamento indígena. Não foram evidenciados ali, entretanto, fragmentos cerâmicos em superfície, o que não invalida a hipótese de os indivíduos terem sido depositados diretamente no solo. Como não houve cultivo aparente na área, com solo bastante compactado e aparentemente pouco fértil, outros remanescentes arqueológicos podem não ter sido revolvidos para a superfície.

Ferreiro – Na localidade existe atualmente um plantio de milho, porém menos denso do que o de Angical, de modo que foi possível fazer o reconhecimento da área. Existem ali ruínas de uma casa de tijolos batidos, provavelmente da primeira metade do século XX. Há cerca de 10m da casa encontram-se alguns fragmentos de cerâmica esparsos, um dos quais com pintura, além de fragmentos de telha colonial. Os moradores do local contam que há vários anos, por volta da década de 1980 uma equipe de arqueólogos teria retirado dali várias urnas funerárias. Infelizmente, não foi possível localizá-las, e nem mesmo identificar quem foram os supostos arqueólogos responsáveis pela retirada.

5 DISCUSSÃO

Embora o aldeamento tenha sido durante toda a sua existência administrado por leigos, o imaginário popular indica que grande parte das estruturas encontradas na localidade teria sido edificada pelos religiosos, jesuítas e/ou franciscanos. Durante os vinte anos de duração Miranda (2005) relata a dificuldade existente para encontrar capelões para os aldeamentos de São João de Sendé e S. Gonçalo do Amarante. Apenas em 1768, três anos depois da sua fundação, São João de Sendé recebe o franciscano, Manuel de Santa Catarina removido do Aldeamento Cajueiro. O Frei Francisco Tavares o substitui em 1773.

Propomos uma breve reflexão sobre os objetivos que existiram por trás da fundação desses dois aldeamentos: São João de Sendé e São Gonçalo do Amarante, que embora não discutidos com a mesma profundidade, compartilhavam de uma mesma lógica existencial. O homem que os criou é tratado na literatura como um dos maiores assassinos de indígenas do período colonial no nordeste brasileiro: João do Rêgo Castelo Branco (Nunes, 1975; Oliveira, 2007). No bojo do Diretório dos Índios, se dissipa o objetivo primordial da criação das missões e aldeamentos, a catequização e amansamento dos indígenas, São João de Sendé e São Gonçalo do Amarante estiveram por vários anos desprovidos de sequer um pároco que pudesse celebrar missas no local. Um dos outros vieses relativos à existência dos aldeamentos: o 'educativo' parece ter sido promovido de maneira bastante distorcida, na medida em que, como relatado anteriormente, muitos índios cedidos a colonos para serem aprendizes de ofício, apesar do descontentamento aparente do Governador, acabavam se tornando vítimas do trabalho compulsório. Por outras vezes eram solicitados para serem

servos pessoais de autoridades e nobres, sendo por isso remunerados apenas com o suficiente para sua alimentação como destaca Mott (1987). Dessa forma, é possível perceber minimamente que interesses obscuros podem ter motivado João do Rego Castelo Branco a se afastar da perseguição encampada a outros grupos indígenas na região, ainda que tenha liderado a caçada contra os Pimenteiras em 1779 (Oliveira, 2007). Além disso, por se tratar de figura muito bem quista pelo Governador da Capitania, por seus préstimos no trabalho de 'limpeza', deveria ser extremamente temido pelos indígenas cativos no aldeamento. Podemos ainda ao menos desconfiar da "dificuldade" relatada pelo governador piauiense em indicar um religioso para atuar nos aldeamentos. Haja vista que a presença de um religioso no local poderia não ser adequada aos interesses de João do Rêgo, bem como das demais autoridades que usufruíam da mão de obra indígena.

Tendo durado apenas pouco mais de vinte anos e sendo descrito como um lugar extremamente humilde com apenas umas poucas cabanas e alguns "índios desajustados" (Spix & Martius, 1968), de acordo com a historiografia, São João do Sende teve pelo menos três edificações: uma escola, uma igreja com torre e a casa do capelão (Miranda, 2005). É possível que as estruturas mapeadas correspondam a algumas dessas edificações. Identificamos, por exemplo, uma estrutura com paredes caídas anexa a um cemitério, remetida pelos moradores atuais a "igreja dos índios". O cemitério, cujas sepulturas mais recentes datam da década de 1970, possui também sepulturas aparentemente bem mais antigas, sinalizadas apenas com pedras e cruzes de madeira ou ferro de modo que, o cemitério pode ter servido aos moradores do aldeamento, e sido reutilizado por moradores da região em períodos mais recentes, ou até mesmo usado ininterruptamente até por volta da década de 1970.

Finalmente, espera-se que escavações futuras possam identificar com mais clareza os usos atribuídos as estruturas identificadas, apesar do relato de que "os bens móveis e imóveis foram doados a particulares" após a extinção do aldeamento, o que pode ter removido parte do registro material original.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a participação indígena na história colonial do nordeste brasileiro tem sido narrada quase que exclusivamente por documentos do período. Escritos por autoridades, colonos, mercenários a serviço da coroa e religiosos, esses documentos atribuem as populações indígenas um papel de inimigo do progresso. Pior, em geral, os nativos são retratados como um obstáculo para a empresa colonial, sobretudo aqueles que resistiam a domesticação imposta pelos ocupantes europeus, fazendo constantes guerras aos colonos.

Nessa perspectiva os aldeamentos foram uma alternativa para os povos indígenas que eram perseguidos e viviam em constante conflito com os colonos. Cada vez mais a historiografia tem matizado um suposto aspecto de resignação que teria existido nos aldeamentos coloniais. Aceitar a redução nos aldeamentos foi certamente uma estratégia de resistência para que as populações indígenas assegurassem a sua sobrevivência. Ainda a vida ali foi repleta de conflitos nos quais os indígenas se posicionaram categoricamente não aceitando os maus tratos a eles impostos, se esforçando para manter suas crenças e resistindo, por exemplo, em atuar como soldados da coroa contra povos irmãos.

No Sudeste do Piauí após a dissolução dos aldeamentos os indígenas e seus descendentes foram agregados a sociedade local, assumindo outras identidades: cabocla, sertaneja. Suas histórias, entretanto, se proliferaram no imaginário popular. Um dos relatos que mais se repete é o de que “minha avó foi pega a dente de cachorro”, discurso comum entre os moradores das localidades relacionadas a presença indígena no período colonial (Oliveira, 2007; Macedo, 2012). Nos aldeamentos, os homens adultos costumavam sair ou serem cedidos para servir autoridades ou para realizarem trabalhos diversos. Mulheres e crianças podem ter ficado desprotegidas das crueldades dos colonos, de modo a serem sequestradas ou até mesmo entregues a pessoas que se propunham a cuidar, educar e catequizá-las, mas que tinham por elas interesses escusos.

Por outro lado, a distância temporal dos documentos que versam sobre as ocupações indígenas nesse estado, assim como o apagamento das identidades indígenas atuais, contribuem para uma romantização da história indígena local. Personagens como o Cacique Bruenque e o líder fugitivo Mandu Ladino dão nome a ruas, praças e monumentos, numa espécie de mitigação a devastação promovida pelos agentes da colonização, construindo-se nesses “personagens” narrativas heroicas, cuja comprovação pode ser apenas parcialmente assegurada (Miranda, 2010).

Para além das novas histórias que têm sido desveladas nos acervos de documentos históricos, a arqueologia é uma fonte quase inexplorada nessa região, mas que pode também dar importantes contribuições para uma melhor compreensão das relações entre os diferentes agentes inseridos na colonização. Suas potencialidades adentram o cotidiano dessas populações e podem oferecer um contraponto ao quadro pintado pelas elites detentoras do poder da escrita.

A inexistência de modelos de aldeamentos escavados no Nordeste aponta para a necessidade de se explorar os sítios arqueológicos identificados em Tanque do Piauí. Fora as pesquisas em sítios Guarani no Sul do Brasil, esse tipo de contexto tem sido ainda pouco investigado. Souza (2017) remete essa escassez de estudos a baixa visibilidade dos sítios arqueológicos testemunhos desse período, contudo grandes estruturas existentes no

Nordeste como os muros ou cercas de pedras aqui evidenciados podem delimitar áreas ocupadas pelos indígenas aldeados e seus tutores e fornecer modelos para análises comparativas.

Uma abordagem aprofundada desses sítios certamente contribuirá para um melhor entendimento das relações existentes entre indígenas e outros setores da sociedade colonial, bem como da dinâmica e trajetória de ocupação dos aldeamentos.

AGREDECIMENTOS

Agradecemos a equipe de bolsistas do PET-Arqueologia (Univasf), à prefeitura municipal de Tanque do Piauí, aos nossos colaboradores em Tanque do Piauí e São João de Sene, e ao Ministério da Educação (MEC) e Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por apoiarem esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Aires de Casal, M. (1976). *Corografia Brasília*. Editora Itatia.

Almeida, M. R. C. de. (2001). Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. (6)12, 51-71.

Carvalho, F. R. (n.d.). *São João de Sene: A igreja do nosso tempo (homenagens)*. Literatura de cordel.

Costa, A. R. (2015). *VALE DO JACARÉ: paisagem e patrimônio arqueológico no município de Regeneração, Piauí, Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí].

Dantas, B. G.; Sampaio, J. A. L., & Carvalho, M. R. G. de. (1992). Povos indígenas do Nordeste: um esboço histórico. Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos Índios do Brasil*. Companhia das Letras.

Ennes, E. (1938). *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. Companhia Editora Nacional.

Ferreira, J. A.; Freitas, M. M. M. X. G.; Souto Maior, P. M. (2017). Além da pedra: utilização de rochas em alvenarias nas zonas rurais no nordeste do Brasil, séculos XVII ao XX. *Fundamentos*. (V)19, 12-43.

Freitas, J. (2016). Vestígios da existência: entre cacos e conchas. Dias, C. M. M & Santos, P. de S. (orgs.). *História dos Índios do Piauí*. 2ª edição. EDUFPI.

Godoi, E. P. de. (1999). *O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. Editora da Unicamp.

Macedo, R. (2012). *As trilhas da morte no Sertão Pimenteiras-PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. [Dissertação de mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco].

Medeiros, R. P. de. (2002). Povos indígenas do Sertão Nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Fundamentos*. (2)7-53.

Mott, L. (1987). Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. *Revista de Antropologia*. (30, 31 e 32), 55-78.

Miranda, R. (2005). *A ferro e fogo*. Edição do autor.

Miranda, C. (2010). *História dos índios do Piauí*. Editora Nova Aliança

Nunes, O. (1975). *Pesquisas para a história do Piauí*. (volume 1, 2ª edição). Editora Artenova.

Oliveira, A. S. N. de. (2007). *O Povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. [Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco].

Pessis, A. M. (2003). *Imagens da Pré-história*. Fumdam.

Pires, M. I. da C. (2002). *Guerra dos Bárbaros*. Editora Universitária.

Souza, M. A. T. de. (2017). A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*. (30)1, 144-153.

Spix, J. B., & Martius, C. F. P. Von. (1968). *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Editora Melhoramentos.

Negreiros, R. M. B. (2011). *As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769 1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. [Dissertação de mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco].

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Análise das cerâmicas pintadas dos sítios Brite I e Cachoeirinha I, município de Caldeirão do Piauí – PI

Analysis of painted ceramics from the Brite I and Cachoeirinha I sites, municipality of Caldeirão do Piauí – PI

Sarah Tayran Guerra de Araújo

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.
sarahtayran@gmail.com

Mauro Alexandre Farias Fontes

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.
maffontes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo, tem como objetivo compreender a formação dos motivos decorativos cerâmicos dos indivíduos que habitaram a porção piauiense da Chapada do Araripe para assim estabelecer o estilo e entender como ele funciona como transmissor de mensagens. Para alcançar o objetivo, serão analisados 81 fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície pintado dos sítios Arqueológicos sendo eles, Cachoeirinha I e Brite I, que se localizam no município de Caldeirão Grande do Piauí– PI. Entendendo que a decoração cerâmica funciona como transmissor de mensagens referentes ao modo de vida do grupo logo torna-se acessível descrever o estilo adotado pelas oleiras no momento da confecção da decoração da cerâmica, podendo assim estabelecer as mensagens predominantes nos motivos dos sítios.

Palavras Chaves: Cerâmica pintada; Motivos decorativos.

ABSTRACT

This article aims to understand the formation of decorative ceramic motifs of individuals who inhabited the Chapada do Araripe portion of Piauí, in order to establish the style and understand how it works as a transmitter of messages. To achieve the objective, 81 ceramic fragments with painted surface treatment from the Archaeological sites will be analyzed, being them Cachoeirinha I and Brite I, which are located in the municipality of Caldeirão Grande do Piauí - PI. Understanding that the ceramic decoration works as a transmitter of messages referring to the group's way of life, it soon becomes accessible to describe the style adopted by the potters at the time of making the ceramic decoration, thus being able to establish the predominant messages in the motifs of the sites.

Keywords: Painted ceramics; Decorative motifs.

1 INTRODUÇÃO

O material cerâmico se caracteriza por ser produzidas com a matéria prima argila na forma pastosa que ganham forma na mão do produtor, sendo submetida a um processo de queima para a fixação da sua forma (Araújo, 2017; Fontes, 2003).

Os estudos sobre a cerâmica e todos os processos tecnológicos que envolvem sua fabricação são remotos, tendo início no século XIX, pois a cerâmica se apresenta como um dos artefatos que tem uma maior durabilidade dentre os vestígios arqueológicos, podendo assim informar sobre as atividades humanas (Silva & Oliveira 2019; Fontes 2003).

Entende-se que a cerâmica está presente em inúmeros momentos das vivências cotidianas das pessoas, abrangendo assim diversos momentos das experiências e no processo de ensino-aprendizagem que acontecem no decurso do tempo (Silva & Oliveira, 2019).

Dentre as diversas formas de uso da cerâmica distinguem-se as cerâmicas utilitárias e ritualísticas (Brochado, 1989). A cerâmica de uso cotidiano foi vista por algum tempo na literatura arqueológica como uma cerâmica produzida de forma mais simples para funções ligadas estritamente ao sistema de preparo e alimentação dos grupos (Costa & Gomes 2018; Costa 2016).

A cerâmica se apresenta de várias maneiras no registro arqueológico, o que possibilita numerosos procedimentos de análise e interpretação por parte dos arqueólogos (Fontes 2003). Um dos elementos estudados pelos arqueólogos são os tratamentos de superfície que os vasilhames cerâmicos receberam no seu processo de fabricação (Costa 2018; Oliveira 2008).

Os tratamentos de superfície que a cerâmica recebe se apresenta de duas formas: pintada e plástica. A primeira acontece quando há na superfície do fragmento a adição de pigmentos, e, há segunda, se apresenta quando há modificação tridimensional da superfície da vasilha antes da sua queima (Brochado 1986).

A aplicação de uma decoração pintada nos artefatos como o próprio nome já diz ocorre com a aplicação de pigmentos na superfície interna, externa ou em ambas as superfícies. A pintura como elemento de composição dos processos de fabricação da cerâmica é conceituada como: “a pintura é um conjunto de partes de representações que associadas criam um motivo e a continuidade de suas representações formam um processo decorativo.” (La Salvia & Brochado 1989, p. 99).

Desse modo, os motivos cerâmicos simbolizam e carregam toda intencionalidade dos oleiros ou ceramistas. Os motivos cerâmicos são entendidos como o meio em que o artesão transmite sua mensagem. Assim, os motivos cerâmicos serão aqui tratados como “desenhos

formados pelas linhas e seu posicionamento na superfície da vasilha dentro dos campos, que será uma área definida por faixas.” (La Salvia & Brochado 1989, p. 100).

Como ferramenta metodológica para descrever os motivos cerâmicos e conhecer o(s) estilo(s) dos sítios arqueológicos Cachoeirinha I e Brite I será utilizada as análises de La Salvia e Brochado (1989). Para esses autores, os principais elementos analíticos dos motivos cerâmicos são: 01- Faixa: localização, largura e forma. 02- Motivos decorativos: forma, desenho e distribuição e, 03- Métodos: técnica de pintura e as cores.

Desse modo, esperamos que a base teórica e metodológica aqui proposta nos leve a entender e a forma de construção das pinturas e assim a construção dos motivos para assim entendermos o estilo ou estilos presentes nas pinturas reproduzidas no acervo cerâmico dos sítios estudados, para assim percebemos se existem diferenças ou similaridades presentes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA: CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ

O município de Caldeirão Grande do Piauí no estado do Piauí na parte ocidental da Chapada do Araripe, possui uma área territorial de 494,892 km², sua população é de 5.671 habitantes (IBGE, 2010). O município limita-se com os municípios de Marcolândia, Francisco Macedo, Alegrete e Fronteiras do Piauí (CPRM/PRODEM, 2005).

O município de Caldeirão Grande do Piauí, assim como os demais municípios do estado cresceu em torno de fazendas de cultivo pecuário tendo o primeiro registro do seu território na carta cartográfica da capitania do Piauí, elaborada em 1761 por João Antônio Gallucci onde ele denomina o povoado Caldeirão (Luz; Cavalcante; Magalhães, 2016).

O município originou-se a partir da fazenda Caldeirão Grande, que tem como proprietário o senhor Clarindo Dias Neto. Por muito tempo foi sede oficial da até então fazenda conhecida como São José do Caldeirão, fazendo referência à capela de São José que existia na localidade, em seguida passou a ser chamada Caldeirão Grande quando passou a categoria de povoado que lhe deram esse nome por ser rodeado de serras com formações rochosas, formando um imenso caldeirão, nome dado às locais de pedras onde junta água durante o inverno (Luz; Cavalcante; Magalhães, 2016).

O clima da região é do tipo tropical semiárido quente com precipitação pluviométrica de 665,8 mm, apresentando períodos quentes de sete a oito meses, a vegetação predominante é do bioma Caatinga com uma vegetação arbórea e arbustiva (CPRM/PRODEM, 2005). O relevo da região é plano com partes onduladas e planaltos com a predominância de planuras que abrangem a chapada do Araripe e a transição sertão/chapada, as denominações locais para as serras compreendem a Serra dos Cocos e Serra de Pau D'arco (Costa, 2019).

O município compreende várias comunidades, dentre estas, destaca-se a comunidade Serra da Batinga, onde foi delimitada a maioria dos sítios arqueológicos encontrados na região (inclusive os aqui estudados). A mesma se encontra no topo da chapada, onde predominam locais sem cobertura vegetal devido ao cultivo da mandioca e algumas áreas com mata abundante.

DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS: CACHOEIRINHA I

O sítio arqueológico Cachoeirinha I está localizado no município de Caldeirão Grande do Piauí, com uma área de 44.938.5840m, e pode ser classificado como multicomponencial (contendo dois momentos de ocupação) a céu aberto e vem sendo objeto de estudo em diversos aspectos desde o ano de 2015.

O material encontrado nesse sítio é pertencente ao período pré-colonial e colonial. Os materiais passíveis de associação ao período colonial são as cerâmicas, com características tecnológicas que podem ser associadas ao uso do torno. Já uma associação possível ao contexto pré-colonial, consiste na presença de cerâmicas com técnicas de manufatura indígena (rolete) e a presença de cerâmicas com decoração policroma.

Em relação ao material cerâmico presente no sítio (dispersão do material foram contabilizados 4.987 fragmentos cerâmicos), deste universo apenas 52 apresentam caracterizadores decorativos externos e 160 apresentam decoração interna (Araújo, 2017). A datação deste sítio é de 370.40 anos A.P. Esse sítio foi identificado na ADA (área diretamente afetada) do empreendimento do Parque Eólico de Caldeirão Grande do Piauí, durante a etapa de monitoramento arqueológico, realizado na implantação do complexo eólico.

Quanto a metodologia de escavação executada na área, realizou-se 11 unidades de escavações entre sondagens de 1m² e trincheiras de 4x5 metros, espalhadas por toda a extensão do sítio arqueológico, como o mesmo sofreu impacto por parte do maquinário que realizava o processo de supressão vegetal mecânica foi realizado o peneiramento das leiras (local onde é depositado o sedimento revolvido pelas máquinas).

SÍTIO BRITE I

O sítio arqueológico Brite I é classificado como um sítio a céu aberto e multicomponencial (Carvalho 2017). Localizado em uma área utilizada para agricultura de subsistência pelos moradores locais. O mesmo abarca um perímetro em torno de 22.300 m² situado a 200 m do sítio Cachoeirinha I. Uma parcela considerável do sítio (cerca de

6.500 m²) foi impactada pelo empreendimento do Parque Eólico da cidade de Caldeirão Grande do Piauí. O impacto causado pelo empreendimento decorreu de uma supressão vegetal (remoção da vegetação juntamente com suas raízes).

Os materiais arqueológicos foram encontrados na superfície e subsuperfície, chegando a uma profundidade de até 30 cm. Os tipos de materiais localizados no sítio foram: material cerâmico, material lítico, material vítreo, material metálico e louça.

Como metodologia de averiguação da área do sítio foram realizadas 10 sondagens de 1m², em cada sondagem foi aprofundado o centro, com vistas ao alcance da camada estéril. Realizou-se ainda 10 trincheiras em ampla superfície em geral de 40 a 50 cm de profundidade, com o impacto sofrido no sítio formaram-se leiras de sedimento (local onde e depositado o sedimento revolvido pelas máquinas) todas as leiras que se formaram dentro do sítio foram submetidas a um processo de peneiramento de todo o sedimento revolvido dentro da área do sítio.

Em relação à produção cerâmica encontrada no sítio, o mesmo contempla 9.609 fragmentos cerâmicos, onde 59 fragmentos apresentam tratamento de superfície externa com aplicação de decoração pintada, e 286 fragmentos apresentam decoração pintada na parte interna (Carvalho, 2017).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

As cerâmicas assim como todos os elementos da cultura material podem ser explicadas e/ou interpretadas de diversas formas com diferentes visões que variam conforme a abordagem teórica, os objetivos e os questionamentos científicos de cada autor.

Para Lima (2011), o Histórico-Culturalismo pode ser considerado como sendo o primeiro paradigma formal da teoria arqueológica. A arqueologia histórico-cultural enfatiza a definição de sociedades históricas em agrupamentos étnicos e culturais distintos de acordo com a sua cultura material. Para a arqueologia histórico-cultural: “A cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhado por um determinado grupo” (Lima, 2011, p. 13).

No Brasil, o Histórico-Culturalismo foi amplamente utilizado e difundido pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans, o PRONAPA tinha como objeto de estudo a cerâmica pré-histórica e tinha como objetivo levantar a potencialidade da maior área possível para futuras abordagens, áreas definidas, sobretudo em função de bacias hidrográficas. (Alves; Luna; Nascimento, 1991).

Coletar “populações de artefatos culturais” através da abordagem em termos de prospecções de superfície e subsuperfície. Tais populações seriam prospecionadas e coletadas em procedimento de escavação por meio de níveis artificiais de 10 em 10 cm; analisadas em laboratório pela metodologia corrente em todo o mundo, mas cujos dados resultantes, estes sim, seriam submetidos às técnicas interpretativas propostas pelo método Ford (Alves; Luna; Nascimento, 1991; Barreto 2008).

A Cerâmica e a decoração eram analisadas da seguinte forma:

As análises eram baseadas em tipologias estabelecidas principalmente em função de características tal como forma e elementos decorativos. Faziam-se comparações com cerâmicas de outras áreas do país e de regiões próximas, com o objetivo de identificar a influência de traços e os pontos centrais da dispersão da mesma (Alves; Luna; Nascimento, 1991, p. 15).

Na perspectiva do Histórico-Culturalismo, os estilos eram definidos pelos atributos das técnicas de fabricação, formas e dimensões dos objetos cerâmicos e seus padrões decorativos. Na abordagem histórico-cultural há uma correspondência direta, que é assumida *a priori*, entre estilo e identidade cultural. O estilo é um atributo passivo, é um produto cultural, uma marca ou esboço ou esquema que é reproduzida através das gerações, sendo mantida conscientemente ou não ao longo de um determinado tempo por determinadas comunidades (Barreto, 2008).

Em uma abordagem histórico-cultural, os diferentes estilos da cerâmica correspondem a códigos culturais compartilhados por diferentes grupos sociais, separados no espaço, no tempo ou em ambos (Barreto, 2008).

A partir de 1960, os arqueólogos norte-americanos criticaram fortemente a abordagem histórico-cultural. Para os arqueólogos defensores da arqueologia processual, os acontecimentos históricos não se baseavam em leis ou em regularidades. As explicações arqueológicas não iam além do particular, do individual e do específico, e não poderiam ser alcançadas através de estudos históricos (Lima, 2011).

Sob a liderança de Lewis Binford, essa nova forma de pensar a cultura material e a arqueologia passa a entender a cultura como um “meio extrassomático de adaptação humana ao ambiente”. Dessa forma, passa a ser entendida como resposta a diversas pressões sofridas pelos grupos humanos (Lima, 2011).

As pesquisas arqueológicas, relacionadas ao estilo na perspectiva processualista, privilegiavam os aspectos relativos às técnicas de fabricação e usos utilitários da cerâmica que pudessem informar sobre os padrões de subsistência e modos adaptativos. O conceito

de estilo tinha como foco os aspectos tecnológicos, sendo denominado como “estilo tecnológico”. O estilo era uma parte do sistema tecnológico de uma sociedade e qualquer mudança no estilo era explicada como uma resposta as questões adaptativas relacionadas de forma direta com o meio natural e socioeconômico do grupo (Dias & Silva, 2001, p. 95).

Autores como Chmyz (1966), Oliveira (2000), Oliveira (2008) e Dias (2008) abordaram estudos em cerâmica dentro de uma perspectiva de estilo tecnológico.

Para Chmyz (1966), o estilo é “um conjunto de elementos ou motivos, associados num padrão comum, que caracterizam um horizonte, uma tradição ou um complexo.”. De modo que o padrão caracteriza o grupo cultural pertencente à tradição arqueológica.

Para Oliveira (2000), o estudo do estilo na cerâmica está associado a elementos técnicos, visto que a mesma utiliza a definição de “estilo tecnológico” para identificar as associações técnicas e as escolhas dos grupos culturais. Acompanhando o mesmo pensamento Oliveira (2008) entende que o conceito de estilo está ligado inteiramente a um parâmetro técnico que se mantém ao longo do tempo, estando relacionado à unidade étnica.

A existência de uma tradição cultural representada pelo estilo presente na decoração cerâmica é o objetivo de Oliveira (2008). Em sua análise, a autora estuda o estilo da decoração das cerâmicas em busca de “regionalismos culturais” para assim entender como as manifestações artísticas funcionam.

Já Dias (2008) acredita que o estilo é algo associado ao momento de confecção do artefato, e que essas escolhas são ligadas a um processo tecnológico que ocorre de forma limitada a um tempo e um lugar.

Esta noção permite compreender o estilo como algo que é inerente e subjacente aos processos de produção a partir dos quais a forma dos artefatos é uma resultante, referindo-se a um determinado modo de fazer algo ou alguma coisa que implica em escolhas entre possibilidades alternativas, próprias a um determinado tempo e lugar (Dias, 2008, p. 13).

Dessa forma, os estilos tecnológicos são resultados de uma tradição cultural que compreendem características contextuais, como agentes sociais ou culturais representadas no registro arqueológico (Dias, 2008). Tanto as ideias de Dias (2007) quanto de Oliveira (2000) são conceitos embasados no pensamento defendido por Sackett (1977), no qual o estilo representa características materiais relacionadas a aspectos técnicos, morfológicos e a sua função (Costa; Castro; Medeiros, 2008).

Uma forte crítica à abordagem teórica processualista surge na década de 1980 com as considerações de Ian Hodder sobre a investigação do contexto arqueológico. Para Hodder (1992), não é possível entender a complexidade do registro arqueológico sem entender as relações estabelecidas entre o mundo simbólico que produz e organiza a cultura material (Hodder, 1992). Dessa forma:

É possível, segundo Hodder, atingir os significados profundos, a essência mental a que o mundo material faz referência porque o significado, ainda que alterando-se no espaço-tempo, possui uma duração contextual em que é percebido e partilhado pelo todo social (Diniz, 1996, p. 11).

Na abordagem pós-processual a cultura material é não vista como algo inerte ou controlada apenas pelas mudanças ambientais e que essas mudanças explicariam de fato toda a dinâmica de vida dos grupos. Uma nova forma de ver toda a mudança cultural ganha força, sem negar a relação estabelecida entre ambiente e a função adaptativa. Os pós-processualistas entenderam que toda mudança ocorrida parte do pensamento do indivíduo e que são os indivíduos que de fato trabalham para a manutenção do sistema de ordem social (Lima 2011). Dessa forma: “mais que o sistema propriamente, o que é de interesse, de fato, são níveis mais profundos de análise, no caso, as estruturas por meio das quais ele assume a sua forma, que podem incorporar conflitos, tensões e contradições” (Hodder, 1995, p. 85).

Com o advento do pensamento pós-processualista, inúmeros aspectos da cultura material que não eram vistos como palpáveis de análise ganharam uma maior visibilidade. O pós-processualismo elevou o pensamento arqueológico abrindo possibilidades de estudo que buscam entender mais do cognitivo do ser e as intenções envolvidas em suas ações.

Logo, os aspectos ideológicos e todas as crenças e simbologias envolvidas nesse processo tem relevância no entendimento e interpretação do contexto arqueológico, pois as culturas analisadas não são fruto somente de uma adaptação ao meio e aos seus agentes, mas sim a cultura material funciona como um agente que é ativamente manipulado e adaptado aos mais diversos usos que variam de acordo com a necessidade da sociedade (Johnson, 2000).

Entende-se que assim como todas as características dos materiais arqueológicos são perceptíveis, a simbologia presente também pode ser observada e entendida como algo intrínseco ao passado das sociedades e as mudanças ocorridas na dinâmica da vida.

Uma palavra norteia as análises pós-processuais: o significado. Criado no mundo das ideias em um pensamento estruturalista (onde tudo é perfeito), o que pode ser entendido apenas na observância das produções (Shanks & Tilley, 1992; Lanata, 1980; Aguiar, 2004).

O indivíduo é representado dentro do seu grupo cultural através do simbolismo por ele expressado nos padrões técnicos e estilísticos da produção do grafismo. Logo os elementos por ele produzidos contêm um simbolismo ligado à identidade dele como indivíduo e o universo que se quis demonstrar ali. Imediatamente se entende que o simbolismo atribuído a decoração cerâmica e a particularidade do indivíduo que elaborou, caracteriza o estilo presente na decoração e o coloca como transmissor de mensagem dentro do grupo (Costa,

2018).

No pós-processualismo o estilo passa a ser tratado como um agente ativo dentro do contexto arqueológico dos povos, deixando assim de serem apenas objetos passivos e adaptáveis para serem agentes transformadores e integrantes da dinâmicas dos indivíduos.

O estilo artístico é visto então como um meio de comunicação e interação dentre os indivíduos do grupo, sendo a ferramenta que torna possível que através da experiência estética, indivíduos ou grupos definam seus modos de vida e suas relações sociais (Barreto, 2008; Hodder, 1982; Wobst, 1999).

Dessa forma, a análise estilística é de suma importância para a interpretação da linguagem não verbal de um grupo. O uso da interpretação da linguagem não verbal na arqueologia se concentra no estudo da arte produzida pelos grupos indígenas. A arte indígena carrega significados que são expressos nos utensílios utilizados pelo grupo, logo “a arte, nestas sociedades “se expressa invariavelmente em objetos que possuem utilidade: em utensílios, artefatos, ou ainda em adornos pessoais carregados de significados para o grupo” (Oliveira, 2008, p. 110 como citado em Schaan, 1997).

Em uma perspectiva geral, vários autores como Binford (1986), Sackett (1977), Wiessner (1983), Shanks e Tilley (1992), Wobst (1999), Barreto (2008), Oliveira (2008), Prous (2010), Oliveira (2016), Costa (2018) e Silvia e Oliveira (2019) discutiram sobre o conceito de estilo como agente ativo capaz de mediar relações sociais.

Para Shanks e Tilley (1992), o estilo se caracteriza na existência de traços particulares presentes na cultura material que apresentam potencial para serem organizados de forma sistemática, onde essa organização leva às regularidades. Os autores acreditam em outra perspectiva de aplicação do conceito de estilo, onde o estilo se comporta como ativo dentro dos grupos e carrega a capacidade de mediação entre o sujeito e o mundo ao seu redor. Se o estilo é visto como um componente ativo dentro dos grupos, logo esse conceito é ligado às relações sociais que ocorrem, desse modo, o estilo também pode ser adequadamente explicado relacionando as suas condições sociais de produção residentes em relações de poder e estratégias sociais (Shanks & Tilley 1992).

Para Mageste (2015 como citado em Binford, 1986) o estilo é conceituado como algo acessório, ou seja, algo complementar ligado à base simbólica de um grupo, que não tem representatividade para explicar como a mudança aconteceu:

O estilo pode ser definido como algo acessório, fruto de aspectos secundários ou complementares à variação formal do artefato, não possuindo, portanto, valor adaptativo. Trata-se de elemento desprovido de características fundamentais para

explicar como a mudança aconteceria no passado (Mageste, 2015, p. 141 como citado em Binford, 1986).

O pensamento de Binford foi intensamente criticado por Sackett (1977). O autor acredita que o estilo é composto por toda a cadeia de produção da cerâmica (não somente nos aspectos simbólicos) ou seja as escolhas realizadas pelo artesão no processo de produção do artefato, e não que o estilo, que seria algo secundário ao processo de formação do artefato. Sackett ainda coloca o estilo como um elemento capaz de caracterizar etnicamente um grupo, pois para ele a produção reflete uma ideia única em um tempo e local determinado, logo produções iguais não surgirão em outros momentos.

Para Sackett (1977) o estilo e a função não são elementos dicotômicos, portanto, indissociáveis, e que Binford (1962; 1983) pode ter incompreendido o conceito de estilo, ao considerar tal elemento como não utilitário (Santos, 2018). Em resposta a crítica, Binford (1962) refuta a ideia de que o estilo pode ser elemento de identificação de etnicidade, para ele relações diferentes poderiam acontecer dentro do sítio e assim gerar artefatos diferentes. Para esse autor, estilo e a função são atribuições dicotômicas, o estilo está relacionado a aspectos de identificação do grupo de elaboração do produto, enquanto que a função está relacionada a esclarecer a variabilidade existente no objeto (Santos, 2018).

O debate entre os dois autores originou dois modelos distintos de estilo, o iconológico que foi relacionado à Binford por Sackett (1990), onde o estilo é um componente ativo que porta uma mensagem simbólica, no entanto esse estilo não apresenta características essenciais que possam elucidar mudanças ocorridas no passado (Pacheco, 2008) e o modelo isocréstico adepto de Sackett (1977), onde o estilo estaria ligado às escolhas realizadas no processo de produção do artesão, com possibilidade de reconhecimento da etnicidade do grupo (Mageste, 2015).

Sackett (1990) associou o conceito de estilo de Wobst (1977) ao modelo iconológico segundo esse autor, o estilo representa um modo de comunicação, que expressam características sociais e características simbólicas ativas, que mediam as relações e estratégias sociais (Mageste, 2015 como citado em Wobst, 1977).

Acredita que o estilo perpassa por diferentes formas de relações dentre os indivíduos e os objetos, sendo observado através da maneira como se expressam, se comunicam e se identificam, como resultado também de um pensamento ideológico que influencia as ações dos indivíduos dentro de um grupo cultural (Wobst, 1999, p. 35).

Em sua tese de doutorado, Barreto (2008) explora o conceito de estilo ligado a representação social e análise do universo mítico das cerâmicas funerárias da Amazônia, a autora associa arte e estilo para entender a forma de organização social e as dinâmicas pré-coloniais ligadas a ocupação da região, utilizando conceitos da antropologia social e da arte levando em conta o estilo e a agência presente nas decorações da cerâmica presente nas urnas funerárias Marajoara atuando como mediadores e transformadores das relações sociais. Ela apresenta uma descrição do estilo no contexto da arqueologia amazônica contextualizando todas as evoluções das análises estilísticas na região.

A ideia de Oliveira (2008) se baseia em uma desfragmentação do motivo, inicialmente os motivos são separados, baseados nos espaços que ocupam na superfície cerâmica, para que assim consiga observar como os elementos decorativos (linhas e pontos) se configuraram na mão do artesão, e assim associá-la aos Tupi-guarani.

Para Prous (2010), ao se estudar as características estilísticas da decoração presente nos fragmentos cerâmicos é possível ter acesso ao mundo simbólico do produtor do artefato, possibilitando assim uma identidade. Prous (2010) estuda minuciosamente todos os aspectos da decoração, desde os aspectos funcionais (forma dos vasilhames) aos aspectos materiais da pintura (cores e origem das tintas) além de uma análise minuciosa dos motivos e da distribuição dos mesmos na superfície da cerâmica. A partir da análise e classificação minuciosa, o autor realiza uma interpretação específica do material, resultando em conclusões assertivas sobre o material analisado.

Oliveira (2016), em seu trabalho “A serpente várias fases: Iconografia e estilo da cerâmica Guarita” entende o estilo como ativo porém homogêneo dentro da tradição cerâmica amazônica o que indica um estilo regional (estilo policroma), com o auxílio da iconografia a autora conseguiu identificar baseado na localização morfológica das decorações nos vasos cerâmicos possíveis atividades distintas, onde as recorrências de determinados padrões localizados em determinadas áreas do vaso poderiam indicar um estilo predominante dentro de um estilo maior que no caso é o policroma. Segundo a autora:

Parece-nos que o estilo Policroma é mais complexo que o sugerido até o presente momento, e que é necessário tentar melhor defini-lo enquanto estilo, e quais seriam os possíveis processos que levaram ao seu compartilhamento em uma amplitude geográfica tão significativa. Ao considerarmos a variabilidade formal destes componentes cerâmicos, podemos identificar algumas variações que indicam assinaturas regionais dentro do estilo policroma (Oliveira, 2016, p. 381).

Dentre as produções científicas mais recentes, encontra-se o trabalho desenvolvido

por Costa (2018) que busca discutir o estilo como marcador identitário, para a autora o conjunto de elementos que compõem o estilo atendem a uma regularidade, logo o domínio desse processo os diferencia culturalmente dos demais grupos. São os aspectos simbólicos que associados as escolhas dos ceramistas durante o seu processo de criação e fabricação, aspectos esses ligados a vida cotidiana e ao processo de ensino aprendizagem do grupo que determina o estilo (Costa, 2018).

Dentre as produções científicas recentes sobre o estilo e suas definições apresento o trabalho de Silva e Oliveira (2019), no qual os autores buscam uma forma objetiva e clara de classificar e entender as decorações cerâmicas onde esse modo de organização se encaixe em diversas abordagens, como método os autores exploram o conceito de perfil decorativo ou tipo decorativo. O estilo é abordado como uma das formas de abordar a decoração cerâmica no Brasil, os autores apresentam uma revisão bibliográfica do tema relacionando sempre o conceito de estilo a um meio de comunicação não verbal que é interpretado através de um símbolo. O conceito de tipo decorativo é aplicado pelos autores em 11 sítios ligados a tradição Tupi-guarani localizados na Chapada do Araripe.

Considerando válidas todas as definições de estilo, destacam-se os caminhos seguidos por Wiessner (1983), para a autora os estudos com abordagens embasadas no estilo devem carregar com si a ideia de como ele próprio é um elemento de transição de inúmeros detalhes do contexto social do grupo é reflexo direto de identidade, possuindo ainda o simbolismo que é capaz de intermediar as relações sociais ali estabelecidas.

O estilo será visto como um meio de transmitir informação; portanto, está sujeito a seleção e pode conferir uma vantagem adaptativa a seus usuários, como deveria ser óbvio a partir do exemplo de abertura. Existem muitos canais através dos quais as pessoas podem projetar vários aspectos de suas identidades para os outros, como dialeto ou comportamento não-verbal: um deles é o estilo. O estilo, ao transmitir aspectos de identidade pessoal e social, será afetado pelo processo de comparação social e deverá estar sujeito às condições que determinam seu resultado (Wiessner, 1983, p. 256).

Essa cultura material além de representar valores simbólicos, possui uma linguagem transmitida grupalmente (estilo), onde cada símbolo representa essa linguagem, talvez a fidelidade com que cada peça seja confeccionada remete ao autorreconhecimento dos indivíduos pertencentes ao grupo sobre o valor que é passado para esses materiais.

A análise dos motivos será realizada neste trabalho, buscando a questão estilística dos sítios a Brite I e Cachoeirinha I, localizados na porção piauiense da Chapada do Araripe.

Desse modo estilo aqui será conceituado como “a variação formal na cultura material que transmite informações sobre identidade pessoal e social.” (Wiessner, 1983, p. 256).

Essa forma de abordar o indivíduo como destaque do processo de criação intelectual, contempla os objetivos dessa pesquisa, pois nela procuramos entender o papel e as particularidades do indivíduo que produziu, através do estilo presente na decoração cerâmica.

Além disso, buscamos entender como o estilo funciona como transmissor de mensagens e informações sobre os indivíduos. Como o ato de pintar envolve o sistema cognitivo do ser.

Nesta pesquisa o tipo de abordagem teórica que será utilizada nas cerâmicas pintadas dos sítios arqueológicos Cachoeirinha I e Brite I é a que entende os motivos e estilos de forma ativa. Parte-se do princípio que a cultura material aglutina e consolida as maneiras em que os indivíduos percebem e organizam a realidade. Os motivos cerâmicos e estilos são vistos como um meio ativo de comunicação e interação, verdadeiros transmissores de mensagens e ideias, no qual os indivíduos ou grupos negociam, definem, afirmam, negam ou impõem relações sociais (Wobst, 1999; Hodder, 1982; Wiessner, 1983). As pinturas, os motivos, os estilos, a arte e a cultura material são vistas como transformadores e não apenas como produtos passivos.

4 METODOLOGIA

Pensando no motivo como o item da construção cerâmica que expressa o estilo, o caminho metodológico, iniciou-se com a elaboração do processo de decodificação dos motivos decorativos, tendo como base as variáveis decorativas presentes nos fragmentos. De um modo geral os procedimentos de análise consistem na observação da construção e distribuição dos motivos nas peças, essas variáveis foram divididas em dois momentos, sendo eles:

- Observação da construção dos motivos decorativos, através da decodificação dos motivos;
- Análise do motivo, através da classificação dos desenhos representado pelo motivo;
- Observação da predominância dos estilos nos sítios.

A análise aqui realizada se reserva a entender a construção dos motivos no sentido de decodificar os caminhos que o foram utilizados para desenvolver o desenho que está evidente na decoração da cerâmica, para essa análise utilizaremos os parâmetros de La Salvia e Brochado (1989). Desse modo busca-se: 1) Identificar os motivos; 2) Entender a relação entre o motivo e a localização dos motivos na peça (Base, borda e bojo);

Foi necessário estabelecer um segundo momento na realização dos processos metodológicos para alcançarmos o resultado pretendido, esse segundo momento trata-se da observação da predominância dos estilos nos fragmentos cerâmicos aqui analisados, para esse momento foi necessário a inserção de um conceito matemático para evidenciarmos as possíveis combinações de motivos nos fragmentos e com isso observar a predominância estilística dos oleiros.

A organização sistemática da análise, baseia-se no estudo realizados por La Salvia e Brochado (1989) que será utilizada para entender a construção dos motivos cerâmicos, o que autor chama de “descodificação” da pintura, para o autor descodificar a pintura é o ato de: “Separar os elementos que compõem um conjunto representativo dentro de um motivo” (La Salvia & Brochado, 1989, p. 99)

Com a decodificação, pretende-se entender as diferenças dos motivos e como os elementos que o construíram se comportam na composição final do desenho, para esse entendimento o autor utiliza de quatro elementos de composição sendo eles a formação das linhas, faixas a representação dos motivos, os métodos e instrumentos que foram utilizados na construção do desenho. Porém para esse momento da pesquisa, somente dois aspectos serão de relevância sendo ele a observação da construção das linhas e das faixas.

O quadro (Quadro 1) a seguir sintetiza de forma detalhada as variáveis utilizadas por La Salvia e Brochado (1989). No apresentamos as medidas que foram utilizadas como parâmetro de observação, demonstrando ainda todas as variáveis a serem observadas.

Quadro 1

Demonstrativo das variáveis de análise a serem utilizadas, segundo La Salvia e Brochado, 1989.

LINHAS	
Tipo de Linha	Retilínea, Curvilínea e Mistilínea
Apresentação do Traço	Continua ou Descontinua
Representação do Traço	Simples, duplo ou múltipla
Posição do traço	Vertical, Horizontal, Obliqua e Sinuosa
FAIXA	
Localização da Faixa	Lábio, Borda ou inflexões
REPRESENTAÇÃO DOS DESENHOS	
Forma do desenho	Concêntrico ou Isolado.

Desenho	Greco, Espiralado, Pesponto, Quadrangular, Triangular, Circular, Trapezoidal, Retangular, Losangular, Elipsoidal, Hexagonal.
Distribuição do desenho	Puro ou Associado.
Cor do desenho	Vermelho, Preto, Marrom ou Branca.

5 ANÁLISE ESTILÍSTICA DOS MOTIVOS DECORATIVOS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRITE I E CACHOEIRINHA I: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A identificação dos motivos cerâmicos dos sítios Brite I e Cachoeirinha I resultou na evidência de 26 motivos cerâmicos distintos, 17 desses motivos foram evidenciados no Brite I e 9 motivos no Cachoeirinha I.

A partir da identificação e observação detalhada das características de construção dos motivos de cada sítio tornou-se possível a realização da análise estilística dos motivos de cada sítio. Essa identificação permitiu avançarmos na análise no sentido de entender a relação dos motivos com a sua disposição e a repetição de cada motivo nas peças.

Entender essa relação é necessário, pois para Prous (2010), “a forma das vasilhas é um elemento importante do estudo, pois determina os campos decorativos; por outro lado, vasilhas com formas (e funções) diferentes costumam apresentar fórmulas decorativas distintas”.

É importante ressaltar que as medidas dos fragmentos cerâmicos com presença de decoração pintada dos sítios aqui analisados não permitiram uma reconstituição hipotética verdadeira para que se alcançasse a função da peça, porém as peças analisadas permitiam com clareza a observação da relação do motivo com a morfologia da peça.

Pensando na relação entre os motivos e disposição dos mesmos na morfologia das peças do sítio Brite I, onde analisou-se 53 fragmentos cerâmicos com presença de decoração apresentando assim 17 motivos decorativos distribuídos por todo o corpo do vasilhame.

Com isso, o sítio Brite apresentou uma concentração maior de motivos na borda dos vasilhames cerâmicos onde a decoração pintada é representada em 26 bordas (51%), já para os fragmentos de a decoração encontra-se representada em 19 fragmentos (19,36%), as bases estão em menor quantidade onde pode-se observar decoração pintada somente em 8 (13%) das peças analisadas (Tabela 1).

Tabela 1

Relação entre a disposição dos motivos e a quantidade de bordas.

MOTIVOS	QUANTIDADE DE BORDAS
A	1 borda
B	5 bordas
C	1 borda
F	2 borda
G	1 borda
J	2 bordas
L	5 bordas
M	1 borda
N	1 bordas
O	6 bordas

Quanto a relação dos motivos com a borda dos fragmentos, nota-se a que os motivos B, L e O apresentam-se reproduzidos em um maior número de fragmentos em uma única morfologia, sendo ela a borda. Os motivos decorativos do sítio Brite I totalizam 16 motivos decorativos desses motivos 10 encontram-se na borda dos fragmentos.

Dos 10 motivos destacados para a borda dos fragmentos do Sítio Brite I, três motivos podem ser observados somente na borda dos fragmentos, sendo eles os motivos C, M, e N.

Os fragmentos de bojo do sítio Brite I (Tabela 2), somam-se em 19, a observação da distribuição dos motivos nessa morfologia das peças.

Tabela 2

Relação entre os motivos e a quantidade de bojos por motivo.

MOTIVO	QUANTIDADE DE BOJOS
A	2 bojos
B	2 bojos
D	2 bojos
E	1 bojo
F	1 bojo
G	2 bojos
H	1 bojo
L	5 bojos

O	5 bojos
P	1 bojo
Q	1 bojo

Para os fragmentos de bojo com decoração pintada do sítio em questão, evidenciou-se a presença de 11 motivos decorativos, os motivos mais reproduzidos pelos oleiros na confecção da decoração do bojo das peças foram os motivos L e O.

E notável que a análise quantitativa da quantidade de bordas e bojos do sítio Brite I somam valores iguais, porém há motivos que são recorrentes somente no bojodas peças sendo eles: D, E, H, P e Q.

Tabela 3

Relação entre os motivos e a quantidade de bases por motivo.

MOTIVO	QUANTIDADE DE BASES
I	2
L	6

Os fragmentos de base apresentam 2 motivos decorativos, o motivo L é representado em uma maior quantidade de fragmentos, já o motivo I encontra-se presente somente na base das peças se configurando como um motivo exclusivo aplicado na base.

Refletindo sobre as três morfologias presentes nos fragmentos sendo: borda, bojo e base e relação estabelecida entre a morfologia e os motivos cerâmicos percebeu-se na análise que os motivos A, B, F, G, L e O estão presente em morfologias distintas dos fragmentos.

Pensando na predominância motivos caracterizou-se a predominância de 4 estilos para o sítio Brite I, o que significa que o oleiro ao produzir a decoração pintadada cerâmica optou por reproduzir com maior frequência motivos com linhas retilíneasna direção vertical se apresentando de forma dupla (Motivo B) e linhas na posição sinuosa (Motivo L) na borda, as linhas sinuosas se apresentam novamente no bojo (Motivo L) o motivo com linhas retilíneas (Motivo O) predomina no bojo dos fragmentos e a preferência por pintar o motivo de linhas sinuosas (Palmeira) na base, com isso temos quatro estilos presentes, apresentados abaixo (Quadro 2).

Quadro 2

Estilos identificados pela autora.

ESTILO 1: Borda: Linha retilínea dupla; Bojo: Linha sinuosa (Palmeira); Base: Linha sinuosa (Palmeira).	ESTILO 2: Borda: Linha sinuosa (Palmeira); Bojo: Linha retilínea múltipla; Base: Linha sinuosa (Palmeira).
ESTILO 3: Borda: Linha retilínea dupla; Bojo: Linha retilínea múltipla; Base: Linha sinuosa (Palmeira).	ESTILO 4: Borda: Linha sinuosa (Palmeira); Bojo: Linha sinuosa (Palmeira); Base: Linha sinuosa (Palmeira).

Dentre os motivos que predominam no sítio Brite I, pode-se notar a repetição do motivo L nas três morfologias distintas dos fragmentos além de estar presente em todas as combinações estilísticas demonstradas assim, logo entende-se que o motivo O corresponde a preferência estilística das oleiras do sítio Brite I.

O sítio Cachoeirinha I, apresenta uma particularidade na análise das morfologias das peças, por apresentar fragmentos parcialmente inteiros mesmo não tendo uma quantidade relevante de vasilhames reconstituídos em laboratório os fragmentos oferecem clareza na morfologia das peças que em sua maioria são configurados pela união das três morfologias (borda, bojo e base).

Dessa forma, a borda se configura como a morfologia que mais recebeu decoração pintada dentre os fragmentos que totalizam 20 (55%) peças. 11 fragmentos apresentam decoração no bojo representando um total de (31%) do universo cerâmico analisado, já para os fragmentos de base encontrou-se um total de 5 (14%) fragmentos sendo assim a categoria com menos fragmentos.

Para essa conclusão realizamos uma análise quantitativa dos motivos decorativos, onde é importante ressaltar como dito anteriormente que o sítio Cachoeirinha I apresenta fragmentos mais completos, contendo 9 fragmentos de borda, bojo e base, ou seja, 9 peças. Porém na análise da morfologia dessas 9 peças os motivos foram analisados de acordo com a morfologia ao qual estava diretamente relacionado logo uma diferença de valores foi evidenciada na análise, ou seja, dos 28 fragmentos descritos anteriormente a soma das morfologias separadas (borda, bojo e base) não coincidiu com o valor inicial apresentando um total de 36 fragmentos.

Quanto a relação entre os motivos e a morfologia das peças que apresentam borda, para o sítio Cachoeirinha I apresentamos os dados na tabela 3.

Tabela 3

Relação entre os motivos e a quantidade de bordas por motivo.

MOTIVO	QUANTIDADE DE BORDAS
O	7 bordas
J	2 bordas
Q	1 borda
F	1 borda
S	7 bordas
U	1 borda

Para os fragmentos de borda com decoração pintada do sítio em questão, evidenciou-se a presença de 5 motivos decorativos, os motivos mais reproduzidos pelos oleiros na confecção da decoração dos fragmentos de borda, bojo e base das peças foram os motivos O, J e S. Dentre os motivos evidenciados na referida morfologia, os motivos F e S são exclusivos da borda.

Quanto aos fragmentos de bojo do universo cerâmico em questão, elencou-se os dados na tabela 4.

Tabela 4

Relação entre os motivos e a quantidade de bojões por motivo.

MOTIVO	QUANTIDADE DE BOJOS
O	7 bojões
R	1 bojo
J	1 bojo
Q	1 bojo
T	1 bojo

A relação dos motivos com o bojo dos fragmentos, nota-se a presença dos motivos 5 motivos decorativos. O motivo que se apresenta representado em maior quantidade é o motivo O. Os motivos R e T são evidenciados somente no bojo dos fragmentos.

A observação das bases do universo cerâmico do sítio Cachoeirinha I resultou nos dados da tabela 5.

Tabela 5

Relação entre os motivos e a quantidade de bases por motivo.

MOTIVO	QUANTIDADE DE BASES
L	5

Pensando na morfologia das peças, as bases se apresentam em menor quantidade tanto de peças como de representação dos motivos, contendo apenas um único motivo sendo ele o motivo esse motivo é evidenciado somente nas bases dos fragmentos do sítio Cachoeirinha I.

Dentre os 9 motivos destacados na associação entre os motivos e a morfologia das peças observou-se que os motivos O, J, Q e U são compartilhados, ou seja, se apresentam em mais de uma morfologia.

Pensando na predominância motivos caracterizou-se a predominância de 2 estilos para o sítio Cachoeirinha I, o que significa que o oleiro ao produzir a decoração pintada da cerâmica optou por reproduzir com maior frequência motivos com linhas retilíneas na direção vertical (Motivo 01) e linhas na posição oblíqua (Motivo 02) na borda, a preferência por linhas retilíneas (Motivo 01) no bojo e a preferência por pintar o motivo de linhas sinuosas (Palmeira) na base, com isso temos dois estilos presentes, o primeiro é formado pelos seguintes elementos:

Quadro 3

Estilos identificados pela autora.

ESTILO 05:	ESTILO 06:
Borda: Linha retilínea; O	Borda: Linha retilínea oblíqua; U
Bojo: Linha retilínea; O	Bojo: Linha retilínea; O
Base: Linha sinuosa (Palmeira). L	Base: Linha sinuosa (Palmeira) L.

Pode-se observar nos dois estilos descritos acima a predominância do motivo O representando assim a preferência estilística das oleiras na confecção dos desenhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cerâmica atua de forma ativa nos momentos de interações sociais que ocorrem diariamente entre indivíduos, esse fato faz com que os vasilhames percorram pelas mãos de pessoas diferentes, é pensando nesse momento que o oleiro ao pintar uma peça decide o que quer passar de mensagem, esse fato não se liga somente a uma questão de identidade, mas

integra um sistema de comunicação não verbal.

Ou seja, ao pintar a vasilha o indivíduo procura demonstrar de forma indireta que foi ele o autor daquela peça, pensando em um sistema de comunicação não verbal aplicar um certo desenho em um local diferente demonstra uma outra nova informação incorporada a informações antes já reconhecidas pelos demais, podendo ser ainda uma forma do indivíduo de encontrar a sua produção dentre as outras, ou seja uma forma de demonstrar aos outros indivíduos que aquele desenho em específico foi ele quem realizou.

Dito isso, pode-se pensar como na relação entre a pintura e o lugar que ela ocupa na morfologia da peça como uma variação primária do estilo, onde para o oleiro representar aquela pintura na borda e não no bojo transmitirá outra informação ou a mesma informação, porém com as características próprias do indivíduo que produziu.

Dessa forma, a pintura atua como elemento de comunicação não verbal, onde o oleiro encontra uma forma de dizer esses sou eu, porém a maneira que o indivíduo escolhe para se expressar não o faz diferente perante os demais já que os elementos utilizados para a construção do desenho são reconhecidos por todos os outros indivíduos, como por exemplo as letras, cada pessoa tem uma forma de escrever, porém as formas das letras de cada indivíduo não são iguais.

Portanto, a reunião dos dados aqui elencados refletiu-se na observação de seis estilos para os sítios arqueológicos em estudo Brite I e Cachoeirinha I. A relação entre os motivos e a morfologia das peças, na análise identificou-se motivos em morfologias diferentes, no momento em que se relacionam com outras pinturas e outros vasilhames sem decoração ganham assim um significado diferente. Desse modo a relação entre os motivos que constituem códigos e significados diferentes.

Dessa forma, a repetição dos mesmos motivos na mesma morfologia das peças representa a existência de um código simbólico de comunicação estabelecido entre os indivíduos, pois um símbolo é criado com a intenção de comunicar.

Pensado nos motivos e na relação estabelecida entre os motivos que compõem o vasilhame cerâmico é importante ressaltar que um símbolo visual só é entendido quando associado a outros motivos, pensando novamente no exemplo das letras, uma palavra é a união de várias letras, dessa forma o estilo se configura a partir da repetição de um símbolo em uma morfologia distinta que ao se associar a outros motivos formam um código único de comunicação não verbal que pode ou não se repetir em outros vasilhames.

Pensando na morfologia das peças do sítio Brite I, Carvalho (2017) demonstra uma quantidade elevada de formas (17 formas) dos vasilhames do Sítio Brite I, assim essa variedade de formas esteja relacionada diretamente a elevada quantidade de motivos evidenciadas na análise dos motivos, onde encontrou-se 17 motivos.

Um fator que influenciou a evidência dos motivos do sítio Brite I pode estar relacionado com a maior quantidade de peças analisadas nessa pesquisa pertencer ao sítio Brite I, ou seja, os fragmentos do sítio em questão apresentavam condições melhores de conservação que possibilitassem a análise.

O sítio Cachoeirinha I, apresentou uma quantidade menor tanto na identificação dos motivos decorativos quanto na análise dos estilos predominantes nos fragmentos, porém, o sítio Cachoeirinha I apresenta peças mais completas pensando no aspecto morfológico das peças, facilitando assim uma maior clareza no momento de identificar a localização dos motivos na peça para assim observarmos uma repetição ou não do motivo em determinada parte da peça.

Porém, a relação morfologia e motivos da peça, as formas descritas por Araújo (2017) são qualitativamente menores, sendo descritas somente 5 formas o que poderia assim influenciar na quantidade de motivos reproduzidos pelo artesão.

Observou-se ainda que a reprodução dos motivos não segue um rigor na produção, pois ao serem reproduzidos as características individuais do oleiro refletem-se na produção, logo pensa-se que cada desenho tem intensões de comunicação únicas, assim cabe ao oleiro pensar na mensagem que quer ser transmitida por ele naquele momento.

Dessa forma, acredita-se que os dados elencados durante essa pesquisa tiveram inicialmente o propósito de responder os problemas de pesquisa levantados, porém novos questionamentos podem ser gerados partindo desse trabalho.

Lembrando que para o contexto da porção piauiense da Chapada do Araripe esse trabalho é algo inicial tendo em vista a riqueza do acervo.

Dessa forma, o catálogo de motivos aqui descritos pode ser ampliado à medida que novos sítios sejam evidenciados na região, a realização do processo de vetorização dos motivos deve ser uma etapa não descartada no processo de construção científica de futuras pesquisas que assim como essa tenham a decoração pintada como foco pois auxiliam de uma forma muito positiva a manutenção dos dados científicos tendo em vista que a pintura é um elemento de rápida deterioração.

REFERÊNCIAS

- Aguere, A. M., & Lanata, J. L. (2004). *Explorando algunos temas de Arqueología*. Buenos Aires: Gedisa Editorial/UBA. URL: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/8868>
- Alves, C.; Luna, S.; Nascimento, A. (1991). A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. *Clio Arqueológica*. (1)7, 11-88.
- Araújo, S. T. G. (2017). *Perfil técnico cerâmico do Sítio Arqueológico Cachoeirinha I*. [Trabalho de conclusão de curso, graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Barbosa, M. T. M. (2019). *Os motivos gráficos cerâmicos dos sítios arqueológicos: Brite I e Cachoeirinha I, Caldeirão Grande - PI*. [Trabalho de conclusão de curso Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Bareto, C.N.G.B. (2008). *Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga*. [Tese de doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].
- Binford, L. R. (1962). Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*. (28)2, 217-255.
- Binford, L. R. (1983). *Working at Archaeology*. Academic Press.
- Binford, L. R. (1986). An Alyawara day: making men's knives and beyond. *American Antiquity*. (51)3, 547-562.
- Brasileira, Arqueologia. (2015). *Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Brite*. Relatório técnico. Natal-RN.
- Brasileira, Arqueologia. (2015). *Relatório De Escavação Dos Sítios Arqueológicos Brite I, Cachoeirinha I, Cachoeirinha II E Cachoeirinha III*. Relatório Técnico. Natal-RN.
- Brochado, J. P., & La Salvia, F. (1989). *Cerâmica Guarani*. (2ª ed.). Posenato Arte e Cultura.

Campêlo, J. R.; Lovate, T. B.; Oliveira, E. R.; Albuquerque, E. L. S. (2017). Complexo Eólico Chapada do Piauí I: uma análise para o município de Marcolândia (Piauí, Brasil). *Revista GeoUECE*. (6)1042 – 58. URL: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6868#:~:text=Constatou%2Dse%20que%20a%20gera%C3%A7%C3%A3o,usufruir%20de%20melhores%20condi%C3%A7%C3%B5es%20econ%C3%B4micas>

Carvalho, A. F. R. (2017). *Perfil Cerâmico do Sítio Arqueológico Brite I*. [Trabalho de conclusão de curso Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco].

CEPRO, Piauí. (2011). *Informações Municipais – 2000 – Anuário Estatístico do Piauí*.

Chmyz, I. (1966). *Terminologia Arqueológica Brasileira Para a Cerâmica*. Universidade Federal do Paraná, Museu de Arqueologia e Artes Populares.

Costa, M. S. (2019). *Entre humanos e coisas estão os ceramistas pré-coloniais da chapada do Araripe Piauí*. [Dissertação de mestrado em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí].

Costa, M. dos S. (2017). *Análise Espacial do Sítio Arqueológico Juazeiro: Ocupação Tupi-guarani na Chapada do Araripe – Caldeirão Grande do Piauí*. [Trabalho de conclusão de curso Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco].

Costa, G. S. da; Castro, V. M. C. de; Medeiros, R. P. de. (2018). A iconografia cerâmica como marcador indenitário dos grupos pré-históricos Tupiguarani em Pernambuco. *Fundamentos*, (XV)1, 141-180.

Dias, A. S.; Silva, F. (2001). Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. (11), 95-108.

Dias, A. S. (2008). *Estilo Tecnológico e as Indústrias Líticas do Alto Vale do Rio dos Sinos: Variabilidade Artefactual entre Sistemas de Assentamentos Pré-coloniais no Sul do Brasil*. Editora da UFPEL.

Diniz, M. (1996). A arqueologia pós-processual ou o passado pós-moderno. *Ophiussa, Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa*. Edições Colibri, 9-19.

Hodder, I. (Ed.). (1982). *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge University Press.

Johnson, M. (2000). *Teoría Arqueológica: Una introducción*. Ariel.

Lopes, M. P. (2017). *Análise dos motivos gráficos do sítio Cachoeirinha I*. [Trabalho de conclusão de curso Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco].

Luz, C. L.; Cavalcante, D.; Magalhães, C. (2016). Pedra Do Sino: Primeiro Registro De Um Sítio De Arte Rupestre Em Caldeirão Grande Do Piauí. *Revista FSA*. (13)2, 50-72.

Mageste, L. E. (2012). *Entre estilo e função: O estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola – MG*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].

Merayo, F. (2001). *Matemática Discreta*. Editora Thomson Paraninfo S.A.

Milaré, É. (2014). *Direito do Ambiente*. (8ª ed.). *Revista dos Tribunais*, 776-832.

Oliveira, C. A. (2000). *Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica do sudeste do Piauí – Brasil*. [Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].

Oliveira, C. (2000). *Estilos Tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí – Brasil*. [Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].

Oliveira, E. (2016). *Potes que encantam: estilo e agência na cerâmica policroma da Amazônia Central*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].

Oliveira, K. (2008). *Estudando a cerâmica pintada da tradição tupiguarani: A coleção Itapiranga, Santa Catarina*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, PUCRS].

Prous, A. P. (2010). A pintura na cerâmica Tupiguarani. In: Prous, A. P., & Lima, T. A. (Eds.) *Os ceramistas Tupiguarani*. IPHAN/MG, 2, 109-210.

Prous, A. P., & Lima, T. A. (Eds.). (2010). *Os ceramistas Tupiguarani - elementos decorativos*. (Volume I). Editora Sigma.

Prous, A. P. (2009). A pintura Tupiguarani em cerâmica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento*, (8), 11-20.

Rezende, J. F. da S. (2012). Sobre a continuidade e mudança no âmbito da Teoria Arqueológica. *RHAA*. (18), 5-27.

Sackett, J. R. (1977). *The meaning of style in archaeology*. *American Atiquity*, 42, 369-380.

Schaan, D. P. (2007). A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e presente. *Revista Habitus*, (5)1, 99-117.

Schaan, D. P. (1997). *A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara: um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400-1300AD)*. Edipucrs.

Schiffer, M. B. (1983). Toward the identification of formation processes. *American Antiquity*, (48), 675-706.

Schiffer, M. B., & Skibo, J. (1987). Theory and experiment in the study of technological change. *Current Anthropology*. (28)5, 595-622.

Shanks, M.; Tilley, C. (1992). *Reconstructing Archaeology: teory and practice*. Cambridge University Press.

Shanks, M. (2008). Postprocessual archaeology and after. In : Bentley, R. A; Maschner, H.D.G.; Chippindale, C. *Handbook of Archaeological Theories*. AltaMira Press, 133-144.

Shanks, M., & C. Tilley. (1992). *Hermeneutics, Dialectics and Archaeology. En Reconstructing archaeology: theory and practice*. (2ª ed.), 103-115.

Silva, A. L.; Oliveira, C. A. (2019). Estudos sobre Caracterização e Classificação da Decoração da Cerâmica Arqueológica Pintada. *FUMDHAMentos*. (XVI)1, 55-76.

Wiessner, P. (1983). *Style and social information in Kalahary San projectile points*. American.

Wittmann, M. A. S. (2019). Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias. *Anuário Antropológico*, (44)1, 217-252.

Wobst, H. M. (1999). *Style in Archaeology or Archaeologist in Style. In Material Meanings: Critical Approaches to the interpretation of material culture. Foundations of Archaeological Inquiri*. University os Utah Press, 118-132.

Racismo ambiental e o déficit de implementação de políticas públicas: uma leitura midiática acerca das políticas públicas de saneamento básico no bairro da Levada em Maceió

Environmental racism and the deficit in the implementation of public policies : a media analysis of basic sanitation policies in the Levada neighborhood, Maceió

Iris Taynara da Silva Araujo

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
iris.araujo@ics.ufal.br

Carolina Maia Lins

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
carolinamaia.lins@ufpe.br

RESUMO

A ausência de políticas públicas de saneamento básico no Brasil afeta negativamente a qualidade de vida dos indivíduos, principalmente em função de fatores relacionados à raça e renda. O objetivo deste artigo é analisar como o bairro da Levada, em Maceió, está imerso nessa realidade, investigando a relação entre déficit de saneamento, desigualdade econômica e raça. A pesquisa, de abordagem qualitativa, é operacionalizada a partir da análise de conteúdo do documentário Saneamento Trágico (2018) e de matérias jornalísticas, empregando o conceito de racismo ambiental. Os resultados obtidos sustentam a hipótese de que a falta de saneamento é uma manifestação direta do racismo ambiental, que afeta, de forma desproporcional, a população negra e periférica da região. A pesquisa conclui que a exclusão a esse serviço essencial está diretamente vinculada ao processo de marginalização dos moradores, com impactos profundos tanto à dimensão social quanto à ambiental.

Palavras- chave: Saneamento Básico; Racismo ambiental; Levada.

ABSTRACT

The lack of basic sanitation public policies in Brazil negatively affects the quality of life of individuals, mainly due to racial and income factors. This article aims to analyze how the Levada neighborhood, in Maceió, is immersed in this reality by investigating the relationship between the sanitation deficit, economic inequality, and race. The research uses a qualitative approach, operationalized through content analysis of the documentary 'Saneamento Trágico' (2018) and journalistic articles, employing the concept of environmental racism. The results obtained support the hypothesis that the lack of sanitation is a direct manifestation of environmental racism, which disproportionately affects the region's Black and peripheral population. The study concludes that the exclusion from this essential service is directly linked to the process of marginalization of residents, with profound impacts on both the social and environmental dimensions.

Keywords: Basic Sanitation; Environmental Racism; Levada.

1 INTRODUÇÃO

Um dos problemas sociais mais urgentes no Brasil é o déficit de saneamento básico. Segundo a Câmara dos Deputados, em 2008 o Brasil encontrava-se em 9ª posição entre os países com pior índice de saneamento básico no mundo. De acordo com matéria publicada pela Agência Senado, nos últimos anos, mesmo havendo uma melhoria nos dados referentes ao índice de saneamento básico, a situação ainda apresenta graves deficiências estruturais, e isso impacta negativamente principalmente as populações em vulnerabilidade social, desencadeando problemas tanto sociais quanto ambientais. A matéria acrescenta, ainda, que a miséria e o racismo são fatores interligados a essa problemática.

A realidade em escala nacional de precariedade no saneamento básico se manifesta de forma intensa em Maceió. Os dados publicados pelo Instituto Trata Brasil, ao lado da GO Associados (2023), revelam que Maceió ocupava a 8ª posição entre as cidades brasileiras com pior saneamento básico. Nesse contexto, destaca-se o bairro da Levada, onde a falta de saneamento básico é um problema severo que se configura como crime ambiental.

No caso de Maceió, especificamente no bairro da Levada onde o esgoto é jogado nas vias públicas, despejo de esgoto sem tratamento é lançado na lagoa Mundaú, as enchentes no bairro, apresentam um déficit nas políticas de saneamento básico. Esse cenário contrapõe diretamente o que foi estabelecido pela lei nº 11.445 de 2007, Art. 2º VI:

Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (*Lei nº 11.445, 2007*).

O que está sendo executado nesse bairro, no entanto, contraria as diretrizes estabelecidas pela lei, representando uma privação dos direitos sociais dos indivíduos que ali residem. Nesse sentido, a pesquisa busca responder como o racismo ambiental implica nas dimensões social e ambiental no bairro da Levada.

O objetivo geral deste estudo é analisar a manifestação do racismo ambiental no bairro da Levada, em Maceió, a partir da análise do documentário Saneamento Trágico (2018), com o intuito de compreender de que forma os aspectos de renda e raça se relacionam com o déficit de saneamento básico

Já os objetivos específicos são: Investigar a relação entre a falta de saneamento básico e o racismo ambiental no Bairro da Levada apresentado no documento, com foco na

população negra e periférica; o-identificar as consequências sociais e ambientais do déficit de saneamento, especialmente a poluição da Lagoa do Mundaú e analisar as violações dos direitos dos moradores devido à omissão das políticas públicas de saneamento básico.

A justificativa para este estudo, baseia-se na importância e necessidade de abordar uma problemática que afeta a vida dos moradores que residem na região, especialmente devido aos poucos estudos desenvolvidos sobre essa questão, principalmente a partir de uma ótica sociológica. O trabalho busca, portanto, promover uma perspectiva teórica e metodológica ainda não produzida sobre o objeto analisado.

A estrutura deste artigo é composta por três partes principais: a primeira seção dedica-se ao referencial teórico, apresentando as origens do conceito de racismo ambiental, seu significado e seus efeitos nas dimensões ambiental e social, com destaque para as perspectivas de Bullard (2004), Herculano (2008), Jesus (2020). Em sequência, inicia-se uma introdução referente a ausência de políticas públicas e suas implicações ambientais e sociais. Posteriormente, foi introduzida uma seção que discute os materiais empíricos que evidenciam os problemas que afetam a região, e última seção, analisa o fenômeno, aplicando o conceito de racismo ambiental para explicar a realidade observada na região.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

ABORDAGEM E FONTES DE PESQUISA

Os aspectos metodológicos fundamentam-se por meio do método qualitativo, a partir da análise de conteúdo, devido a ser uma técnica de pesquisa que possibilita a coleta de informações mais profundas e detalhadas acerca do objeto analisado. A pesquisa tem como fonte central o documentário Saneamento Trágico (2018), escolhido por ser um dos poucos registros disponíveis que oferecem uma visão aprofundada da realidade do bairro.

O documentário foi utilizado como base narrativa, pois aborda as causas e os efeitos do déficit de saneamento, as percepções dos moradores, as análises de especialistas e o contexto histórico do bairro. Para complementar e corroborar as evidências empíricas, a pesquisa também se utiliza de matérias e notícias jornalísticas, organizadas em uma tabela. A seleção dos relatos do documentário foi estratégica para sustentar a hipótese central do trabalho, que interliga o problema de saneamento básico com as variáveis de renda e raça, evidenciando a omissão de políticas públicas e suas consequências para a comunidade.

O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

O procedimento adotado para análise foi realizado em etapas. A primeira consistiu no mapeamento e coleta de dados do documentário Saneamento Trágico (2018), que foi

integralmente examinado. A partir disso, foram selecionados trechos que abordavam a relação entre raça e renda, assim como os impactos ambientais. Em sequência, foram transcritas as falas de moradores e especialistas acerca dos problemas mencionados.

Após a coleta de dados, o material transcrito foi categorizado em temas nevrálgicos, alagamento na região e poluição da Lagoa Mundaú. A partir da análise desses, “inundação”, “poluição”, “Levada” foram delimitados dois problemas recorrentes que, por sua vez, desencadeiam outras questões, como a proliferação de doenças e a dificuldade de locomoção, entre outros problemas que serão abordados sob as perspectivas tanto dos profissionais quanto da população.

Dos relatos, foram selecionados aqueles que exemplificavam a manifestação do racismo ambiental e as consequências na precariedade das condições de vida que impactam no trabalho, lazer, saúde entre outros aspectos sociais. O objetivo foi compreender a formação histórica do bairro e os desafios enfrentados pela população em decorrência da desigualdade econômica e racial.

Após a análise do documentário, devido às lacunas e ausências de registro e estudos sobre o objeto analisado, foram mapeadas notícias e matérias disponibilizadas na internet, por meio de descritores como “Saneamento básico”, “inundação”, “poluição”, “Levada” entre períodos mais recentes. Foram selecionadas apenas seis matérias que corroboram as evidências apresentadas no documentário. Posteriormente, a partir de softwares foi elaborada uma tabela constituída por: matéria, ano, assunto e fonte, com propósito de facilitar a visualização e consulta das informações, reforçando a análise e interpretação do fenômeno investigado.

3 CONCEITO DE RACISMO AMBIENTAL

O conceito de racismo ambiental foi instituído pelo reverendo Benjamin Chavis, a partir dos protestos da população negra contra as injustiças ambientais ocorridas na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, no final da década de 1970. Os protestos eram em decorrência do descarte de compostos tóxicos de bifenil-policlorado (Herculano, 2021) no condado de Warren, que impactavam negativamente a região.

Décadas posteriores, a partir dos estudos desenvolvidos United States General Accounting Office em 1983, revelaram a presença de aterros químicos presentes em regiões dos EUA, estava em áreas habitadas por populações afro-americanas, mesmo sendo uma minoria no país (Herculano, 2008). O que demonstra a violação dos direitos humanos em sua forma de discriminação racial a partir de decisões que recaíram desproporcionalmente na

população negra. Assim, a relação de racismo e racismo ambiental se manifesta na ocupação do espaço e nos efeitos sobre o corpo (Filgueira, 2021).

O racismo é um sistema de dominação que considera os fenótipos dos indivíduos e os coloca em posições inferiores em comparação a outros grupos, com base em crenças de inferioridade. Essa discriminação está incutida em fatores sociais, políticos e econômicos que atingem os espaços territoriais e impactam diretamente a qualidade de vida desses grupos.

Ao longo dos anos, os estudos referentes às injustiças e racismo ambiental vem se expandindo significativamente, impulsionados por movimentos políticos e ambientalistas. Isso mobilizou os pesquisadores de múltiplas áreas, como as ciências e uma delas destaca-se nas ciências humanas, o que nas palavras de Herculano (2006 p.11, como citado em Figueira, 2021, p. 189-190) “O racismo ambiental seria, portanto, um objeto de estudo crítico da Ecologia Política (ramo das Ciências Sociais examina os conflitos socioambientais a partir da perspectiva da desigualdade e na defesa das populações vulnerabilizadas)”.

Nessa mesma linha, utilizando a perspectiva de Alfredo Seguel a respeito do conceito de racismo ambiental o autor define como:

Uma violação de direitos humanos e é “uma forma de discriminação causada por governos e políticas do setor privado, práticas, ações ou inações, que intencionalmente ou não, agredem o ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades, trabalhadores, grupos e indivíduos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou sua origem nacional. (Seguel, 2013, como citado em Filgueira, 2021, p. 189).

Portanto, a lógica do racismo ambiental está atrelada à precarização socioambiental, seja por meio de decisões políticas que deliberadamente ou não, afeta as condições de vida dos indivíduos. Outrossim, esse conceito está atrelado a definição de racismo institucional (Jesus, 2020).

Em seu estudo, o autor analisa a relação entre o racismo ambiental, a ausência de saneamento básico, e seus impactos negativos à saúde das pessoas negras. Jesus (2020), aponta que o racismo institucional está vinculado à “negligência” do estado voltado às garantias dos direitos fundamentais dos cidadãos. Logo, o racismo institucional promove a exclusão social de grupos que são marginalizados pelas sociedades, sendo fortalecido por meio das instituições, e assim constroem as desigualdades entre os grupos. “Nesse sentido, o racismo ambiental seria uma subdivisão teórica do racismo institucional, pois é reforçado pelas instituições” (Rodrigues, 2024, p. 154).

Em face disso, Jesus (2020) proporciona uma lente epistemológica por meio do conceito de racismo ambiental para investigar os efeitos dele na escassez de saneamento. Assim, o autor relaciona a variável raça como um ponto crucial para entender esse fenômeno que atinge a vida de uma parcela significativa de brasileiros.

Em complemento, o Estatuto da Igualdade Racial por meio da Lei (*Lei nº 12.288, 2010*) prevê que “poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas”

No entanto, essa lei não é posta em prática, pois ainda existe um percentual expressivo na ausência de saneamento básico na população negra e indígena. Dados do Censo (2022) revelam que, do 49 milhões de brasileiros que vivem em moradias sem saneamento básico, 70% são negros e indígenas. Dessa forma, os grupos sociais que possuem menor capital econômico, são aqueles que tendem a ter menos acesso a água potável⁹, saneamento básico (Herculano, 2008) e no caso do Brasil, são os indivíduos negros.

Diante do exposto, conforme o sociólogo Bullard (2004 apud Jesus, 2020, p.6), “a vivência em condições socioambientais precarizadas, somadas às desigualdades de poder nos processos decisórios, constitui processos do escopo do racismo ambiental” que representa a realidade do Bairro da Levada em Maceió.

Com este referencial teórico estabelecido, a próxima seção do artigo discute as manifestações empíricas do racismo ambiental no bairro da Levada, analisando as implicações da ausência de políticas públicas e suas consequências para a população.

4 AS IMPLICAÇÕES NO BAIRRO DA LEVADA DEVIDO À AUSÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ausência de implementação de políticas públicas adequadas no bairro da Levada, conforme retratado no documentário Saneamento Trágico (2018), evidencia um cenário crítico que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores. O documentário manifesta as preocupações da comunidade sobre como a falta de intervenções eficazes contribui para problemas graves, como a poluição da Lagoa do Mundaú e os alagamentos recorrentes. Esses desafios são amplamente discutidos pelos moradores, que expressam sua frustração e indignação pela negligência das autoridades em atender às suas necessidades. As falhas

⁹ Herculano (2008), em seu artigo o clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental exhibe a Declaração de lançamento da rede brasileira de justiça ambiental que apresenta o seguinte trecho “Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária”.

na gestão pública, documentadas no filme, revelam um ciclo de precariedade e sofrimento, no qual a população, principalmente a de origem negra e de baixa renda, enfrenta diariamente as consequências de um sistema que não prioriza seus direitos básicos. O retrato oferecido pelo documentário é um chamado à atenção para as injustiças que perpetuam a exclusão e a marginalização dessa comunidade.

A problemática do racismo ambiental também é discutida por Carvalho (2021), que analisa as implicações da gestão ambiental nas áreas periféricas e como as políticas públicas, quando não são planejadas de maneira inclusiva, perpetuam as desigualdades socioambientais.

Essa invisibilidade das questões raciais nas políticas de desenvolvimento urbano também é abordada por Schossler et al, (2021), que destacam como o racismo ambiental contribui para a criação de zonas de conflito socioambiental no Brasil. O estudo aponta que as comunidades negras e periféricas, como a da Levada, enfrentam uma série de desafios devido à falta de acesso a serviços públicos essenciais e à omissão das autoridades nas discussões sobre suas necessidades. Ao não abordar as desigualdades estruturais, essas políticas reforçam um ciclo de marginalização e exclusão que perpetua a vulnerabilidade dessas populações.

Segundo Secchi (2019), a implementação de políticas públicas é a etapa que traduz as intenções governamentais em ações práticas. No entanto, no caso da Levada, a ausência de infraestrutura básica, como sistemas de esgotamento sanitário, evidencia não apenas lacunas técnicas, mas também desigualdades raciais históricas. Comunidades negras e periféricas frequentemente enfrentam o impacto desproporcional de condições insalubres, perpetuando um ciclo de marginalização social e ambiental.

Os autores Ramos e Schabbach (2012), também destacam que políticas públicas bem implementadas promovem equidade, atendendo às necessidades das populações mais vulneráveis. No entanto, o crescimento do bairro e a falta de investimentos consistentes em urbanização e saneamento indicam um padrão de negligência que afeta, de forma desproporcional, comunidades negras. Essa negligência contribui para alagamentos, descarte irregular de resíduos e habitações precárias, reforçando as condições de vulnerabilidade que caracterizam o racismo ambiental.

Lotta et al, (2018), destacam que a implementação de políticas públicas enfrenta desafios institucionais, como a falta de coordenação entre diferentes níveis de governo e a escassez de recursos financeiros. No caso da Levada, esses problemas são agravados pela ausência de um olhar atento às especificidades locais. A incapacidade de considerar as particularidades socioeconômicas, culturais e ambientais do bairro reflete um planejamento genérico e desconectado da realidade da população. Essa abordagem ignora as

necessidades específicas das comunidades racializadas que ali vivem, perpetuando o racismo ambiental. Sem políticas que reconheçam e abordem essas diferenças locais, as consequências do descaso, como alagamentos, falta de saneamento básico e condições insalubres, recaem de forma desproporcional sobre os moradores, reforçando a exclusão e as desigualdades estruturais.

Em última análise, as implicações do racismo ambiental, devido à falta de políticas públicas no bairro da Levada, manifestam-se diretamente nos problemas ambientais e sociais enfrentados pelos moradores, que serão detalhados a seguir.

5 A POLUIÇÃO DA LAGOA MUNDAÚ E ALAGAMENTOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO SANEAMENTO NO BAIRRO DA LEVADA

A análise do documentário Saneamento trágico (2018), revela múltiplos desafios sociais e ambientais do bairro da Levada, como o baixo índice de desenvolvimento do bairro agravado pela falta de investimento nos serviços e direitos essenciais, como educação, saúde e saneamento.

O conceito de saneamento básico é definido pelo autor Jesus (2020, p. 2) como “um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário e abastecimento de água potável”.

No município de Maceió, a situação do saneamento básico é alarmante, gerando impactos negativos para a qualidade de vida da população e para o meio ambiente. Essa situação reflete nos dados do Censo de 2022, realizado pelo IBGE, apenas 46,87% da população da cidade afasta seus esgotos por meio da rede geral.

Essa realidade municipal se manifesta de maneira mais aguda no bairro da Levada, onde tais problemas são relatados pelos moradores que reivindicam seus direitos referentes ao saneamento básico da região.

POLUIÇÃO DA LAGOA MUNDAÚ

A gravidade dos problemas em torno da ausência de saneamento é confirmada por especialistas, pois segundo o advogado e ambientalista Marcelo Ribeiro, o que acontece na Levada é considerado um crime ambiental, visto que os esgotos são despejados em via pública e na Lagoa Mundaú por meio de alguns canais de drenagem. Esse problema afeta diretamente a lagoa, que serve de subsistência para a população, tanto para consumo próprio quanto para comercialização de proteínas.

A poluição e a contaminação da lagoa ocasionaram a redução da quantidade de peixes, levando pescadores a buscarem outras atividades. De acordo com a matéria publicada pelo G1 (2023), referente aos impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió, o professor da Universidade Federal de Alagoas descreve alguns problemas ambientais relacionados à poluição da lagoa:

A gente encontra metais pesados em alguns níveis altos, três grandes fontes de esgoto do município de Maceió, que trazem muitos contaminantes, solventes, BTEX, entre outros compostos, que eutrofizam o ambiente e trazem doenças, bactérias e verminoses. Compostos que são cancerígenos que vêm via esgoto (Soares, 2023).

O professor Soares (2023) prossegue a explicação, apontando que "Agrotóxicos que vêm via Rio Mundaú com os processos erosivos nas áreas marginais, com desflorestação dessas áreas e com lançamento de agrotóxicos nesses terrenos, trazidos pelo rio Mundaú, acabam vindo parar na lagoa". Portanto, a poluição da Lagoa Mundaú gera impactos ambientais e sociais, os quais estão intrinsecamente interligados. Em decorrência da poluição ambiental tem como consequência a desocupação de trabalhadores que dependem da venda de proteínas para sua subsistência. É importante destacar que essas vendas são executadas pela população de baixa renda, o que demonstra os riscos de um problema ambiental recaindo sobre um grupo de vulnerabilidade social.

ALAGAMENTOS E ENCHENTES RECORRENTES

As enchentes e alagamentos, por sua vez, são outros desafios constantes para os moradores da Levada. O documentário Saneamento Trágico (2018), revela que os problemas de alagamentos tornaram-se mais recorrentes no bairro após o projeto de saneamento básico durante a revitalização do centro da cidade. Segundo o documentário houve a seguinte atividade:

Interligou as galerias do centro e farol ao canal da Levada próximo ao terminal rodoviário do mercado da produção o sistema de drenagem das águas da chuva está com sua capacidade subdimensionada a quantidade de água coletada pelas galerias, excede a capacidade de captação do sistema de drenagem para lagoa mundaú (Zazo, 2018, 8:11).

O agravamento das enchentes e alagamentos, não se deve apenas à escassez de infraestrutura, mas também está diretamente relacionado a decisões ou omissões políticas, pois como mencionado no documentário a rede de drenagem nesta região é outra razão pela qual o problema se perpetua. Conforme o engenheiro Vladimir Caramori, o projeto de ligação de drenagem entre a parte alta e baixa da cidade faz com que a cidade continue sendo impermeabilizada, e ocasione em escoamentos lançados na parte baixa da cidade. Por meio disso, nota-se que o projeto dos agentes políticos, intencionalmente ou não, afetou a qualidade de vida da população em vulnerabilidade social, conectando-se com uma das características do conceito de racismo ambiental.

Os problemas de enchentes e alargamento não ocorrem estritamente devido ao déficit de infraestrutura e tampouco pela interligação das galerias, mas também por outro fator: maré alta da lagoa. Destarte, não são necessários períodos chuvosos para haver o vazamento e desencadear esses efeitos. Além disso, a lagoa recebe despejo de dejetos através de canais de drenagem, o que gera poluição e contaminação. Assim, a combinação da falta de infraestrutura e da interligação das galerias e a ausência de sistema de drenagem adequado na Lagoa, resulta em enchentes e alagamentos.

Essa situação, conforme os dados mapeados da Tabela 1, é recorrente e frequentemente noticiada pela mídia local, demonstrando os obstáculos enfrentados pela população em seus direitos fundamentais resultantes do déficit de saneamento básico:

Tabela 1

Matérias e notícias referentes ao problema de saneamento básico que afeta os moradores da Levada.

Matérias/ Notícias	Ano	Assunto	Fonte
Entenda os impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió	2023	Rompimento da mina e possível impacto na Lagoa Mundaú, destacando a renda dos pescadores e catadores de sururu.	G1.globo.com
Contaminação tóxica reduz drasticamente pesca na Lagoa Mundaú	2023	Os efeitos da contaminação e da poluição causadas pelo despejo de lixo na Lagoa Mundaú.	Tribunahoje.com
Fezes se acumulam na porta e 'a gente tem que limpar todo dia', diz morador de Maceió, uma das piores em saneamento no Brasil	2022	Ausência de saneamento básico em Maceió, enfatizando os problemas de despejo de lixo nos canais da Levada.	G1.globo.com
Canal transborda e inunda avenida no bairro da Levada, em Maceió	2016	Alagamento no bairro da Levada, devido às chuvas e aumento do canal.	G1.globo.com
Moradores do bairro Levada denunciam falta de saneamento e pavimentação	2014	Problemas de saneamento básico na Levada e cobrança da taxa de esgoto no bairro.	7segundos.com.br
Mais de 1 tonelada de peixes mortos na Lagoa Mundaú	2024	Mortandade de peixes na Lagoa Mundaú e a preocupação com o sururu.	Tribunahoje.com
Moradores de comunidade em Maceió sofrem com infestação de bicho-de-pé	2017	Infestação de bicho-de-pé e a relação com a falta de saneamento básico na região afetada	G1.globo.com

Como exibe a tabela 1, o problema catastrófico no bairro da Levada tem impactos diretos na qualidade de vida dos moradores, afetando principalmente as famílias de baixa renda. O limitado acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, eleva a incidência de doenças como hepatite e leptospirose, agravadas pela falta de saneamento. Nesse sentido, a análise demonstra como e em que medida o racismo ambiental prejudica diretamente a sua saúde e bem-estar dos indivíduos.

Diante disso, conforme discutido por Guimarães (2008), na maioria das vezes, a degradação ambiental e o acesso limitado a recursos naturais, aos quais as classes menos favorecidas estão sujeitas, resultam em perda da saúde, à qualidade de vida e, algumas vezes, até à morte. Outro efeito social decorrente desse déficit, é a mortalidade infantil. Segundo o Saneamento Trágico (2018), esse fator foi uma dificuldade recorrente entre a década de 1930 ao final de 1940 em razão da contaminação das águas:

A mortalidade infantil está fortemente ligada à falta de saneamento básico. Dados estatísticos de 1940 mostram que, em 1937, houve 1.558 óbitos em Maceió, com 1.106 ocorrendo no bairro da Levada. A maioria das mortes foi provocada por doenças relacionadas à falta de saneamento, atingindo principalmente crianças que, sem noção dos riscos, convivem com águas contaminadas que se tornam focos de doenças (Zazo, 2018, p. 25:57).

Além disso, Jesus (2020) aponta que o racismo institucional, é um obstáculo à equidade na saúde, pois propicia um cenário de morbimortalidade devido às doenças que são adquiridas, porém evitáveis, o que descumpre os direitos humanos¹⁰.

A partir do exposto, a ausência de saneamento básico produz múltiplos desafios sociais que afetam em diversas dimensões a condição de vida dos moradores, incluindo a saúde, meio de subsistência, o lazer e a mobilidade urbana. Esses impactos são indissociáveis dos fatores socioeconômicos e raciais, que por sua vez recaem desproporcionalmente na população com menores recursos, evidenciando uma injustiça ambiental.

A RELAÇÃO ENTRE RACISMO AMBIENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS E SOCIAIS NO BAIRRO DA LEVADA

O racismo ambiental é um conceito teórico utilizado para explicar problemas ambientais e sociais que afetam negativamente as populações étnicas e raciais em vulnerabilidade. Conforme a especialista em estudos urbanos, Passos (2021) o racismo ambiental concerne “A carga desproporcional dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos étnicos mais vulneráveis”¹¹.

Embora não tenham sido encontrados os dados referentes à raça/cor dos moradores que residem no bairro, o Censo de 2022 mostra que 11,20% da população do município de Maceió é negra, enquanto os pardos totalizam 54,37%. Atrelado à variável de renda, em termos de desigualdade, em 2024 Maceió era considerada a 6ª capital mais desigual do país. A partir disso, pode-se inferir que o problema de saneamento básico adquire uma dimensão

¹⁰ (Barata, 2009; Bastos & Faerstein, 2012; Brasil, 2011; Lopes, 2005a, 2005b; Soares Filho, 2012; Werneck, 2016).

¹¹Afirmção da autora Rita Maria da Silva Passos sobre o racismo ambiental. 2021. URL: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-como-o-racismo-ambiental-afeta-a-vida-das-pessoas-negras-e-indigenas/#:~:text=O%20termo%20racismo%20ambiental%2C%20como,planeta%20acontece%20de%20forma%20democr%C3%A1tica.>

racial, recaindo sobre grupos vulnerabilizados. Essa percepção é intensificada pelo documentário (2018), que evidencia o preconceito e a desigualdade vivenciados pelos moradores do bairro:

A Levada e a Vila Brejal, em particular, enfrentam um processo de marginalização e negação de direitos, onde a desigualdade e a exclusão social revelam sua face mais perversa em Alagoas. A população negra, frequentemente localizada em áreas periféricas da cidade, sofre a construção de estigmas e a sujeição criminal. (Zazo, 2018, 44:09)

O bairro da Levada está inserido numa região periférica da cidade, na qual foi desenvolvida a partir do comércio do mercado da produção, proporcionando ocupação dos trabalhadores havendo um crescimento exponencial, mas sem os investimentos necessários em infraestrutura. Referente ao contexto histórico, o documentário explica que a partir dos anos 40 do século XX, a área conhecida como Brejal começou a se formar entre a Lagoa Mundaú e o antigo mercado, tornando-se uma das maiores favelas de Maceió. Uma das partes do bairro passou a ser vista como insalubre, atrelada à uma visão preconceituosa dos agentes públicos que optaram por desenvolver o resto da cidade, afastando-se dessa região. Esse cenário demonstra como as variáveis de renda e racial estão intrinsecamente ligadas.

Em consonância com a teoria de racismo ambiental, o fator raça torna-se um elemento determinante para as condições de vida dos indivíduos. Conforme apontado por Bullard, (1993 como citado em Guedes; Sugahara; Ferreira, 2023) o autor aponta que o preconceito racial desencadeia em desigualdades ambientais afetando a qualidade de vida dos moradores:

O fator raça se desdobra como um potente preditor do local onde as pessoas vivem, das comunidades abandonadas e das que são poupadas. De modo geral, o preconceito racial cria e perpetua uma qualidade ambiental desigual em comunidades de cor e de brancas. Na prática, os grupos mais vulneráveis de pessoas ou até mesmo países –por exemplo, os negros¹–muitas vezes são "esquecidos" pelas políticas ambientais, forçados a viver em condições ambientais destrutivas, anti-higiênicas e insalubres, e com riscos de inundação. Vale ressaltar que todos os efeitos mencionados afetam também a qualidade de vida, a fome, o baixo nível educacional e geram outros males (Bullard, 1993 como citado em Guedes; Sugahara; Ferreira, 2023, p. 243-244).

Dentro desse contexto, a questão do racismo ambiental é explícita na Levada. O conceito é ilustrado a partir da posição dos gestores públicos, ao optarem por desenvolver outras partes das cidades, principalmente, em razão das populações que compõem o bairro da Levada serem pertencentes a camada social de vulnerabilidade e subalternidade, produzindo problemas ambientais e injustiças sociais. Em decorrência disso, perpetua a condição catastrófica no Índice de Desenvolvimento Humano do bairro, privando a população de seus direitos básicos e fundamentais, por meio da negligência.

Para aprofundar a compreensão desse fenômeno, a pesquisa apresenta esse conceito a partir da perspectiva de Herculano que descreve o conceito de racismo ambiental da seguinte forma:

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. (Herculano, 2008, p.16).

Por meio desta definição, é possível compreender o caráter multifacetado e sistêmico da situação na Levada. Os agentes políticos, por exemplo, priorizaram outras regiões do município, deixando a situação do bairro se agravar, e assim, privando a população dos seus direitos básicos. União das galerias da parte alta da cidade ao canal da Levada, por exemplo, impactou negativamente a região. Os problemas de drenagem, através do despejo de esgotos sem tratamento para Lagoa Mundaú, é outra manifestação desse fenômeno, que como já mencionado, atinge o meio ambiente e, por conseguinte prejudicando diretamente os meios de subsistência. O aumento da poluição na Lagoa torna-se um agravante catastrófico da situação, gerando a desocupação desses trabalhadores.

O estudo sobre o fenômeno do racismo ambiental na Levada também se baseia nos estudos de Vitor Jesus (2020), que argumenta sobre as carências de saneamento básico nas populações negras que vivem em situações insalubres, trazendo efeitos nocivos à saúde desses indivíduos. Conforme o autor:

Desse modo, estão incluídas no debate do racismo ambiental as carências de saneamento que afetam a saúde e as vidas tanto das populações negras urbanas de favelas, periferias e subúrbios quanto das populações negras tradicionais do campo, da floresta e das águas, como quilombolas, caiçaras, marisqueiras, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhos e seringueiros. Tais vivências sanitárias marcadas por condições ambientais insalubres (na moradia, trabalho ou lazer) incluem: não acesso à água (potável ou não) e às instalações sanitárias; disputa pelo uso da água e privatização indevida de recursos hídricos; lançamento de esgoto e poluição no corpo hídrico; disposição inadequada e lançamento clandestino de resíduos (domésticos ou tóxicos); moradias em encostas perigosas ou em beiras de cursos d'água sujeitas a deslizamentos e enchentes; e vivência em lixões, áreas de enchentes, vazadouros de lixo e aterros de lixo químico (Jesus, 2020, p.6).

Na Levada, os problemas de saúde em decorrência da carência de saneamento básico, é um dos elementos mais enfatizados pelo documentário. As doenças contraídas pela população, como hepatite e leptospirose, é um dos exemplos que demonstram a violação aos direitos básicos. A negação desses direitos tem gerado uma revolta popular, expressa em protestos e manifestações em busca de justiça social. A indignação dos moradores da Brejal-Levada, foi capturada no documentário, onde eles expressaram suas indignações:

No Brejal, o que temos é apenas crianças e adolescentes vítimas dessa situação crítica, marcada pela falta de infraestrutura adequada e dignidade. A água é desenfreada e não tem um destino certo, e há uma carência de dignidade nas escolas, postos de saúde e transporte. A comunidade é frequentemente taxada como indigente e desprezada, mas somos seres humanos com direitos e devemos lutar por eles (Zazo, 2018, 37:04).

Porque aqui já sabe aqui é uma favela aqui é taxado como como indigente como como que não presta não é isso não nós estamos ser humano nós podemos nós voltamos nós sabemos (Zazo, 2018, 39:58).

Os relatos dos moradores indicam a persistência de dois elementos desde a formação histórica do bairro até a contemporaneidade: O preconceito e a desigualdade. Essa percepção de abandono da Levada por parte dos agentes públicos de Maceió é um exemplo da seletividade no investimento público nas regiões administrativas de Maceió. A região da Levada é marcada por um descaso histórico atrelado à falta de infraestrutura, a privação de

direitos básicos e o abandono de uma população em situação de vulnerabilidade, em que configuram-se como uma manifestação direta do racismo ambiental. Nesse contexto, o conceito de justiça ambiental emerge como uma abordagem fundamental. O autor Bullard (2004) a define da seguinte maneira:

É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (Bullard, 2004 como citado em Cortes & Portanova, 2015, p. 81)

Empregando o conceito de justiça ambiental, torna-se evidente que a luta dos moradores da Levada por seus direitos e dignidade está diretamente ligada à dimensão ambiental que, por conseguinte, afeta a dimensão social. A injustiça é produzida pela omissão das políticas públicas. O descaso se manifesta de forma explícita: se, por um lado, um projeto de saneamento intensificou os problemas de alagamento, por outro, a negligência continua em relação a questões de poluição que agravam o quadro de saúde pública.

A conscientização dos moradores sobre essa omissão é um ponto crucial, pois eles demonstram saber que a falta de ação do Estado é um reflexo direto de suas condições socioeconômicas. Ao serem cobrados por uma taxa de esgoto mesmo sem o serviço, os moradores se manifestam e lutam por justiça, transformando a reivindicação por saneamento em uma luta por direitos fundamentais, exigindo a implementação de medidas que assegurem moradias dignas, acesso à saúde, sem ter que suportar consequências ambientais desfavoráveis e omissão políticas.

Por fim, conforme a pesquisadora Selene Herculano, a luta pela justiça ambiental deve incluir o combate às insuficiências e privações do saneamento.

Assim, tendo em vista o maior grau de desigualdades e de injustiças socioeconômicas, bem como a renitente política de omissão e negligência no atendimento geral às necessidades das classes populares, a questão da justiça ambiental, para ser adequadamente equacionada entre nós, deve açambarcar

também outros aspectos, tais como as carências de saneamento ambiental no meio urbano e a degradação das terras usadas para acolher os assentamentos de reforma agrária, no meio rural. (Herculano, 2008, p.8)

6 CONCLUSÃO

Este artigo teve como finalidade explorar o conceito de racismo ambiental e seus impactos nas múltiplas dimensões que se manifestam no bairro da Levada, em Maceió. Conclui-se que os déficits de saneamento básico são resultado da ausência e omissão de políticas públicas, que afetam desproporcionalmente a população mais vulnerável da região, privando-a de direitos básicos, principalmente no que concerne à saúde, saneamento, mobilidade e trabalho, configurando-se como uma forma de injustiça ambiental.

Portanto, este artigo permitiu identificar aspectos do processo que geraram as consequências observadas na contemporaneidade, destacando a omissão e a negligência dos agentes políticos na formulação de políticas públicas.

Por fim, este estudo busca contribuir para novos debates no campo sociológico, promovendo o equilíbrio entre teoria e realidade empírica, além de auxiliar na visibilidade de uma realidade pouco perceptível ou até mesmo invisibilizada no município.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. (2023, 6 de novembro). Situação do saneamento básico ainda é 'catastrófica' no Brasil, aponta audiência. *Senado Federal*. URL: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/16/situacao-do-saneamento-basico-ainda-e-catastrofica-no-brasil-aponta-audiencia>

Alagoas. Governo do Estado. Visão Alagoas 2030. *Governo de Alagoas*. URL: <https://visaoalagoas2030.al.gov.br/institucional>

Alagoas. Governo do Estado. Visão Alagoas 2030: do Mapa Rápido Participativo (MRP) e Perfil Socioeconômico. *Governo de Alagoas*. URL: <https://visaoalagoas2030.al.gov.br/iniciativas/7>

Alagoas. 2022. Dados e informações: População residente por cor e raça. *Dados Abertos de Alagoas*. URL: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-de-aspectos-demograficos-perfil-municipal/resource/b103d90a-8d37-4a3e-88d4-4651b50c6bbf>

Albuquerque, T. (2024, 30 de março). Maceió tem 71% da população sem acesso a esgoto. *Jornal Extra*. URL: <https://ojornalextra.com.br/impresso/2024/03/63-maceio-tem-71-da-populacao-sem-acesso-a-esgoto>

Albuquerque, T. (2025, 28 de janeiro). Maceió tem pior desempenho do Nordeste em saneamento básico. *Jornal Extra*. URL: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2025/01/111504-maceio-tem-pior-desempenho-do-nordeste-em-saneamento-basico>

Alves, G. S., & Santos, S. L. D. (2017). Injustiças e conflitos socioambientais: o que são e como surgem. *Revista de Gestão Sustentável e Ambiental*. (6)2, p. 216-226. DOI: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017216-226>

Batista, R., & Gonçalves, H. (2023, 10 de dezembro). Entenda os impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió. *G1 Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/10/entenda-os-impactos-na-lagoa-mundau-em-caso-de-colapso-da-mina-da-braskem-em-maceio.ghtml>

Beder, L., & França, L. (2023, 09 de novembro). Contaminação tóxica reduz drasticamente

pesca na Lagoa Mundaú. *Tribuna Hoje*. URL:

<https://tribunahoje.com/especial/2023/11/08/18-contaminacao-toxica-reduz-drasticamente-pesca-na-lagoa-mundau>

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. (2007, 05 de janeiro). Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Presidência da República. URL:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Secretaria de Comunicação Social Presidência da República. (2024, 16 de janeiro). O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. *Governo Federal*. URL: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. (2010, 20 de julho). Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Presidência da República. URL:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Brasil de Fato. (2024, 23 de fevereiro). Pretos, pardos e indígenas sofrem mais com falta de esgoto do que brancos. *Brasil de Fato*. URL:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/23/pretos-pardos-e-indigenas-sofrem-mais-com-falta-de-esgoto-do-que-brancos/>

Brasil de fato. (2025, 07 de maio). Pessoas pretas receberam 80% menos do que brancas no DF em 2024, aponta IBGE. *Brasil de fato*. URL:

<https://www.brasildefato.com.br/2025/05/13/pessoas-pretas-receberam-80-menos-do-que-brancas-no-df-em-2024-aponta-ibge/>

Câmara dos Deputados. (2010, 09 de setembro). Brasil é o nono pior lugar do mundo em saneamento básico. *TV Câmara*. URL: <https://www.camara.leg.br/tv/204860-brasil-e-o-nono-pior-lugar-do-mundo-em-saneamento-basico/>

Carvalho, M. B. de. (2021). Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. *Jornal da USP*. URL : <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>

Clemente, A. J., & Secchi, L. (2018). Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. *Revista Brasileira de Ciência Política*. (26), 313–322. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182608>

Cortes, T. D., & Portanova, R. S. (2015). Movimento por justiça ambiental e sustentabilidade: Fundamentos para governança da água. *Revista Culturas Jurídicas*. (2)3, 74-99. URL: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45000/25866>.

Conectas Direitos Humanos. (2021, 15 de outubro). Entrevista: Como o racismo ambiental afeta a vida das pessoas negras e indígenas. *Conectas Direitos Humanos*. URL: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-como-o-racismo-ambiental-afeta-a-vida-das-pessoas-negras-e-indigenas/>

De Souza Filgueira, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*. (15)2, 186–201. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.69990>

Farias, M. (2017). Moradores de comunidade em Maceió sofrem com infestação de bicho-de-pé. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/01/moradores-de-comunidade-em-maceio-sofrem-com-infestacao-de-bicho-de-pe.html>.

Farias, M., & Batista, R. (2022). Fezes se acumulam na porta e 'a gente tem que limpar todo dia', diz morador de Maceió, uma das piores em saneamento no Brasil. *G1, Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/03/23/entre-os-piores-do-pais-problema-do-saneamento-de-maceio-tem-raiz-no-crescimento-desordenado.ghtml>.

Freiris, V. H. de S.; Schossler, K.; Correa, M. A. P. da C. (2025). O racismo ambiental no brasil e sua implicação na existência de zonas de conflitos socioambientais. *Revista Contemporânea*. (5)2, 1-15. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV5N2-047>

Fernandes Rodrigues, J. (2024). Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*. (7)1, 150–161. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.7.1-12>

Guedes, W. P.; Sugahara, C. R.; Ferreira, ERREIRA, D. H. L. (2023). Racismo ambiental: reflexões sobre mudanças climáticas e Covid-19. *Perspectivas em Diálogo: Revista de*

G1 AL. (2016, 05 de maio). Canal transborda e inunda avenida no bairro da Levada, em Maceió. *G1 Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/05/canal-transborda-e-inunda-avenida-no-bairro-da-levada-em-maceio.html>.

Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interface HS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. (3)1, Artigo 2, 1-20. URL:
<https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>

Herculano, S. (2002) Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. *I Encontro da ANPPAS*. URL:
https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wpcontent/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf.

Herculano, S., & Pacheco, T. (2006). Racismo ambiental, o que é isso. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE*, 2022-02. URL:
https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wpcontent/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Brasileiro de 2022*. URL:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>.

Instituto Água e Saneamento. (2025). O saneamento em Maceió | AL | Municípios e Saneamento. URL:
<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/al/maceio>.

Jesus, V. de. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*. (29)2, 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>

Lotta, G. S., Nunes, A. C., Cavalcanti, S., Ferreira, D. D., & Bonat, J. (2018). Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. *Revista Do Serviço Público*, 69(4), 779 - 810. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>

Nações Unidas Brasil. (2022, 29 de setembro). Perfil Socioeconômico e Mapeamento Rápido Participativo (MRP). *Nações Unidas*. URL: <https://brasil.un.org/pt-br/201448-onu-habitat-inicia-projeto-em-territ%C3%B3rio-vulnerabilizado-de-macei%C3%B3>.

Nações Unidas Brasil. (2024, 25 de julho). Visão Alagoas 2030. *Nações Unidas*. URL: <https://brasil.un.org/pt-br/274975-onu-habitat-e-alagoas-disponibilizam-dados-sobre-qualidade-de-vida-em-macei%C3%B3>.

Paes e Silva, L. H. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, 17. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1123>.

Pinhoni, M. (2024). Só 3 das 100 cidades mais populosas do país universalizaram saneamento básico, diz estudo; veja ranking. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/20/so-3-das-100-cidades-mais-populosas-do-pais-universalizaram-saneamento-basico-diz-estudo-veja-ranking.ghtml>.

Ramos, M. P.; Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*. (46)5, 1271-1294. URL: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7140>.

Zazo. (2018). *Saneamento Trágico – O Abandono da Orla Lagunar de Maceió*. Direção: Zazo. Produção: Jairo Silva e Paula Araújo. Brasil. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=tnwYZxCKdj8>.

Santos, W. (2024, 12 de agosto). Moradores do bairro Levada denunciam falta de saneamento e pavimentação. *SETE SEGUNDOS*. URL: <https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2024/08/12/256574-moradores-do-bairro-levada-denunciam-falta-de-saneamento-e-pavimentacao#:~:text=Moradores%20do%20bairro%20Levada%20denunciam%20falta%20de%20saneamento%20e%20pavimenta%C3%A7%C3%A3o,-Apesar%20de%20n%C3%A3o&text=Uma%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20descaso%2C%20e,e%20esgoto%20a%20c%C3%A9u%20aberto>.

TNH1. (2024, 26 de março). Maceió é a 6ª capital com maior desigualdade do país. *TNH1*. URL: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/maceio-e-a-6a-capital-com-maior-desigualdade-do-pais/>.

Tribuna Hoje. (2023, 20 de março). Maceió ocupa a 8ª posição no ranking das cidades com piores indicadores de saneamento básico. *Tribuna Hoje*. URL: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/03/20/117948-maceio-ocupa-a-8a-posicao-no-ranking-das-cidades-com-piores-indicadores-de-saneamento-basico#google_vignette.

Tribuna Independente. (2024, 03 de janeiro). *Mais de 1 tonelada de peixes mortos na Lagoa Mundaú*. Tribuna Independente. URL: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/01/03/132004-mais-de-1-tonelada-de-peixes-mortos-na-lagoa-mundau#:~:text=Quando%20foi%20no%20domingo%2C%20foi,a%20%C3%ADder%20comunit%C3%A1ria%20Simone%20Ferreira>.

Velasco, C. (2023, 20 de março). Ranking do saneamento: veja quais são as grandes cidades com os melhores e os piores serviços no Brasil. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/20/ranking-do-saneamento-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-no-brasil.ghtml>